



# Revista da Academia Lagartense de Letras



Lagarto - Sergipe n. 18 / v. 1 - Abr. 2026

Dossiê Associação Cultural de Lagarto e Centro Cultural Adalberto Fonseca

ISSN 2594-5378





Número 18 - v. 1

**Dossiê Associação Cultural de Lagarto e Centro Cultural Adalberto Fonseca**  
(Edição eletrônica— ISSN 2594-5378 )

Instalada no dia 19 de abril de 2013, a Academia Lagartense de Letras reúne intelectuais e agentes culturais de diversas áreas, com importantes ações desenvolvidas na sociedade e inúmeros trabalhos publicados. Ao longo de sua existência, vem se pautando pela defesa da língua nacional e do patrimônio cultural local, representado que é por sua tradicional História, cujas primeiras notícias remontam ao século XVI. Criada para ser instrumento de divulgação da produção lítero-cultural e científica de seus membros, a Revista da Academia Lagartense de Letras também receberá trabalhos da comunidade, incluindo a escolar, com vistas a manter uma estreita relação de interlocução com os sujeitos produtores e gestores de saber, arte e cultura.

Lagarto—Sergipe  
2026



© 2026 Revista da Academia Lagartense de Letras

**Editor Chefe**

Paulo Andrade Prata.

**Editores Gerentes:**

Claudefranklin Monteiro Santos  
Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

**Conselho Editorial:**

Aglaé d'Ávila Fontes  
Beatriz Góis Dantas  
Deijaniro Jonas Filho  
Maria do Carmo Oliveira da Fonseca  
Noeme da Silva Dias  
Paulo Sérgio Oliveira Nunes  
Rodrigo Freire de Amorim  
Rosalvo Andrade Nogueira

**Conselho de Pesquisa, Revisão e Normas Técnicas**

Anselmo Vital de Oliveira  
Assuero Cardoso Barbosa  
César de Oliveira Santos  
Jane Guimarães Vasconcelos Santos  
Josefa Suely Rodrigues Prata  
José Uesele Oliveira Nascimento  
Rusel Marcos Batista Barroso

**Conselho Consultivo:**

Prof. Dr. Milton Araújo Moura (UFBA).  
Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (UFPE).  
Prof. Dr. José Milton Barbosa (UFS)

**Jornalistas Responsáveis**

Débora Barreto

**Apoio Técnico:**

José Carlos Nascimento Júnior  
Raildes Fontes

REVISTA DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS

NÚMERO 18

VOLUME 01

Dossiê Associação Cultural de Lagarto e Centro Cultural Adalberto Fonseca

(Edição Eletrônica)

Lagarto-Sergipe  
2026

Imagem da capa:

Centro Cultural Adalberto Fonseca

(acervo Claudefranklin Monteiro Santos—2022)

A168r

Academia Lagartense de Letras.  
Revista da Academia Lagartense de Letras. / Academia Lagartense  
de Letras. Associação Cultural de Lagarto e Centro Cultural Adalberto Fonseca.  
- Lagarto: [s.n.], v.1.n.18, 2026.

195 p.  
Semestral.  
ISSN: 2594-5378

1. História-Memória -Cultura

2. Literatura-Arte

3.Publicação periódica – Revista Acadêmica-Lagarto/SE

I - Título

CDU: 050:94:008 (813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Jane Guimarães Vasconcelos Santos CRB-5/975

## Academia Lagartense de Letras

Cadeira 1 (Sílvio Romero)

**Rusel Marcos Batista Barroso**

Cadeira 2 (Laudelino Freire)

**Assuero Cardoso Barbosa**

Cadeira 3 (Aníbal Freire)

**Joaquim Prata Souza** (Fundador)

**Rodrigo Freire de Amorim**

Cadeira 4 (Ranulfo Hora Prata)

**Anselmo Vital de Oliveira**

Cadeira 5 (Enock Santiago)

**Deijaniro Jonas Filho**

Cadeira 6 (Abelardo Romero Dantas)

**Claudefranklin Monteiro Santos**

Cadeira 7 (Luiz Antônio Barreto)

**Emerson da Silva Carvalho** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 8 (Joel Silveira)

**Euler Tavares Ferreira** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 9 (Vicente Francisco de Jesus, Con.)

**Mario Rino Sivieri, Dom.** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 10 (João B. de Carvalho Daltro, Mons.)

**José Carvalho de Souza, Mons.** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 11 (José Martins Fontes)

**Taysa Mércia Santos Souza Damaceno**

Cadeira 12 (José Vicente de Carvalho)

**Maria Angélica Amorim Correia**

Cadeira 13 (José Nogueira Fontes)

**Rosalvo Andrade Nogueira**

Cadeira 14 (Adalberto Fonseca)

**Beatriz Góis Dantas**

Cadeira 15 (José Cláudio Monteiro Santos )

**Paulo Andrade Prata**

Cadeira 16 (José Antônio da Costa )

**Agláé d'Ávila Fontes**

Cadeira 17 (Onofre Silva Santos )

**Euclides Oliveira Santos** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 18 (Armando Hora de Mesquita )

**Noeme da Silva Dias**

Cadeira 19 (Teodoreto Arcanjo do Nascimento )

**Antônio José Monteiro Rocha** (Fundador)

**Vaga**

Cadeira 20 (Joaquim Prata Souza )

**Paulo Sérgio Oliveira Nunes**

Cadeira 21 (João Almeida Rocha )

**Maria do Carmo Oliveira da Fonseca**

Cadeira 22 (Themístocles Emílio de Carvalho )

**Alessandro Santos Monteiro**

Cadeira 23 (Joviniano Ramos Romero )

**José Uesele Oliveira Nascimento**

Cadeira 24 (Nilo Romero)

**Josefa Suely Rodrigues Prata**

Cadeira 25 (José Machado dos Santos)

**César de Oliveira Santos**



## APRESENTAÇÃO

A cada novo número, a Revista da Academia Lagartense de Letras se sedimenta como um importante, duradouro e regular meio de divulgação científica no Estado de Sergipe, mas também da capacidade criativa de nossos colaboradores e de nossas colaboradoras no campo das diversas formas de produção cultural e textual, a exemplo de contos, crônicas e poemas.

Nesta edição, por meio de seu dossiê temático, procurou-se fazer memória de dois marcantes aparelhos culturais, ambos em extinção. A Associação Cultural de Lagarto, fundada em 1970, e o Centro Cultural Adalberto Fonseca, inaugurado no ano 2000. Este último ainda com esperança de ressurreição. Infelizmente, não tivemos outras contribuições, além de dois textos de minha autoria, sendo o primeiro, na verdade, um extrato de outros dois.

A seção ensaio, traz textos assinados por Gilfrancisco (colaborando pela primeira vez conosco), Antônio Porfírio (da Academia Sergipana de Letras) e da educadora Cris Souza (Tânia Cristina, coordenadora do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho / MAC-ASL).

Entre os artigos científicos, esta edição traz sete contribuições, com temas diversos e todos eles redigidos com muita profundidade e esmero, incluindo assuntos relativos à cultura e à memória lagartense, a exemplo dos textos de autoria Sônia Maria do Nascimento, Manoel Ribeiro Andrade e Maria Letícia Santos Prata. Completam a seção, Ana Carolina Viana Simões e Marcelino Nascimento de Oliveira, André Barbosa de Santana, Diego Fraga Silva e Rosemária de Jesus Santana.

Na cessão de crônicas, destaque para os trabalhos de autoria de André Barbosa de Santana, Elli Francelyn Silva Monteiro, Iuri Rodrigues (escritores lagartenses) e Lúcia Vieira.

André Lucas Santos Cruz, Ascendino Santos Souza, Ítalo Fernandes Nogueira Ribeiro, Jane Guimarães, Luís Jorge Pinheiro de Araujo e Mariana Assunção em prestam seus talentos poéticos com textos para a seção de poemas.

Por fim, Paulo Henrique Dias de Souza e o nosso confrade da Academia Lagartense de Letras, Rusel Marcos Barroso, colaboram com textos para a seção de resenhas. O professor Rusel dá especial atenção ao lançamento do livro RIXOSAS E TURBULENTAS de autoria da historiadora Mariana Emanuelle Barreto de Gois.

*Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos*  
*Editor Gerente*



## SUMÁRIO

<b>DOSSIÊ – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LAGARTO E CENTRO CULTURAL ADALBERTO FONSECA</b> .....	<b>13</b>
<b>ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LAGARTO (ASCLA / 1970-2001)</b> .....	<b>15</b>
<i>Claudefranklin Monteiro Santos</i>	
<b>O SAUDOSO CENTRO CULTURAL ADALBERTO FONSECA</b> .....	<b>21</b>
<i>Claudefranklin Monteiro Santos</i>	
<b>ENSAIOS</b> .....	<b>25</b>
<b>JOÃO DE ARAÚJO MONTEIRO, UM HOMEM REPRESSOR</b> .....	<b>27</b>
<i>Gilfrancisco</i>	
<b>ADAM SMITH - PENSAMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>37</b>
<i>Antônio Porfírio de Matos Neto</i>	
<b>LAGARTO, TERRA DE PALAVRAS</b> .....	<b>43</b>
<i>Tânia Cristina dos Santos Souza</i>	
<b>ARTIGOS</b> .....	<b>45</b>
<b>GENEALOGIA LAGARTENSE</b> .....	<b>47</b>
<i>Sônia Maria do Nascimento</i>	
<b>DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS: CONTINUIDADES E RUPTURAS</b> .....	<b>55</b>
<i>Ana Carolina Viana Simões, Marcelino Nascimento de Oliveira</i>	
<b>SÃO GONÇALO, PENITENTES E O REISADO – FÉ, DEVOÇÃO, CANTIGAS E CRENÇAS POPULARES DO POVOADO JENIPAPO, LAGARTO/SE</b> .....	<b>71</b>
<i>André Barbosa de Santana</i>	
<b>COMO O CICLO SOCIAL E FAMILIAR INFLUENCIAVAM A VIDA SACERDOTAL NA CAPITANIA DE SERGIPE D'EL REY: O CASO DO VIGÁRIO JOSÉ FRANCISCO DE MENEZES (1811-1839)</b> .....	<b>81</b>
<i>Diego Fraga Silva</i>	
<b>O HOMEM DA NATUREZA E A LITERATURA DE VIAGEM</b> .....	<b>103</b>
<i>Manoel Ribeiro Andrade</i>	

<b>SARAMANDAIA X BOLE-BOLE - QUALQUER SEMELHANÇA NÃO É MERA COINCIDÊNCIA – A GESTÃO DO PREFEITO DE LAGARTO-SE, JOSÉ VIEIRA FILHO (1977-1982</b> .....	119
<i>Maria Letícia Santos Prata</i>	
<b>OS ARQUIVOS E OS SEUS DESAFIOS NA PÓS-MODERNIDADE: Percepção de uma pesquisadora atuante nos Arquivos Sergipanos.</b> .....	143
<i>Rosemária de Jesus Santana</i>	
<b>CRÔNICAS</b> .....	<b>159</b>
<b>MANOEL - O PARAFUSO</b> .....	161
<i>André Barbosa de Santana</i>	
<b>BOLA ALTA, TOQUE E MANCHETE</b> .....	163
<i>Elli Francelyn Silva Monteiro</i>	
<b>A LAGARTO NOSSA DE CADA DIA</b> .....	165
<i>Iuri Rodrigues</i>	
<b>ESTRELA</b> .....	167
<i>Lúcia Vieira</i>	
<b>POEMAS</b> .....	<b>169</b>
<b>O JARDIM</b> .....	171
<i>André Lucas Santos Cruz</i>	
<b>FLOR DE MARACUJÁ</b> .....	173
<i>Ascendino Santos Souza</i>	
<b>LAMPEDUSA</b> .....	174
<i>Ascendino Santos Souza</i>	
<b>PONTO DE RETORNO</b> .....	175
<i>Ascendino Santos Souza</i>	
<b>CIDADE TERNURA</b> .....	177
<i>Ítalo Fernandes Nogueira Ribeiro</i>	
<b>NOTAS MUSICAIS TOCADAS PELO MAR</b> .....	179
<i>Jane Guimarães Vasconcelos Santos</i>	

<b>A CASA DA FAZENDA PIUAÍ ONDE O TEMPO FEZ MORADA (O POEMA).....</b>	<b>181</b>
<i>Luís Jorge Pinheiro de Araujo</i>	
<b>O SENTIDO DA VIDA .....</b>	<b>183</b>
<i>Mariana Assunção Ralim Santos</i>	
<b>RESENHAS_____</b>	<b>185</b>
<b>A IMAGEM ENCARNADA: CORPO, PRESENÇA E ÉTICA NA OBRA MISÉRIA E CARI- DADE DE HORÁCIO HORA .....</b>	<b>187</b>
<i>Paulo Henrique Dias de Souza</i>	
<b>RIXOSAS E TURBULENTAS de Mariana Emanuelle Barreto de Gois .....</b>	<b>191</b>
<i>Rusel Marcos Barroso</i>	

---

# DOSSIÊ

---

**Associação Cultural de Lagarto**  
**e**  
**Centro Cultural Adalberto Fonseca**



## ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LAGARTO (ASCLA / 1970-2001)<sup>1</sup>

Prof. Claudefranklin Monteiro Santos<sup>2</sup>

A história da ASCLA (Associação Cultural de Lagarto), fundada oficialmente em 21 de fevereiro de 1970, pode não ser uma das mais belas da tricentenária vila de Nossa Senhora da Piedade, a julgar outros momentos que a antecederam. Berço de tantas efemeridades intelectuais, as quais todos sabem julgar e valorizar, Lagarto nunca foi o limbo da cultura, nem o suprassumo de sua formação. Neste mesmo ano de sua fundação, mediante Lei Ordinária nº 225, de 23 de outubro de 1970, da Prefeitura Municipal de Lagarto, a entidade foi reconhecida como sendo de utilidade pública.

Talvez os canalhas aos quais aquela geração se referia, como se refere uma outra música, do Cazuzu, pudessem fazer valer o esforço de 40 anos, picotados por altos e baixos, trancos e barrancos. Mas não imagino diferente, porque a cultura não é e nunca foi prioridade. Mas aquela geração deixou marcas e fez escola. Outros jovens, em momentos diferentes também se reuniram para tentar fazer alguma coisa por nossa história e por nossa cultura, para tentar despertar algo no lagartense que lhe identificasse enquanto povo.

À frente da implantação daquele sonho de mudança, Pe. Danilo Gazetto (que teria vindo da Itália em companhia de Padre Mário, hoje Bispo de Propriá) liderou jovens intelectuais e amantes da cultura lagartense, a saber: Jaime Noberto da Silva, Ivan Batista de Santana, Paulo Andrade Prata, Maria Helena Alves, José Fonseca Reis, Paulo Nogueira Fontes, Raimundo Alves Santos, Gilson Batista de Menezes, Joaquim Prata Souza entre outros. Um sonho interrompido ou pelo menos suspenso por quatro vezes (1977, 1988, 1990 e 1996).

A primeira fase (1970-77) da ASCLA poderia ser definida como a de vislumbre. Mas também de afirmação, daquelas quando se deixa recado, embora se parta sem deixar aviso. Realizações de peso definiram o norte da cultura em Lagarto, mas não foram páreas para a indiferença, o desânimo, as intrigas e o ciúme (a erva daninha da associação). A parceria com o poder público pode até ter dado frutos, mas não prosperou: porque cultura é favor, não é o fim último.

---

<sup>1</sup> Extratos dos textos originalmente publicados em **SANTOS, Claudefranklin Monteiro**. ASCLA - 40 Anos (II): Das Idas e Vindas (1988/1990/1996-2001). Revista Perfil, Aracaju-SE, p. 26 - 27, 25 jul. 2010. / **SANTOS, Claudefranklin Monteiro**. ASCLA - 40 Anos (I) - Dos Idos dos Primeiros Tempos (1970-1981). Revista Perfil, Aracaju-SE, p. 30 - 31, 28 mar. 2010.

<sup>2</sup> Ocupante da cadeira número 6 da Academia Lagartense de Letras.



Do primeiro interregno (1977-1988), não existe nada registrado. Pelo menos em ATA. Mas o pesquisador Floriano Fonseca, com sua memória prodigiosa, nos ajudou a rememorar esse momento. Segundo o mesmo, "(...) entre os anos de 1978/79 as reuniões aconteciam na residência do jornalista Enoque Araujo, na Av. Zacarias Junior. Lembro bem das presenças de Aderaldo Prata, Maria Araujo, Souza irmão de Enoque, João Brasileiro, Edilson de Zé da Manteiga, Paulo Correa, Alex Dias, Floriano Fonseca, Noeme Dias, entre tantos outros".

Nesse período, marcado pela resistência estudantil ao regime militar, realizou-se uma das mais importantes iniciativas da ASCLA: o I FLAMP (Festival Lagartense de Música Popular) em 1981. A ideia teria sido do atual Diretor de Cultura do Município: Enoque Araújo. Ocorreu no antigo Cine Glória (atual Bradesco) sob a presidência de Valdier Oliveira Cezar. Foram selecionadas 24 músicas, sendo apresentadas 12 no sábado dia 21/02/1981 e 12 no dia seguinte. Após as apresentações foram escolhidas as vencedoras: 1º Bradando (Enoque Araujo e Antônio Rocha), 2º Rios de Verão (Severino melo e João Rocha), 3º Ilhas Olhos (Grupo Cataluzes) e 4º Boleia de Caminhão (Grupo Saco de Estopa). Melhor intérprete Samuel (Bradando), jure popular, Bradando. Augusto Prata registrou o festival fotografando, mas as imagens se perderam, afirma Floriano. "A banda de base do festival era os CONFIANTES que contava com Carlinhos Menezes nos teclados, Valter Nogueira nos vocais, Almir no contrabaixo. Além do Cataluzes outros artistas de Aracaju se apresentaram a exemplo de Irineu Fontes e do Grupo Repente".

Depois do sucesso que foi o I FLAMP (Festival Lagartense de Música Popular), em 1981, a ASCLA caiu no anonimato. Aliás, tem sido assim a saga da Associação Cultural de Lagarto desde sua fundação, em 1970: entre trancos e barrancos; vivendo e revivendo de acordo com as circunstâncias contextuais e ao sabor das vaidades intelectuais e políticas.

No dia 06 de março 1988, na antiga sede do GRUJAC (Grupo de Jovens Amigos em Cristo), à Rua Laudelino Freire, uma nova geração retomou o sonho da cultura plena em Lagarto: José Clécio de Jesus Santana, Alessandra Martins, Hélio de Santana, Maria de Fátima Rocha Nascimento, Assuero Cardoso Barbosa, Ana Maria Barbosa de Souza, Marcos Aurélio Bastos, Ricardo Luiz Rocha do Nascimento e Anderson Ribeiro dos Santos. Sob a liderança do jornalista Anderson Christian de Souza Prata decidem reativar a ASCLA. Foi uma temporada curta, tendo durado até o dia 25 de abril daquele ano, quando seu presidente se afasta, no que foi seguido por todos. Apesar disso, vale ressaltar que foram atuantes na medida do possível. Destaque para o Salão de Fotografias “Lagarto Antigo”, realizado a partir do dia 15 de abril no Prédio da Câmara Municipal. Foi um sucesso de público e de crítica.

Em 29 de maio de 1990, na casa do Sr. Jason Alves de Oliveira, avenida Rotary 40, a ASCLA teve sua ressurreição mais curta de seus 40 anos: não passou de uma reunião apenas. Fizeram parte: Emerson da Silva Carvalho, Leustênisso Mesquita, Enoque Araújo, Ademir Francisco, George Santos, Eduardo Bastos, João Gustavo Neto, Assuero Barbosa, entre outros.

Seis anos depois, no dia 29 de agosto de 1996, foi a vez do poeta Assuero Cardoso Barbosa. Eu, Francisco Monteiro (professor), Leustênisso (artista plástico), Sidney Seixas (estudante/Presidente do Grêmio da UNED à época), Alvin Argolo (professor) nos reunimos na Biblioteca Pública José Vicente de Carvalho, para reativarem novamente a ASCLA. Era a primeira vez que eu participava ativamente das questões culturais de Lagarto.

Depois de anos, finalmente a ASCLA voltava a ter uma Diretoria atuante: Presidente – Assuero Cardoso Barbosa; Vice-Presidente – Leustênisso; 1º Secretário – Claudefranklin; 2º Secretário – José Antônio de Santana; 1º Tesoureiro – Antônio Nilo de Vasconcelos; 2º Tesoureiro – Fábio Ribeiro dos Santos; Relações Públicas e Comunicação – Anderson Ribeiro dos Santos e Karine Carvalho Silva; Esporte – Édson Dória Júnior e Prof. Valmar Muniz.



Assuero, Ângela Galvão, Noeme Dias, Anderson Ribeiro, Claudefranklin, Marcos Chui e Leostênisson  
II Concurso de Poesia Falada da Região Centro-Sul - 22.11.1996

Reuníamo-nos em qualquer lugar. Foi uma fase promissora e conseguimos realizar grandes coisas, apesar das dificuldades já enfrentadas por outras gerações. Além de retomar a prática da realização de concursos de poesia, lançamentos de livros, peças teatrais, gincanas e competições esportivas, a ASCLA no período entre 1996 e 2001 conseguiu concretizar mais três edições do FLAMP, sendo a última quando este que vos escreve teve a honra de presidir a entidade. O IV FLAMP foi um momento marcante para a história dos festivais de música na cidade. Chovia bastante e na ocasião, ocorria a comemoração de mais um título carioca do Flamengo. Curiosamente, a festa foi suspensa temporariamente, e todos lotaram a praça para prestigiar o evento, sob o comando de Havelange Silva e Alex Dias. Aquilo animou a todos, porque era uma demonstração de que ainda era possível acreditar e investir em cultura em Lagarto.

Entre os anos 1996 e 2001, além de Claudefranklin e de Assuero Cardoso Barbosa, ocuparam a Presidência da ASCLA: Anderson Ribeiro e Prof. Rusel Marcos. Éramos uma equipe bem entusiasmada (Marcos Borges, Patrícia Monteiro, Édson Dória, Fátima Mara, Karine Carvalho, Marcos César, Raqueline Moura, Emerson Carvalho, Angélica Amorim, Genivaldo Gouveia, George “Vaca Magra” e Marquinho de Chui) até porque o tempo também ajudava e o Secretário de Educação era um entusiasta visionário: João Gustavo Neto. Curiosamente, foi a única vez na vida que a instituição teve uma sede: Praça da Piedade, atual Centro Cultural Adalberto Fonseca.

Essa fase promissora da ASCLA também foi ilusória. Respirávamos cultura, mas sentíamos na pele a indiferença e o peso de assumir outros projetos pessoais. Foi assim que no dia 15 de dezembro de 2001, que seus membros se reuniram pela última vez, até novos ares voltarem a se formar em 2010, em mais um capítulo de uma história de esforços, dedicação e apreço pelas coisas de Lagarto. Última notícia que tive da ASCLA.



Claudefranklin, Assuero e Anderson Ribeiro brincam com a placa na sede em 2000.  
Inauguração do Centro Cultural Adalberto Fonseca



Bel. Joaquim Prata, Anderson Ribeiro, Claudefranklin e Bel. Paulo Prata.  
Posse de Anderson Ribeiro como Presidente da ASCLA (02.02.2001)



## O SAUDOSO CENTRO CULTURAL ADALBERTO FONSECA

Prof. Claudefranklin Monteiro Santos<sup>1</sup>

O Centro Cultural Adalberto Fonseca foi inaugurado na administração “Lagarto para Todos” (2000-2002), do então prefeito Jerônimo de Oliveira Reis, no dia 7 de maio do ano 2000, com recursos do Convênio Federal do Ministério da Cultura, nº 239/99, Inicialmente dotado de mobiliário de última geração, abriu seus trabalhos com uma exposição de fotografias antigas do município de Lagarto. Os recursos para a reforma de uma casa dos anos 50 (ver foto abaixo), que pertenceu ao ex-prefeito José Vicente de Carvalho, e para a implantação do novo espaço cultural foram capitados por meio de emenda parlamentar do deputado federal, Artur Sérgio de Oliveira Reis, atual prefeito da cidade.



Foto tirada da Torre direita da Matriz de Lagarto-SE, em direção ao Bairro Pacheco - 1955  
Acervo: Emerson Carvalho

Eu tive a honra de ser o mestre de cerimônia da solenidade de inauguração, cuja abertura ficou por conta da apresentação da Lira Popular de Lagarto, disposta na praça da Piedade, de frente para o prédio. Estiveram presentes o homenageado, Adalberto Fonseca, acompanhado de seus filhos, entre eles o historiador Floriano Fonseca, também netos, demais familiares e de sua segunda esposa, Amparo, o prefeito Jerônimo de Oliveira Reis e de seu

---

<sup>1</sup> Ocupante da cadeira número 6 da Academia Lagartense de Letras.

vice, José Rodrigues dos Santos, o secretário de Educação e Cultura, o professor João Gustavo Neto, vereadores municipais (a exemplo da senhora Maria Else de Oliveira Costa, a Elsinha) o deputado federal Sérgio Reis e seu irmão Fábio Reis, o sargento do Tiro de Guerra, o senhor Oliveira, padre Pedro Vidal (pároco da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, José Correia Sobrinho, entre outros.

A primeira parte da solenidade aconteceu no pavimento inferior, em que houve pronunciamentos e o descerramento da placa de inauguração. Em sua fala, o professor Gustavo destacou a importância da cultura e daquele aparelho para a cidade de Lagarto. Fazendo uso da palavra, Adalberto Fonseca agradeceu comovido a gentileza da homenagem. Sérgio Reis fez uma saudação especial ao historiador e destacou a importância do prédio para a juventude e para o povo lagartense. O prefeito Jerônimo cumprimentou os professores João Gustavo e Claudfranklin Monteiro pela ideia de prestar homenagem, em vida, a Adalberto Fonseca, e agradeceu a este por sua contribuição para a pesquisa histórica de Lagarto, como também pela proteção e valorização do folclore local.



O segundo momento da solenidade se concentrou no pavimento superior. Inicialmente, destaque para a inauguração do Auditório Assuero Cardoso Barbosa. O poeta lagartense esteve presente e demonstrou toda a sua gratidão com uso da palavra e recitação de um dos seus poemas sobre Lagarto. O local esteve completamente ocupado por inúmeras pessoas, familiares, amigos e admiradores do escritor lagartense. Em seguida, nos deslocamos para uma sala, ainda no pavimento superior, que seria a sede da Associação Cultural de Lagarto (ASCLA).

Ainda na Praça da Piedade, ocorreram para coroar aquela noite histórica, a apresentação de inúmeros grupos folclóricos lagartenses. O evento foi transmitido pela Rádio Progresso AM, pelo repórter Joel Dantas.

Até ser totalmente abandonado (alegando problemas detectados pela Defesa Civil) desde a segunda gestão da prefeita Hilda Rollemberg Ribeiro (2021-2024), o Centro Cultural Adalberto Fonseca foi palco de diversas ações culturais. Além de sede da Associação Cultural de Lagarto por algum tempo, também sediou o Grupo Teatral Cobras e Lagarto, por cerca de oito anos. Também chegou a ser sede da Secretaria Municipal de Cultura de Lagarto e funcionou gabinetes da gestão municipal e almoxarifado, durante as gestões de José Rodrigues dos Santos (2002-2025) José Valmir Monteiro (2009-2012 / 2013-2016). Nesta, realizou-se um dos últimos grandes e importantes eventos naquele local: uma exposição com os jornais do acervo de Emerson da Silva Carvalho



Esta é a situação do prédio desde 2022.

No PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO para à Prefeitura de Lagarto, do agrupamento “De um jeito novo” (2025), o candidato eleito a prefeito, Artur Sérgio de Oliveira Reis, e sua vice, Suely Silva Nascimento Menezes, prometem, na página 32: *“Reformar e reativar o Centro Cultural Adalberto Fonseca, criado na última gestão de Jerônimo Reis, e abandonado há mais de cinco anos, para que possa sediar a Secretaria de Cultura”*.

Em esta promessa se concretizando, esperamos ver aquele prédio novamente servindo à cultura lagartense, quem sabe até como sede definitiva da Secretaria Cultural de Lagarto, podendo, ainda, abrigar o acervo da Biblioteca Municipal José Vicente de Carvalho. Até lá, segue o Centro Cultural Adalberto Fonseca vivendo apenas de suas memórias e em ruínas, em pleno centro da cidade de Lagarto.

### **Fontes e Referências:**

CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado. Memória, história e identidade: as construções da lagartinidade ontem e hoje. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. 27 a 31 de julho 2015. Florianópolis-SC. Disponível em <https://www.eeh2010.anpuh->

[rs.org.br/resources/anais/39/1438798148\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2015AnselmoLagartinidade.pdf](https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/39/1438798148_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2015AnselmoLagartinidade.pdf) Acessado em 21 de abril de 2026.

Plano Estratégico da Prefeitura Municipal de Lagarto. Agrupamento “De um jeito novo” (2025). Disponível em <https://lagarto.se.gov.br/sites/lagarto.se.gov.br/files/PLANEJAMENTO%20ESTRATEGICO%20DO%20MUNIC%20DE%20LAGARTO%202025.pdf> Acessado em 21 de abril de 2026.

SANTIAGO, Laísa Fontes. Lagarto Secreta: em busca do patrimônio arquitetônico perdido. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe Laranjeiras-SE, 2022.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Breve histórico sobre o patrimônio arquitetônico da cidade de Lagarto. Portal Lagarto Notícias. 8 de abril de 2021. Disponível em <https://www.lagartotonicias.com.br/2021/04/08/um-breve-historico-sobre-o-patrimonio-arquitetonico-da-cidade-de-lagarto/> Acessado em 21 de abril de 2026.

---

# ENSAIOS

---



## JOÃO DE ARAÚJO MONTEIRO, UM HOMEM REPRESSOR

Gilfrancisco<sup>1</sup>

====

Na vida política, o Dr. João de Araújo Monteiro foi filiado ao PSD – Partido Social Democrático, tendo exercido vários cargos na Administração Pública, notadamente o de Secretário da Justiça do Estado de Sergipe, o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, no primeiro governo do Dr. José Rollemberg Leite (Cezário Siqueira Neto)

=====



João de Araújo Monteiro nasceu em 3 de setembro de 1913, no município de Lagarto, filho de José de Araújo Monteiro e Ana Elza de Carvalho Monteiro era casado com Maria Luiza Mandarino Monteiro, tiveram cinco filhos: João de Araújo Monteiro Filho (falecido), Maria das Mercês Monteiro, Luiz Tadeu de Araújo Monteiro (falecido) Jorge Luiz de Araújo Monteiro e Fernando Luiz de Araújo Monteiro. Os estudos foram realizados no Colégio Tobias Barreto e no Atheneu Pedro II, em Aracaju. O curso de ciências jurídicas foi todo realizado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, concluído em 1939.

Retornando ao Estado de Sergipe no início dos anos de 1940, exerce a advocacia na área trabalhista, defendendo grupos empresariais, a exemplo do Grupo Ribeiro Chaves e da Singer Sewing Machine co e outros. Monteiro foi por muitos anos advogado da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES, além de ser consultor jurídico da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Foi eleito presidente da Associação Sergipana de Imprensa, período de (1941 a 1943).

### Carta Aberta

O colega de curso Carlos Garcia, inconformado pelas críticas de João Monteiro sobre seu artigo, publicou uma **Carta aberta a João Araújo**

---

<sup>1</sup> jornalista, pesquisador e escritor. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo Plena/CNPq/UFS e do GPCIR/CNPq/UFS e do Clic – grupo de pesquisa – Clítica Literária e Identidade Cultural. Autor de vários livros. [gilfrancisco.santos@gmail.com](mailto:gilfrancisco.santos@gmail.com)

**Monteiro**, no jornal estudantil Voz do Estudante. Aracaju, Ano I, nº3, 14 de junho, 1931:

*Soube das opiniões por você emitidas contra o meu artigo publicado no primeiro número da Voz do Estudante.*

*Julgava que fosse ele somente lido pelos que acham que “toda página escrita tem o seu valor” como disse, e muito verdadeiramente o grande Tobias.*

*Julgava que aquelas linhas tão pobres dos floreios literários, porém rica de ideal. Julgava repito, que fossem lidas somente pelos estudantes como eu, que olham na pequinesa de hoje a grandeza de amanhã. Mas enganei-me e muito redondamente: minha produção foi lida por m sábio inconsciente, inconsciência esta, imperdoável, pois não é mais do que um orgulho de sua capacidade; João de Araújo Monteiro, o Grande!*

*E, Monteirinho, lendo você e emitindo opiniões contra o dito artigo, senti que o meu coração ficou alegre: tive a honra de publicar um artigo criticado por uma “mentalidade”.*

*Caro Monteirinho, lembra-se você d’aqueles tempos saudosos da Academia “Tobias Barreto”, em cujas sessões nós dois sempre tínhamos contendas formidáveis? Pois é esta Academia e principalmente a você, a quem devo certa parte do pouco que valho.*

*E passados aqueles tempos, eis que surge, no banco do jardim João Monteiro, o Grande, atacando Carlos Garcia, o Pequeno... Surge despeitado, surge parecido com o João Monteiro da Academia.*

*Finalizando, colega, peço-lhe uma coisa: sempre que queira atacar alguém tenha a grandeza precisa de atacar pela imprensa para que os atacados tenham um adversário forte, digno.*

## **O Estudante**

Órgão literário, humorístico e noticioso da mocidade estudiosa de Sergipe – Pax et Prosperitas, uma publicação dos alunos do Atheneu Pedro II, ligado ao Grêmio Literário Pedro II, dirigido por J. Pinheiro Lobão, redator Benedito Guedes, gerente J. Araújo Monteiro e secretariado por J. Maia Filho, tinha um formato de 37,5x27, quatro páginas não numeradas, circulava aos domingos. O primeiro número saiu em 23 de fevereiro de 1930, informava aos leitores em seu Expediente: Aceitamos quaisquer colaborações sendo que estas não sejam dignas da cesta, que não afetem a vida privada ou a dignidade de qualquer pessoa e que não tratem de questões políticas. A última edição do jornal foi o nº 17, de 29 de junho de 1930, que finaliza a trajetória de O Estudante, nesses cinco meses de circulação, totalizando dezessete números e no longo editorial Finitum Est explica minuciosamente como tudo começou a idealização do órgão estudantil, o agradecimento aos mestres professores e o porquê do seu fechamento.

Nessa fase estudantil, Monteiro também colaborou no jornal Terra, dirigido por Manoel Dantas, do Colégio Tobias Barreto no número 1, de 9 de maio de 1939, com o artigo Gibraltar e Suez.

### **Escola Técnica de Comércio**

Com a saída a pedido da direção do professor Teninson Ribeiro, daquela casa de ensino, designou o governo para substituí-lo, o jovem professor João de Araújo Monteiro. Para receber o, novo diretor em 31 de julho de 1944 e homenagear o diretor demissionário, reunidos os corpos discentes e docente daquele estabelecimento, realizaram uma sessão memorável, presidida pelo Secretário Geral do Estado.

Em primeiro lugar, falou o diretor demissionário, despedindo-se dos seus alunos, dos seus colegas e de todos os funcionários da escola, agradecendo a colaboração de todos. Em seguida, discursando de improviso o novo diretor, afirmando ser o seu programa o mesmo do diretor anterior, agradecendo ao governo a confiança que vinha lhe depositar, escolhendo para dirigir aquela casa de ensino. O Dr. Paulo Costa falou enfocando o que fora a atuação do professor Teninson, em cuja administração, bem orientada, bem administrada, bem disciplinada, ofertando ao diretor uma pequena lembrança dos seus amigos e colegas de escola.

Além da fala de Alberto Sampaio, finalizou a solenidade Dr. Francisco Leite Neto, ressaltando o ato de justiça que constituía aquela homenagem ao diretor Ribeiro.

### **Demissionário**

Em novembro de 1945, anuncia a imprensa sergipana que o professor João de Araújo Monteiro teria reiterado seu pedido de demissão do cargo de Diretor da Escola Técnica de Comércio, tendo assumido no dia 14 de novembro, um posto de direção do Diário de Sergipe, órgão partidário que defendia a candidatura do general Eurico Dutra (1883-1974). O professor Araújo Monteiro que se projetou nos arraiais pessidista, vai se dedicar inteiramente à campanha política que terminará com o pleito eleitoral de 2 de dezembro.

### **Jornal A Verdade**

Regista O Nordeste nº 504 em sua edição de 3 de agosto de 1950, que estiveram em sua redação dois jovens José Waldson de Oliveira Campos e Almir, para denunciar que as oficinas do jornal A Verdade, editado em Aracaju, devidamente legalizado de acordo com a Lei de Imprensa da época, fora invadida por elementos desordeiros que além de lançarem mão dos exemplares ali existentes, ainda infligiram constrangimento a Almir tolhendo-lhe a liberdade, e o fizeram por ordens emanadas por certo candidato a Vereador Municipal:

Como se vê do exposto, a origem de tudo isso é sempre a politicagem imoralíssima que deprime, envergonha e corrompe a tudo e a todos.

Se o jornal está legalizado, a sua circulação é livre, cumprindo as autoridades respeitarem a Lei, amparando-o. Se alguém se sente ofendido através das colunas daquele jornal, defenda-se perante a própria Lei ou pela própria imprensa.

### **Felicitações**

Quando João de Araújo Monteiro completou 33 anos de idade, o Diário de Sergipe que tinha como diretores João Maynard e Manuel Ribeiro, registrou a data natalícia que dizia ser o aniversariante, figura de relevo na sociedade sergipana:

Advogado ilustre, verdadeiro cultor do Direito em terras de Sergipe, o seu passado e o seu presente representam um atestado eloquente do seu carácter no exercício da árdua profissão que abraçara.

Educador emérito, há prestado à causa educacional em Sergipe relevantes serviços, quer à frente da Escola Técnica de Comércio como Catedrático daquela Casa de ensino. Auxiliar de confiança do eminente Interventor Antônio de Freitas Brandão, o digno aniversariante vem se impondo na Direção Geral do Departamento da Fazenda pelos seus dotes morais e elevados conhecimentos de assuntos econômicos.

Jornalista, a sua ação como Diretor que fora do Diário de Sergipe e ex-presidente da Associação Sergipana de Imprensa, sempre foi posta em defesa dos postulados democráticos. Político militante, vem lutando sem desfalecimentos nas hostes do Partido Social Democrático, onde goza da estima geral dos seus correligionários.

O Diário de Sergipe, edição de 9 de setembro de 1948, nº 1708, transcreve o discurso pronunciado por Waldomiro Teófilo, inspetor de segurança, sobre o Secretário de Segurança Pública, João de Araújo Monteiro. Vejamos um trecho:

O dr. Monteiro democrata na mais ampla acepção do vocábulo, excepcional chefe, como tem dado as mais inequívocas provas; o dr. Monteiro excelente amigo, como todos temos constatado está, não nesta a menor dúvida, na segunda situação. (inteligente pouca), ou melhor: A quem bem entende poucas palavras bastam.

Fui designado para, hoje no dia do aniversário de Vossa Excelência, falar em nome de três Inspetorias: a da Guarda Civil, a da Ordem Social e a da Segurança da qual tenho a honra de ser o inspetor. E, exultado, neste grande dia para

V. Excia. que também o é para nós, e jubiloso nesta data auspiciosa, sinto-me duplamente feliz com a incumbência porque falo por mim e pelos componentes de três sub-repartições. (...)

=====

## **Arbitrariedades de João de Araújo Monteiro**

### **Escárnio à Democracia**

Paulo Costa

O Sr. João de Araújo Monteiro é o tipo perfeito e acabado da autoridade provocadora. Tivemos disso a prova inconcussa quando do massacre da Rua João Pessoa, do ignominioso e covarde atentado de Indiaroba; do crime friamente perpetrado por correligionários seus em Ribeirópolis, na Cruz do Cavalcante, onde tudo se fez à sombra da sua autoridade, todos os agentes officiosamente guardados pelo partidarismo criminoso.

A veneração dos mortos, data das mais longínquas épocas da história, transformando-se num verdadeiro culto da civilização.

Os faraós, prepotentes e atrabiliários, davam liberdade aos egípcios para cultuar a memória dos seus antepassados, permitindo-lhes venerar as múmias e glorificar os seus mortos, inclusive na visitação periódica dos seus túmulos, o que constituía uma verdadeira festa para governantes e governados.

Em qualquer parte do mundo civilizado, do ocidente, como do oriente, nas estepes siberianas como nas terras da Patagônia visitar o túmulo dos seus mortos, sem que ninguém os proíba por esse razoável culto de religiosidade ou de heroicidade.

Só na cabeça do Snr. João de Araújo Monteiro, pequena demais para represar ideias democráticas, teria surgido a loucura de proibir que o povo visitasse livremente e sem armas o túmulo dos seus entes queridos.

Anísio Dário, operário sergipano, transfigurou-se num símbolo para a sua classe, mercê das violências contra ele praticadas pelos agentes do Snr. Monteirinho.

Nada mais justo, portanto, que cobrir-se de flores o seu túmulo, já que se não pode processar os verdadeiros autores da sua morte.

É um direito que todos têm, de visitar os cemitérios, de fazer romaria para a adoração dos seus mortos, de

atapetar de flores o jazigo daqueles que foram vítimas das mais ignominiosas atrocidades governamentais. Pouco se nos dá, tenha sido ou não comunista, o inditoso operário Anísio Dário. Nenhuma lei permite se matar impunemente comunistas ou pessedistas, udenistas ou perremistas.

Anísio Dário morto, no seu jazigo, merece, inegavelmente, o respeito e a consideração dos seus coestaduanos, afastada mesmo a ideia do credo político partidário a que ele se houvesse em vida filiado.

Se não o respeitaram em vida, respeitem-no, AM menos, depois de morto, consentindo que o Povo vá à romaria ao seu túmulo, que o encha de flores, como uma homenagem ao morto e como um desagravo às atrocidades perpetradas pelo Sns. João de Araújo Monteiro, como agente provocador de um governo que se não alicerça da vontade popular, e, que em tão poucos meses de atividades, conseguiu se divorciar por completo de todas as classes patronais e trabalhistas do pequenino e grande Sergipe.

Evite, o Snr. Secretário do Interior e Justiça, os escárnios e as provocações que vem lançando à face do nosso povo, e se já não sabe respeitar os vivos, respeite os mortos, pelo menos.

Sergipe-Jornal. Aracaju, 23 de dezembro, 1947.

=====

**Nunca, nos lances mais trágicos por que tem passado a nossa terra,  
eu vira uma cena de tamanha cobardia e crueldade**

Sergipe-Jornal

Eis como o advogado Carvalho Neto, em carta dirigida ao Governador do Estado, condena e desaplaude, com justa razão, o inominável atentado de que foi vítima o jornalista Fragmon Carlos Borges.

Realmente, a não ser s governistas, cúmplices e autores do bárbaro espancamento, ninguém há contra a Cobardia e a Crueldade da Polícia que, infelizmente, continua sob a orientação do Snr. João de Araújo Monteiro.

O ilustre causídico classificou muito bem a cena vandálica perpetrada pelos agentes do Secretário da Segurança Pública.

“Sergipe guardará indelével, a recordação desse atentado, e estigmatizará na História a autoridade criminosa que o perpetrou”.

João de Araújo Monteiro e Manuel Ribeiro, inimigos das liberdades públicas, aquele espancamento, este prendendo e lançando em cubículos infectos jornalistas que dissentem da orientação governamental, ambos, como autoridades igualmente criminosas, terão os nomes indelevelmente guardados na recordação da gente sergipana.

Disse-o, muito bem o advogado Carvalho Neto.

Cobardia e crueldade é espancar-se um jornalista indefeso, como, por igual, pisoteando todas as prerrogativas, mimosear-se adversários políticos com inimigos incomunicabilidades, guardando-os, com prezas políticas, a fim de emudecer-lhes a voz, dentro de cubículos onde melhor ficariam os opressores das liberdades públicas.

Sergipe, efetivamente, está de pêsames.

Ontem eram as prisões injustas, hoje são os espancamentos odiosos.

O clima governamental parece propício às violências.

Melhor seria pôr-se nelas um paradeiro.

Assim como vai prendendo-se jornalistas, espancando-se jornalistas, conspurcando-se a liberdade de imprensa, só o governo tem a perder, porque todos unam vocês, ante as suas atitudes de indisfarçável convivência partidária, apontá-lo-ão firmemente à execração pública.

Urge, portanto, um ponto final, nessas cenas de cobardia e crueldade, apontadas pelo advogado Carvalho Neto em sua recente missiva ao Governador do Estado.

Sergipe-Jornal. Aracaju, 9 de maio, 1949.

=====

## **Aumenta a onda de violência**

### **Correio de Aracaju**

A Polícia do professor Monteirinho dando andamento à série de crimes que vem perpetrando por todo o Estado, em flagrantes desrespeito aos princípios constitucionais, levou à efeito na sexta feira última, mais uma sórdida investida contra os direitos assegurados pela Carta de 46, atentando acintosamente contra a vida de um cidadão.

As dez horas daquele dia, quando atravessava à Rua S. Cristóvão, no trecho com João Pessoa, o jovem Fragmon

Carlos Borges, inesperadamente, era agredido por três senhores que o afastaram para o interior de um carro de praça, conduzindo-o em seguida à praia do Mosqueiro, onde impiedosamente desfecharam-lhe severa surra de pneus, prostrando-o desfalecido no chão. Os bárbaros agressores foram além na sua vergonhosa empreitada, abandonando sua vítima naquela praia em lamentável estado.

Fala à nossa Redação o Sr. Fragmon Borges

Logo que teve conhecimento do ocorrido a nossa reportagem procurou ouvir a vítima, tendo a mesma que se encontra em estado lamentável dado os ferimentos recebidos, conforme pudemos observar, nos prestou as devidas informações as quais confirmaram o que narramos acima. Além da surra, os seus covardes agressores tentaram atirar o corpo da vítima, desfalecido, ao mar, para com isso aumentar a suposta humilhação que lhe estavam impondo.

Correio de Aracaju, 2 de maio de 1949.

=====

## **Magistério**

João de Araújo Monteiro atuou por muitos anos no magistério sergipano, nos diversos níveis de ensino. Lecionou no Colégio Arquidiocesano, no Colégio Tobias Barreto, na Escola Técnica de Comercio de Sergipe, além de ser seu diretor por um período, lecionou a disciplina Direito Comercial. No magistério superior o professor João de Araújo Monteiro, lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe e fez parte do grupo de fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, em 1950, onde lecionou a disciplina de Direito Internacional Privado e colaborou em vários números na Revista da Faculdade com alguns artigos de destaque:

A Sociologia e a Economia política. (Revista da Faculdade de Direito, nº 3.

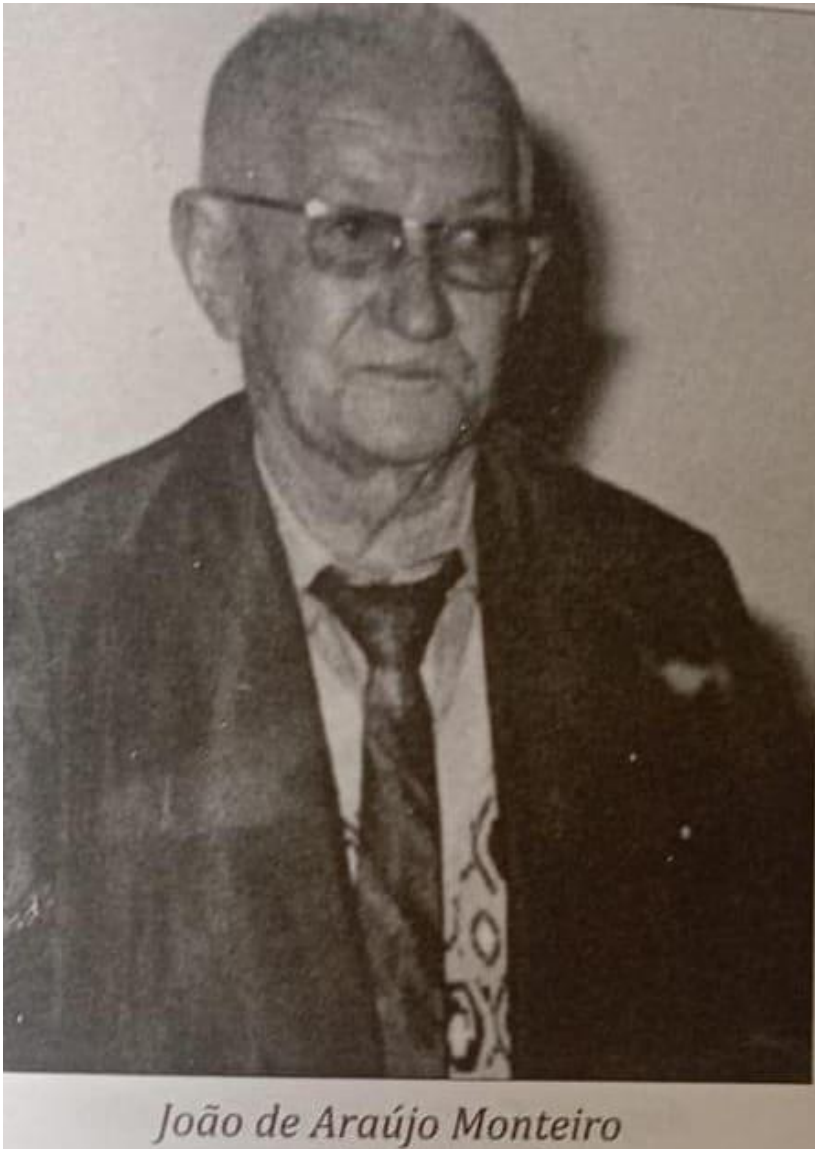
O Direito Internacional Privado, seu conceito e objeto. (Revista da Faculdade de Direito, nº4)

O Direito Internacional Privado e a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, (Revista da Faculdade de Direito, nº 5 e republicado na Revista Forense nº 177)

O Conflito de Leis no Espaço, (Revista da Faculdade de Direito, nº 7)

Introdução ao Estudo da Sociologia, (Revista da Faculdade de Direito, nº 8)

Com a criação da Academia Sergipana de Letras Jurídicas em 2015, João de Araújo Monteiro foi escolhido como patrono da Cadeira nº13, tendo como acadêmico-fundador Cezário Siqueira Neto. O professor, faleceu em Aracaju, em 23 de outubro de 1992.





## ADAM SMITH - PENSAMENTO ECONÔMICO

**Antônio Porfírio de Matos Neto<sup>1</sup>**

Adam Smith (1723-1790) foi um economista e filósofo britânico, de origem escocesa, considerado o Pai da Economia Moderna. Sua filosofia social foi influenciada pelas ideias do Iluminismo. No campo econômico, abordou questões como o crescimento econômico, ética, educação, divisão do trabalho, livre concorrência, evolução social, etc.

Smith nasceu na pequena cidade portuária de Kirkcaldy, na Escócia, em 16 de julho de 1723. Ali não havia nenhuma atividade industrial exceto uma fábrica de alfinetes. Observando a organização e funcionamento deste estabelecimento, Adam Smith vai tomar contato com as novas formas de produção.

Com apenas 14 anos, ingressou na Universidade de Glasgow, no curso de Filosofia. Graduou-se em 1740, ano em que ganhou uma bolsa de estudos da Universidade de Oxford para estudar no Balliol College. Dedicou-se muitos anos à vida acadêmica. Na Universidade de Glasgow, deu aulas de filosofia e retórica e foi nomeado professor da Cátedra de Lógica. Um ano depois, foi nomeado docente da Cátedra de Filosofia Moral. Em 1758, sete anos depois de começar a lecionar em Glasgow, se tornou o reitor da universidade.

Radicado em Edimburgo, em 1748, deu cursos sobre ética e economia, até ser nomeado professor de Lógica, na Universidade de Glasgow, em 1751. Smith travou amizade com o filósofo David Hume, cujas doutrinas empiristas e iluministas exerceram grande influência sobre ele. Em 1759 Publicou seu principal tratado sobre essa disciplina, "Teoria dos Sentimentos Morais". O foco principal do estudo é voltado para o comportamento do homem. Para isto ele analisa criticamente o pensamento moral de sua época, além de propor que a consciência surge a partir das relações sociais.

Nessa obra, vinculada à escola do sentimento moral iniciada por Francis Hutcheson, Adam Smith destacava, como princípio básico da consciência moral do indivíduo, a imparcialidade no julgamento das próprias ações e do comportamento alheio. Adam Smith tornou-se tutor do duque de Buccleuch e com ele viajou pela França e Suíça entre 1763 e 1766, onde teve contato com os fisiocratas, como Voltaire e François Quesnay.

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia, Graduação em Ciências Jurídicas, Economia, Ciências Políticas e Administração Especialista em Gestão Municipal, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Doutorando em Filosofia, Membro da Academia Sergipana de Letras e Membro da Academia de Letras de Aracaju- Email: antonioporfirio56@gmail

De volta à Escócia, Smith abandonou a atividade acadêmica e alternou sua residência entre Kirkcaldy e Londres. Em 1776, publicou sua obra principal, "A Riqueza das Nações", que teve importância fundamental para o nascimento da economia política liberal e para o progresso de toda a teoria econômica. Pregava a não intervenção do Estado na economia e um Estado limitado às funções de guardião da segurança pública, mantenedor da ordem e garantia da propriedade privada.

Adam Smith é, provavelmente, um dos economistas mais conhecidos da história, sendo objeto de estudo em todas as universidades e cátedras do mundo. Apesar de ser do século XVIII, seus pensamentos têm influência até os dias de hoje. Considerado o pai do liberalismo e da economia moderna, suas teorias de Adam Smith ainda são consideradas e aceitas por muitos economistas da atualidade.

Em "A Riqueza das Nações", Smith pregava, pois, a não intervenção do Estado na economia e um Estado limitado às funções de guardião da segurança pública, mantenedor da ordem e garantia da propriedade privada. Defendia a liberdade contratual, pela qual patrões e empregados estariam livres para negociar os contratos de trabalho.

As páginas iniciais de A Riqueza das Nações são eloquentes sobre o novo papel assumido por este conceito: é o trabalho, trabalho em geral, a única fonte da riqueza de uma sociedade. De um lado, Smith se distancia das convicções mercantilistas, que supunham que a riqueza de uma nação só poderia provir de seu comércio externo (vale dizer, que a vantagem de uma nação só poderia advir da desvantagem das demais), mas também supera a visão unilateral da fisiocracia, que atribuía ao trabalho do agricultor - e só a ele - a capacidade de produzir riquezas.

A principal obra de Adam Smith acima referida, ainda contribui de forma preponderante para alguns conceitos que são utilizados na sociedade moderna. Entre eles, a valorização do individual e a limitação do papel do estado. Na obra, defendeu conceitos novos sobre como a liberdade do indivíduo deveria ser encarada. Além de elaborar e defender a ideia que o mercado se regularia automaticamente, além de elaborar conceitos diferentes sobre o mercado de trabalho.

A verdade é que o Pai do Liberalismo Econômico influenciou e continua influenciando diversas gerações com sua ideia de estado e mercado. Ele defende que a sociedade só funciona pela vontade própria de cada indivíduo, e não pela força de um bem maior, no caso, o estado. Ele defende que a sociedade só funciona pela vontade própria de cada indivíduo, e não pela força de um bem maior, no caso, o estado.

Smith defendeu a igualdade perante a lei para todos, sendo errado o governo conceder vantagens a alguns à custa de outros. Ele achava inadequado quaisquer leis que freassem a produção dos homens, e sustentava que cada pessoa pudesse buscar livremente seus interesses, desde que não

infringisse os direitos de outras pessoas. Era também um Whig, os Whigs do parlamento britânico lutaram por um governo limitado e por liberdade.

Para Smith, a economia se move pelo interesse privado dos indivíduos. Por exemplo, um trabalhador não se levanta toda manhã apenas porque ama seu trabalho ou deseja praticar o bem. Ele sabe que precisa desta ocupação para sobreviver. No entanto, com este gesto, ele ajuda toda a sociedade, pois graças ao seu esforço, as pessoas que dependem dele, também são beneficiadas. No contexto, geral algumas ideias defendidas por Smith ainda são bem conhecidas no mundo econômico, ainda que nem sempre colocadas em prática.

Sobre a Divisão do Trabalho, Smith defendia que o trabalho deveria ser feito em etapas para que todo trabalhador melhorasse seu empenho ao longo da produção. Além disso, defendia que cada nação deveria produzir apenas alguns poucos produtos para vendê-los no mercado. Isso criaria mão-de-obra qualificada e um conhecimento difícil de ser superado por outros países.

Para Smith, a função do Estado seria apenas para manter a segurança pública. No século XVIII vigorava o Mercantilismo, no qual havia forte intervenção estatal e entraves no comércio exterior. Nessa época, a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de ouro e prata nos cofres. Smith discordava e alegava que a riqueza de uma nação está na habilidade de produzir bens. Para isso, os cidadãos devem ser capacitados e o Estado não deve intervir.

Defendia, por isso mesmo, a propriedade privada, a não intervenção do Estado na economia e a liberdade contratual entre patrões e empregados. Assim, o papel do Estado deveria ser apenas de manter a segurança pública e a ordem e garantir o direito de propriedade privada e as liberdades individuais das pessoas.

Uma das ideias mais conhecidas de Smith é a denominada Mão Invisível. Smith utiliza essa metáfora para explicar que a “mão invisível” leva seres humanos a preferirem produtos nacionais a estrangeiros, por exemplo. Outro exemplo que ele defendia era sobre o fato de os ricos não conseguem consumir toda a riqueza que possuem. Assim, mesmo quando utilizam seu dinheiro para interesses pessoais, seja comprando bens ou abrindo negócios, essa riqueza acaba sendo distribuída naturalmente pela mão invisível ao resto da população, atingindo um equilíbrio econômico.

A “Mão Invisível” de Smith era uma oposição à economia planejada dos mercantilistas, que achavam que a economia era como uma torta: aquele que desejasse enriquecer precisava cortar um pedaço maior que os outros, para “A” ser mais rico, “B” precisava empobrecer. Mas Smith não se deu o trabalho de investigar a pobreza, para ele a riqueza é que era gerada. Constatou que no mercado os homens buscam seus próprios interesses, sendo necessário agradar aos outros; de modo que não era pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que a comida chegava à mesa, mas porque estes

comercializavam por si mesmos, e assim os interesses de diferentes homens acabam se integrando no mercado, como se houvesse uma “mão invisível” os conduzindo. A riqueza, para Smith, não era torta finita. Os homens poderiam produzir uma torta maior, mais riqueza. Smith ainda enfatizou a divisão do trabalho em suas obras.

Adam Smith ilustrou bem seu pensamento ao afirmar "não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu "auto interesse". Assim acreditava que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental. A competição livre entre os diversos fornecedores levaria não só à queda do preço das mercadorias, mas também a constantes inovações tecnológicas, no afã de baratear o custo de produção e vencer os competidores.

Ele analisou a divisão do trabalho como um fator evolucionário poderoso a propulsionar a economia. Uma frase de Adam Smith se tornou famosa: "Assim, o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse egoísta (self-interest), é levado por uma mão invisível a promover algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade." Como resultado da atuação dessa "mão invisível", o preço das mercadorias deveria descer e os salários deveriam subir.

Os princípios de Adam Smith são, até hoje, defendidos por diversos economistas. Entretanto, há quem discorde de seus ideais. Há estudiosos que criticam e rebatem o princípio da “mão invisível”. Ainda, há críticos que veem incoerência entre a postura do Adam Smith economista político e do Adam Smith filósofo moral. Isso porque sua obra econômica refutava as ideias morais ditas no seu primeiro livro.

Adam Smith, ao oferecer a solução do mercado como explicação para a emergência da ordem social, define o projeto da economia como ciência, ao mesmo tempo que dialoga com a questão filosófica central dos modernos: como entender a emergência da ordem social sem recorrer à explicação divina? Expulsos os anjos do céu, ao homem, resta-lhe fornecer tanto uma explicação para a ordem física como uma forma de inteligibilidade para a ordem social.

Smith pensa a sociedade como um pensador moderno e a encarou dentro de suas contradições. Com isso, construiu uma solução em que a sociedade não será mais fundada sobre uma exterioridade, mas sobre ela mesma. Neste objetivo, Adam Smith torna-se um dos mais geniais representantes da modernidade: ele transforma a economia em centro explicativo da sociedade através da universalidade do desejo de ganho dos homens.

Sua solução afirma que os interesses privados, ao invés de se chocarem, produzindo a guerra, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Uma solução aparentemente simples, mas

que se tornou em uma das metáforas centrais da economia e contribuiu decisivamente para definir um dos caminhos teóricos da disciplina.

De qualquer modo, Adam Smith é até hoje lembrado por suas teorias relacionadas ao liberalismo econômico e principalmente, por ideias como a mão invisível e a liberdade individual. Seu pensamento revolucionou a economia e, por esse motivo, deve ser considerado um dos nomes mais importantes para o pensamento econômico.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia, trad. de Alfredo Bosi, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BIANCHI, A. M. A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1987.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. “Para ler Adam Smith: novas abordagens”. (Texto para discussão nº 183), Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2003.

GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. Revista de Economia Contemporânea, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000.



## LAGARTO, TERRA DE PALAVRAS

Educadora Cris (Tânia Cristina dos Santos Souza)<sup>1</sup>

Há cidades que se apresentam primeiro pelos mapas, pelas distâncias, pelos números frios da geografia. Outras, porém, chegam até nós pela memória, como se fossem uma voz antiga chamando pelo nome. Lagarto, para mim, pertence a essa linhagem de lugares que não cabem apenas na cartografia. É cidade que se lê com os olhos do tempo.

Quando penso em Lagarto, não penso somente em ruas, prédios, feiras ou datas. Penso numa arquitetura invisível, erguida pela persistência dos afetos, das tradições e da palavra transmitida de geração em geração. Cada cidade guarda um modo de respirar. Lagarto respira história. E respira, sobretudo, a dignidade dos que compreendem que uma terra sem memória é apenas chão, nunca pátria íntima.

Talvez por isso as academias literárias cumpram missão tão alta. Não são apenas instituições de protocolo, cerimônia e assento. São casas de vigilância da sensibilidade. Guardam nomes, obras, gestos e lembranças para que o tempo, esse velho ladrão silencioso, não transforme em poeira aquilo que um povo teve de mais nobre. Em cidades como Lagarto, onde o passado ainda conversa com o presente, a literatura não é luxo. É herança. É instrumento de permanência.

Escrever para uma revista da Academia Lagartense de Letras é, portanto, mais do que colaborar com uma publicação. É tocar uma corrente antiga, feita de vozes que vieram antes de nós e abriram, com esforço e delicadeza, as veredas por onde hoje passamos. Há nisso uma responsabilidade que me comove. Porque escrever não é somente alinhar palavras. Escrever é assumir compromisso com a alma do lugar.

Vivemos dias apressados, em que tudo parece nascer já condenado ao esquecimento. Talvez por isso a escrita precise ser ainda mais consciente. Cada crônica, cada poema, cada ensaio torna-se uma pequena resistência contra a indiferença. E toda revista literária séria é, no fundo, um gesto de fé no espírito humano.

Lagarto, cidade sergipana de raízes fundas, merece ser celebrada não apenas por seu percurso histórico, mas por sua capacidade de seguir produzindo sentido. Onde há gente que lê, escreve, recorda e partilha, há

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho (MAC) / Academia Sergipana de Letras.

futuro. Onde uma academia vela pela cultura, não se preserva apenas o passado, preserva-se também a possibilidade de um amanhã mais digno, mais culto e mais humano. Um amanhã em que jovens e velhos se reconheçam, pela linguagem, como herdeiros da mesma chama. E onde a palavra é respeitada, a civilização ainda encontra abrigo.

---

# ARTIGOS

---



---

## GENEALOGIA LAGARTENSE

### ***Pelos trilhos de Pombal, Lagarto, Salvador e Rio de Janeiro: nosso destino é Hollywood!<sup>1</sup>***

*E o vento que fala nas folhas  
contando as histórias que são de ninguém,  
mas que são minhas e suas também.  
(Aloysio de Oliveira, trecho da canção "Dindi")*

Sônia Maria do Nascimento<sup>2</sup>

Toda história familiar guarda o ritmo de um trem em marcha contínua. Muito antes de nossa chegada, nossos antepassados já haviam ocupado seus lugares, embarcado e desembarcado em diferentes estações, deixando vestígios. Um deles desafia o tempo, o espaço e as memórias: nosso DNA.

Abrimos as portas de um desses vagões para acompanhar dois séculos de um rastro genético que partiu do sol do sertão brasileiro, cruzou o oceano e alcançou a ensolarada Califórnia. É uma crônica de trilhos e memórias — a rota de uma história que começa com nomes traçados a bico de pena em papéis amarelados de um livro paroquial do nordeste da Bahia

#### **1ª Estação: Santa Tereza do Pombal, Bahia, Brasil**

Embora uma linhagem se perca em séculos de história não escrita, a nossa viagem começa onde a historiografia permite. Assim, o marco zero de nossa rota se situa em terras baianas, na Capela de Santa Tereza de Canabrava, antigo termo da Vila de Itapicuru de Cima, hoje o município de Ribeira do Pombal.

Nascida como uma aldeia de índios cariris catequizados por jesuítas no século XVII, a povoação de Canabrava tornou-se a Freguesia de Pombal em 1754, recebendo seu nome em homenagem ao Pe. João Campos de Cerqueira Pombal. Ali, o destino dos indígenas se cruzou com o de colonos portugueses que se estabeleceram na região atraídos por desbravar o chamado "sertão de dentro". Nessas paragens que encontramos os primeiros passageiros de nossa crônica: **Joaquim Ignácio Velho e Clara Maria de Jesus**. De origem ainda

---

1 Nota: Este relato tem caráter genealógico e se fundamenta no cruzamento de fontes primárias - paroquiais e civis - e na bibliografia especializado. Reconhece, outrossim, as limitações impostas pelas lacunas da fragmentada documentação dos séculos XVIII e XIX.

<sup>2</sup> Professora e Psicóloga lagartense.

invisível pela escassez documental, o casal ocupou seu lugar no vagão da história e deu início a uma descendência que atravessaria os séculos.

Entre os filhos que chegaram à maturidade, um nos é de particular interesse: **José Joaquim do Nascimento** (por vezes mencionado como José Joaquim de Santa Anna). Batizado em 20 de abril de 1780, na Fazenda Pocobatiba, recebeu no ato de batismo apenas o prenome de José, como era costume na época. Seguindo o curso de sua própria história, José Joaquim atravessou a divisa dos rios Real e Itapicuru com seus parentes e fez de Sergipe del Rey sua próxima estação, desembarcando ali “de mala e cuia”, como diz o dito popular.

## **2ª Estação: Lagarto, Sergipe, Brasil.**

Embora as circunstâncias exatas que motivaram a migração da família de José Joaquim para o solo sergipano permaneçam incertas, o contexto econômico da região oferece pistas. À época, a Vila de Lagarto figurava como uma das mais prósperas da Capitania de Sergipe, impulsionada pelo cultivo do fumo e da mandioca e pela criação de gado para exportação. Como observa o Professor Dr. Claudefranklin Monteiro<sup>3</sup>: “Enquanto Vila de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto despontou como um dos maiores criadores de gado, considerando a boa qualidade de suas terras e sua estratégica posição geográfica, beneficiada com o entorno de rios caudalosos (2013, p. 89).

Essa pujança, aliada à vasta extensão de seu território colonial, fazia de Lagarto uma estação de desembarque e destino natural para muitos migrantes do sertão baiano. Registros do final do século XVIII e início do XIX atestam que quatro filhos de Joaquim Ignácio – Joaquim, José Joaquim, Francisco Luiz e Quintiliana - fixaram residência e constituíram família no Lagarto O matrimônio de Joaquim, em 1795, inaugura a linhagem na região. Dez anos depois, seria a vez de José Joaquim. Segue transcrição do assento de seu casamento com Dezideria Maria:

Aos dezenove de novembro de mil, oitocentos e cinco, nessa Matriz de Nossa Senhora Piedade da Villa do Lagarto, onde a contraente é natural e moradora, e ele contraente da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru de Cima, [...] sendo presentes por testemunhas Jose Rodrigues Dantas, casado e Manoel Martins Fontes, solteiro, desta freguesia, em minha presença se casaram [...] José Joaquim de Santa Anna, filho legítimo de Joaquim Ignacio, já defunto, e Clara de Jesus, com Dezideria Maria da Encarnação, filha legítima de Antonio Jose Alvares e

---

<sup>3</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto - SE (1771-1928): limites e contradições da romanização.* – Tese (Doutorado). Recife: O autor, 2013.

Silveria Maria das Candeias, [...]. O Vigário Caetano da Silva da Natividade.<sup>4</sup>

Da união entre José Joaquim e Dezidéria Maria da Encarnação nasceram, ao menos, sete filhos: Manoel Joaquim de Santa Anna, José da Pureza de Oliveira, Margarida de Cortona Álvares, Desidéria Maria do Nascimento, Maria Angélica de Jesus, **Rosalina Maria da Conceição** e Josefa Maria das Candeias. Rosalina, representando a nova geração já enraizada no solo lagartense, uniu-se a um jovem de raízes simãodienses: Nicolao José da Costa, também conhecido pela alcunha de Nicolao Soterio. O casamento está registrado no Livro 3 de Matrimônios da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade:

Aos dezenove dias de setembro de mil, oitocentos e trinta e um anos, feitas as denúncias de costume, nesta Matriz de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, e na Capela de Santa Anna de Simão Dias, conforme o Sagrado Concílio Tridentino, não houve impedimento algum, [...], estando presentes por testemunhas Francisco Alves da Piedade, casado, e Manoel Joaquim de Santa Anna, solteiro, moradores nesta freguesia, em minha presença solenemente se receberão [...] Nicolao Joze da Costa, filho legítimo de Manoel Soterio e Ana Victoria, com Rozalina Maria de Sam Joze, filha de José Joaquim do Nascimento e Dezideria Maria das Candêias, todos desta freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto [...]. O Vigário Joze Saraiva Salomão.<sup>5</sup>

A vida familiar de Nicolau e Rosalina seguiu o compasso das estações rurais e da dinâmica familiar da época. Entre 1832 e 1853, nasceram doze filhos. A viagem, contudo, foi interrompida pela morte prematura de Rosalina, aos 38 anos, deixando sob lamento seus pai, o e esposo a numerosa prole órfã. Nicolau viria a falecer em 1869, aos 55 anos, já viúvo de seu segundo matrimônio e deixando descendentes de ambas as uniões.

### **3ª Estação: Salvador, Bahia, Brasil**

Há poucas evidências documentais sobre o destino de toda a prole de Rosalina. A dispersão dos filhos após a morte dos pais é sugerida pela trajetória distinta de sobreviventes. O primogênito varão, Justino Alves de Oliveira, residiu em Estância e em Salvador - onde se casou com um irmã do

---

4 LAGARTO/SE, Livro de Matrimônios 3 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1805-1831), fls. 14.

5 LAGARTO/SE Livro de Matrimônios 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1823-1835), fls. 134, nº 36.

Dr. Jônatas Pedrosa, futuro Governador do Amazonas - e se estabeleceu definitivamente na capital amazonense. Outro filho, Joaquim Alves de Oliveira, exerceu o cargo de Oficial de Justiça em Maruim, Sergipe. Após ficar viúvo, partiu para a Bahia, levando consigo seus nove filhos.

O filho José era ainda uma criança quando perdeu a mãe e um jovem adulto por ocasião da morte do pai. A despeito das omissões documentais, o cruzamento de diferentes registros aponta tratar-se do mesmo **José Alves de Oliveira** que se estabeleceu em Salvador na década de 1870. Na capital baiana, José se une em matrimônio a Maria dos Anjos de Cerqueira, filha de um Capitão do Corpo da Polícia. Segue a transcrição do registro:

Aos 18 de abril de 1874, tendo precedido dispensa dos proclamas e Alvará de licença do Dr. Juiz de Órfãos, em oratório privado e em minha presença, receberam-se em matrimônio José Alves de Oliveira e D. Maria dos Anjos de Cerqueira, brancos, naturais desta cidade, ele, filho de Nicolao José Soterio e D. Rosalina Maria de Oliveira e ela filha do Capitão Jeronimo Felisberto Vieira Cerqueira e de sua finada mulher D. Virgínia Emília de Souza e no mesmo ato receberam as bênçãos nupciais, sendo testemunhas Antonio Joaquim Rodrigues, João Caetano de Araújo Gama e outras mais pessoas. De eu fiz este assento e assinei. O Cônego João José de Miranda<sup>6</sup>

Salvador representou para José Alves de Oliveira a transição do pacato universo rural para a efervescência dos centros urbanos. Ao longo de aproximadamente duas décadas na capital baiana, José e Maria dos Anjos ali geraram cinco de seus seis filhos: José Filho, Mario, América Alina (depois Oliveira Lobo), Virginia Emília (depois Oliveira von Sydow) e Rodolpho. A caçula da família – Florianina Iracema (depois Eisenbach) – nasceria em outra estação: uma chegada que marcaria, também, uma nova e definitiva partida.

#### **4ª Estação: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil**

O trem da família, agora movido pelas engrenagens do comércio e do funcionalismo público, estacionou na Capital Federal. No Rio de Janeiro, porém, a jornada foi subitamente interrompida por uma trágica perda. O patriarca, José Alves de Oliveira, faleceu vitimado por uma lesão cardíaca em 23 de junho de 1897, deixando cinco filhos e a esposa grávida de seis meses. O

---

<sup>6</sup> SALVADOR/BA. Livro de Matrimônios da Paróquia Transfiguração do Senhor (1838-1879). Disponível em: FamilySearch.org. Embora o assento registre o noivo como natural de Salvador, tal imprecisão não era incomum; abundam casos análogos de migrantes declarados naturais de seu domicílio atual. A convergência dos nomes dos pais de José e a naturalidade sergipana informada em seu registro de óbito descartariam a hipótese de homonímia, confirmando tratar -se do José lagartense.

óbito foi declarado pelo filho homônimo, que ratificou a naturalidade sergipana do pai, consolidando o vínculo documental com suas raízes em Lagarto.

Pouco mais de um ano da morte do patriarca, uma nova perda abalou a família, até então confortada pelo nascimento da póstuma Florianina: a morte de Mário, em 12 de outubro de 1898. vítima de tuberculose pulmonar. Coube à D. Maria dos Anjos (que viveria até os 88 anos de idade) e ao primogênito, José Alves de Oliveira Filho, manter firme e unida a família aquebrantada. Seria, contudo, no vagão do filho caçula entre os homens, **Rodolpho Alves de Oliveira**, que os trilhos desta jornada encontraram o seu passageiro mais ilustre.

Rodolfo, nascido na Bahia no ano de 1883, herdara da mãe a resiliência e do pai, o inabalável senso de dever. Na Capital Federal, transitou entre variadas atividades profissionais: foi funcionário de Tabelionato, escrivão, chefe da Casa de Detenção, entre outras ocupações. Em 1911, seu casamento com Nair Sampaio da Cunha consolida o status da família na classe média urbana carioca, estabelecendo as bases de uma nova e próspera ramificação da linhagem.

Aos 27 dias de dezembro de 1911, pela uma hora da tarde na Igreja Matriz da Freguesia do Divino Espírito Santo, [...] em presença do Laureano Ribeiro Peixoto e das testemunhas Arthur de Meira Lima e Virgínia Mendonça de Oliveira receberam-se em matrimônio os contraentes Rodolpho Alves de Oliveira e Nair Sampaio da Cunha, ele, com vinte e oito anos de idade, solteiro, filho legítimo de José Alves de Oliveira e de Maria Alves de Oliveira, batizado na Freguesia da Bahia, diocese da Bahia, e ela, com vinte e um anos de idade, solteira, filha do Doutor Júlio Alves da Cunha e de Rosa Sampaio da Cunha, batizada na Freguesia da Glória, diocese do Rio de Janeiro e moradores nesta paróquia do Espírito Santo<sup>7</sup>.

Rodolpho Alves faleceu no Rio de Janeiro a 12 de dezembro de 1960. Sua esposa, quase treze anos depois, a 12 de janeiro de 1973. Do matrimônio, sobreviveram-lhes dois filhos. Yvonne, a primogênita, foi casada, viveu no Rio de Janeiro e não deixou descendência. Já o caçula seria ninguém menos que Aloysio de Oliveira – *Adivinha, Dindi?*

Do sertão da Bahia aos holofotes mundiais, a trajetória iniciada por Joaquim Ignacio encontrava em seu tetraneto uma voz que traduziria o Brasil para o mundo. A música, que ecoava provavelmente apenas nos festejos regionais, ganhava agora arranjos universais, provando que as trilhas abertas

---

<sup>7</sup> RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Registro Civil de Casamentos da 7ª Circunscrição. Disponível em: FamilySearch.org.

pelos antepassados, por mais áridas que fossem, conduziam a destinos extraordinários.

### **5ª Estação: Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos da América**

No dia 30 de dezembro de 1914, o Catete, carnavalesco bairro carioca, viu nascer **Aloysio Alves de Oliveira**, ou simplesmente Aloysio de Oliveira. Como ele próprio sublinhou em sua autobiografia, veio ao mundo com a “banda virada pra lua”, uma sutil referência ao nome do grupo musical que o apresentaria ao cenário musical: o Bando da Lua.

O Bando da Lua foi o grupo vocal e instrumental brasileiro mais famoso nas décadas de 1930 e 1940. Célebre por seus sambas e marchinhas, o conjunto ganhou projeção mundial acompanhando a artista Carmen Miranda, de quem Aloysio foi parceiro musical, amigo, confidente, e com quem viveria um delicado romance sob as luzes de Hollywood.

Com talento, versatilidade e muita “poeira de estrada”, Aloysio de Oliveira conquistou respeito internacional. Cantor, instrumentista, dublador de filmes da Disney, imortalizou-se como a voz de *Aquarela no Brasil* no filme *Alô Amigos* (1942), o letrista de Tom Jobim em clássicos como *Dindi*, *Inútil Paisagem*, *Só Tinha de Ser com Você*, e se consagrou como o produtor que apresentou a Bossa Nova ao mundo. Faleceu em Los Angeles, a 4 de fevereiro de 1995.

A trajetória de Aloysio de Oliveira é amplamente conhecida e celebrada pela historiografia musical. Mas a genealogia revela o que as luzes da fama raramente iluminam: no “carioca americano” corria o sangue, o sol, o silêncio do sertão e do agreste. O rastro genético que emergiu no anonimato do interior da Bahia e de Sergipe atravessou gerações, séculos e milhares de quilômetros para provar que a sofisticação da Bossa Nova e a força rústica do homem sertanejo são, na verdade, paradas da mesma viagem. As estações por onde passaram nossos antepassados seguem viajando dentro de nós.

E, enfim, chegamos à estação final desta jornada. Tal como nos diz a letra de Dindi, testemunhamos como o vento, o mesmo que fala nas árvores contando histórias que são de ninguém, sussurra histórias que são minhas, que são suas... que são de Lagarto também.





# DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Ana Carolina Viana Simões, Marcelino Nascimento de Oliveira.

## Resumo

A educação tem se transformado ao longo da história em consonância com mudanças sociais, culturais e tecnológicas, sendo atualmente influenciada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Apesar da ampla produção teórica sobre autores clássicos, ainda há lacunas na análise das relações entre essas concepções e as práticas educacionais mediadas por tecnologias. Este estudo teve como objetivo analisar a educação digital à luz das teorias clássicas, identificando continuidades e rupturas. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, com abordagem analítico-interpretativa. Os resultados indicam a permanência de princípios como centralidade do sujeito, experiência e interação social, ainda que ressignificados. Observam-se rupturas relacionadas ao acesso à informação e à personalização do ensino. Conclui-se que a educação digital reconfigura fundamentos clássicos, exigindo abordagem crítica no uso das TDIC.

**Palavras-chave:** Educação; TDIC; Teorias Clássicas.

## From Classical Education to Digital Technologies: Continuities and Ruptures

### Abstract

Education has undergone transformations throughout history in alignment with social, cultural, and technological changes, and is currently influenced by Digital Information and Communication Technologies (DICT). Despite the extensive theoretical production on classical authors, there are still gaps in the analysis of the relationships between these conceptions and educational practices mediated by technology. This study aimed to analyze digital education in light of classical educational theories, identifying continuities and ruptures. It is a qualitative study, based on bibliographic research, with an analytical-interpretative approach. The results indicate the persistence of principles such as learner-centeredness, experience, and social interaction, although re-signified in contemporary contexts. Ruptures are observed in relation to access to information and the personalization of teaching. It is concluded that digital education reconfigures classical foundations, requiring a critical approach to the use of DICT.

**Keywords:** Education; DICT; Classical Theories.

## 1 - Introdução

A educação, enquanto prática social, sempre esteve intrinsecamente relacionada às transformações históricas, culturais e tecnológicas da sociedade. Desde as formas mais primitivas de transmissão de conhecimento, baseadas na oralidade e na observação, até os sistemas educacionais contemporâneos mediados por tecnologias digitais, observa-se que os modos de ensinar e aprender se reconfiguram em consonância com as mudanças nos contextos sociais e nos recursos disponíveis. Nesse percurso, diferentes períodos históricos foram marcados por concepções pedagógicas distintas, fortemente influenciadas por correntes filosóficas, políticas e científicas que moldaram os objetivos e as práticas educacionais.

Os chamados autores clássicos da educação, como Comenius, Locke, Rousseau, Montessori, Dewey, Vygotsky e Freire, desempenharam papel fundamental na construção de referenciais teóricos que ainda hoje orientam o pensamento pedagógico. Suas contribuições abordam aspectos centrais do processo educativo, como a importância da experiência, o desenvolvimento integral do indivíduo, a interação social, a autonomia do sujeito e o papel transformador da educação na sociedade. Ainda que elaboradas em contextos históricos distintos, essas concepções permanecem como base para a compreensão das práticas educacionais contemporâneas.

Paralelamente, o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tem promovido mudanças significativas na forma como o conhecimento é produzido, disseminado e apropriado. A expansão do acesso à internet, o desenvolvimento de plataformas digitais, a popularização de ambientes virtuais de aprendizagem e, mais recentemente, o surgimento de tecnologias baseadas em inteligência artificial, têm ampliado as possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo práticas mais flexíveis, interativas e personalizadas. Nesse cenário, a educação digital emerge como um campo em constante transformação, marcado tanto por inovações quanto por desafios relacionados à qualidade do ensino, à equidade de acesso e à formação crítica dos sujeitos.

Embora a literatura apresente vastas contribuições de autores clássicos da educação, ainda há pouca análise sistemática sobre como suas concepções pedagógicas dialogam, convergem ou contrastam com as práticas educacionais mediadas por TDIC. Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: como interpretar a educação digital à luz das teorias clássicas da educação? Parte-se do pressuposto de que, embora as tecnologias introduzam novos elementos no processo educativo, muitos dos fundamentos pedagógicos permanecem presentes, ainda que ressignificados pelas novas condições tecnológicas.

Assim, o objetivo geral deste artigo é analisar como a educação digital pode ser interpretada à luz das teorias clássicas da educação, identificando convergências, contrastes e possíveis contribuições dessas tradições para a

compreensão das práticas mediadas por TDIC. Especificamente, busca-se mapear conceitos centrais dos principais autores clássicos, descrever características da educação digital contemporânea e estabelecer uma análise comparativa entre esses dois universos.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para uma compreensão mais crítica e fundamentada do uso das tecnologias na educação, evitando abordagens meramente tecnicistas ou deterministas. Ao resgatar os fundamentos teóricos da educação, pretende-se oferecer subsídios para que a incorporação das TDIC no ensino ocorra de forma mais consciente, alinhada à princípios pedagógicos consistentes e comprometida com a formação integral dos sujeitos.

Por fim, este artigo está estruturado em quatro seções principais. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia adotada no estudo. Em seguida, desenvolve-se o referencial teórico, análise e discussão, abordando tanto as contribuições dos autores clássicos quanto as características da educação mediada por tecnologias digitais e são analisadas as continuidades e rupturas entre esses modelos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, sintetizando os principais achados e indicando possíveis caminhos para investigações futuras.

## **2 - Metodologia**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica com abordagem analítico-interpretativa. Esse tipo de investigação é adequado quando se busca compreender, sistematizar e reinterpretar conceitos teóricos já consolidados, especialmente em campos como a educação, nos quais a construção do conhecimento envolve múltiplas correntes de pensamento e diferentes contextos históricos (GIL, 2019).

A pesquisa foi estruturada a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas que abordam tanto os fundamentos da educação quanto o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no contexto educacional. No que se refere ao referencial clássico, foram considerados autores amplamente reconhecidos na literatura educacional, como Comenius, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Maria Montessori, John Dewey, Lev Vygotsky e Paulo Freire, selecionados em função de sua relevância histórica e da influência duradoura de suas ideias sobre as teorias pedagógicas modernas.

A seleção das fontes bibliográficas seguiu critérios de relevância teórica, recorrência na literatura acadêmica e contribuição para a compreensão dos fundamentos da educação. Foram priorizadas obras originais desses autores, bem como estudos secundários que discutem e interpretam suas concepções pedagógicas. No que diz respeito à educação contemporânea,

foram incluídas produções acadêmicas que tratam das TDIC, da educação digital, do ensino híbrido e das transformações recentes no processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias.

Essa análise teve caráter interpretativo, não se limitando à descrição dos autores ou das tecnologias, mas buscando estabelecer relações entre diferentes perspectivas teóricas e contextos históricos. Cabe destacar que, por se tratar de uma revisão bibliográfica de caráter teórico, o estudo não envolveu coleta de dados empíricos. Dessa forma, suas conclusões estão fundamentadas na interpretação crítica da literatura selecionada, o que implica reconhecer possíveis limitações relacionadas à subjetividade da análise e à abrangência das fontes consultadas. Ainda assim, entende-se que a abordagem adotada é pertinente para o objetivo proposto, na medida em que permite construir uma reflexão fundamentada sobre a relação entre tradição pedagógica e inovação tecnológica na educação.

### **3 - Análise e discussão:**

Observa-se que as tendências educacionais costumam caminhar junto com o momento histórico pelo qual a sociedade está passando. Desde a pré-história, o ser humano transmitia conhecimento a outro ser humano de forma intuitiva e natural focando em atividades de sobrevivência, como a caça e a pesca. Com o surgimento da propriedade privada começaram a aparecer as classes sociais e a escravidão e os interesses da sociedade passaram a direcionar os ensinamentos para a preparação para a vida política como oratória, retórica, filosofia, artes e literatura. Na Idade Média é a vez da religião ditar as regras da sociedade e o processo educacional deixa de ser focado no ensino de habilidades políticas e passa a ter forte influência da Igreja Católica, ainda permanecendo uma educação para poucos da alta sociedade. Nesse sentido, ao examinar o pensamento de autores clássicos, torna-se possível identificar elementos que, mesmo desenvolvidos em contextos históricos distintos, apresentam continuidade ou ressignificação no cenário educacional contemporâneo mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

A educação da modernidade teve seus primórdios com alguns nomes importantes na história da educação. Erasmo de Roterdã (1466-1536) foi uma das figuras mais proeminentes do Renascimento europeu, conhecido por seu brilhante trabalho como humanista, teólogo, filósofo, professor e autor. Em 1530 foi escrita uma das mais notáveis obras de Erasmo de Roterdã, "A Civilidade Pueril", que pode ser considerado um dos primeiros manuais de etiqueta destinado à educação de crianças na Europa moderna. Seu impacto foi tão profundo que influenciou as práticas de etiqueta e os modos de conduta na sociedade europeia por séculos.

Essa obra teve como objetivo orientar a educação das crianças, especialmente dos meninos, nas práticas de boas maneiras e conduta social apropriada mostrando a importância da etiqueta na formação dos futuros líderes. O livro é estruturado como uma série de lições ou conselhos sobre comportamento apropriado em diferentes situações sociais. Ele aborda temas como cortesia, higiene, comportamento à mesa, conversação e interações sociais. Erasmo discute detalhes como a maneira correta de se vestir, comer, falar e se comportar em público. A ênfase de Erasmo na 'civildade' (modos civilizados) reflete a importância do autocontrole, da moderação e da consideração pelos outros na sociedade. Ele argumenta que a verdadeira civildade vai além das aparências externas e está enraizada no caráter moral da pessoa. A obra reflete o espírito humanista do Renascimento, enfatizando a importância da educação e do desenvolvimento pessoal. Erasmo promove a ideia de que a educação e os bons modos são essenciais para o desenvolvimento de um indivíduo completo e virtuoso. "A Civildade Pueril" foi extremamente popular e amplamente lida em toda a Europa. Foi traduzida para várias línguas e reeditada inúmeras vezes, tornando-se um texto padrão em muitas escolas europeias. A influência do livro persistiu por séculos e ajudou a moldar as noções ocidentais de etiqueta e comportamento apropriado. Ele é visto como um precursor dos modernos manuais de etiqueta e um importante documento histórico que oferece insights sobre os valores sociais e educacionais do Renascimento (ERASMO DE ROTERDÃ, 1978). Embora situada em um contexto marcado por normas sociais rígidas, essa perspectiva revela uma preocupação com a formação integral do sujeito, aspecto que encontra ressonância em abordagens contemporâneas que valorizam competências socioemocionais no ambiente educacional digital.

Ainda nesse período, atuou Nicolau Maquiavel (1469-1527), um diplomata, filósofo político, historiador e escritor que viveu durante um período turbulento na história italiana, marcado por guerras e intrigas políticas e apresentou uma visão pragmática da formação política, destacando a importância da preparação para o exercício do poder e da governança. É uma figura central na história do pensamento político, cujas ideias sobre poder, estado e governança continuam a influenciar e a provocar debates séculos após sua morte. Sua obra mais conhecida "O Príncipe" é um tratado sobre teoria política que se tornou um dos textos fundamentais da filosofia política moderna (CORTINA, 2001; MAQUIAVEL, 1973).

Neste livro, ele descreve as estratégias que um governante deve empregar para manter o poder e controlar um Estado. A obra é conhecida por sua abordagem pragmática e, por vezes, cínica do poder, aconselhando os governantes a fazer o que for necessário para manter o controle, mesmo que isso inclua ações imorais ou desonestas. Maquiavel é frequentemente citado como o fundador do pensamento político moderno, principalmente por sua

rejeição dos princípios morais e religiosos tradicionais como base para analisar a política (CORTINA, 2001; MAQUIAVEL, 1973).

Apesar das importantes contribuições históricas dos autores supracitados, foi Jan Amos Komenský, conhecido como Comenius (1592-1670) que ficou conhecido como o pai da educação moderna. Ele era educador, filósofo, teólogo e reformador da educação. Suas ideias sobre ensino universal, prático e inclusivo marcaram um ponto de virada na história da educação e continuam a influenciar práticas pedagógicas modernas.

Comenius era um bispo protestante que viveu durante um período de grandes mudanças e conflitos na Europa, incluindo a Guerra dos Trinta Anos que tinha cunho religioso e político. Suas crenças influenciaram profundamente seu trabalho, para ele, a educação era parte integrante da vida religiosa. Ele acreditava que a educação deveria transmitir conhecimento e formar o caráter moral e espiritual dos indivíduos, a educação deveria ser universal, inclusiva e prática, defendia que todos, independentemente de gênero, status social ou habilidades, tinham o direito de ser educados. Isso era revolucionário na época, quando a educação era restrita a certas classes sociais.

Comenius acreditava que a educação deveria estar em harmonia com a ordem natural das coisas. Em sua obra mais famosa, "Didática Magna", Comenius fala da importância de uma progressão lógica na aprendizagem, onde conceitos complexos são construídos a partir de fundamentos básicos, enfatizou a necessidade de adaptar métodos de ensino às diferentes fases de desenvolvimento infantil, propôs a ideia de aprender fazendo, ao invés de apenas através de memorização, usando todos os sentidos no processo educativo, promovendo uma aprendizagem mais rica e envolvente, entre outras contribuições (RODRÍGUEZ, 2022).

Embora as tecnologias de comunicação e informação dessa época fossem primárias em comparação com as de hoje, elas foram fundamentais para moldar a educação daquele contexto e permitiram que ideias revolucionárias sobre educação se espalhassem por toda a Europa, influenciando gerações de educadores e reformadores educacionais. A invenção da prensa móvel foi crucial para propagação das ideias, a capacidade de imprimir livros em larga escala significava que textos podiam ser disseminados muito além de sua região natal e distribuídos em várias línguas, atingindo um público amplo em diferentes partes da Europa. A ilustração em livros didáticos também foi uma tecnologia facilitou a compreensão e o engajamento dos alunos por meio da combinação de imagens e textos, elas permitiam uma abordagem mais integrada e sensorial da educação envolvendo todos os sentidos no processo de aprendizagem. Também existiam redes de comunicação disponíveis, como a correspondência por carta, para colaborar, discutir e divulgar ideias com outros intelectuais e educadores em

toda a Europa que foi essencial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de teorias educacionais.

Podemos observar uma clara continuidade das contribuições de Comenius com práticas educacionais contemporâneas mediadas por TDIC, especialmente no que se refere à organização sequencial do conteúdo, ao uso de múltiplos recursos didáticos e à valorização da experiência no processo de aprendizagem. A diferença fundamental reside na ampliação das possibilidades de mediação proporcionadas pelas tecnologias digitais.

No contexto brasileiro, um dos nomes que marcou a história da educação durante o período colonial foi Manuel da Nóbrega (1517-1570) com a companhia de Jesus. Um missionário jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica à América, Nóbrega trabalhou intensamente e teve um papel crucial na evangelização dos povos indígenas adaptando as práticas jesuítas às realidades locais. Ele acreditava na necessidade de compreender a cultura indígena para efetuar a conversão cristã, uma abordagem relativamente progressista para a época (VITALI, 2020).

Também teve papel de destaque na fundação de várias cidades importantes brasileiras. Frequentemente entrava em conflito com colonos portugueses devido à sua defesa dos indígenas, ele argumentava que a escravização dos indígenas era injusta e contrária aos objetivos evangelizadores da Igreja.

Além de seu trabalho evangelizador, Nóbrega foi um defensor fervoroso da educação, estabelecendo escolas jesuítas que desempenharam um papel importante na educação colonial. Essas escolas ofereciam ensino em diversos níveis, desde a instrução básica até estudos mais avançados. Em contrapartida, sua atuação esteve intrinsecamente ligada ao processo de colonização e à imposição da cultura europeia sobre os povos nativos.

Manuel da Nóbrega foi uma figura histórica de grande importância para a compreensão do período colonial brasileiro, especialmente no que diz respeito à atuação da Companhia de Jesus, aos primeiros esforços de evangelização e educação.

Já no início do século XVII, o iluminismo passou a influenciar pensadores da educação como John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Luís António Verney (1713-1792), Azeredo Coutinho (1742-1821) entre outros que anteciparam concepções que hoje se materializam em ambientes de aprendizagem interativos e personalizados.

John Locke, filósofo e teórico político inglês, destaca-se como um dos principais pensadores do Iluminismo e um dos fundadores do pensamento liberal moderno sendo conhecido como o "pai do liberalismo". Sua obra abrangeu uma ampla gama de tópicos, incluindo filosofia política, epistemologia e educação (VÁRNAGY, 2010).

Locke viveu durante um período de turbulência política e intelectual na Inglaterra que foi marcado por intensos debates sobre governança, direitos

individuais e a natureza do conhecimento humano. Esse contexto social moldou sua visão de que a educação deveria promover a liberdade de pensamento e a capacidade de questionar.

Em suas obras, Locke desenvolve sua teoria sobre a origem e a natureza do conhecimento pregando a ideia da “tábua rasa” que se refere ao conceito de que a mente humana, no nascimento, é como uma tábua rasa, sem dados inatos e que vai se preenchendo com as experiências reconhecendo a importância dos primeiros anos de vida na formação do caráter e das habilidades cognitivas. Ele enfatizava a importância de uma educação prática em vez de puramente acadêmica, acreditava que a educação deveria preparar os indivíduos para a vida, ensinando-lhes habilidades práticas e úteis e deveria ser adaptada às necessidades e interesses individuais do aluno. Locke foi um empirista, acreditando que o conhecimento deriva da experiência sensorial enfatizando a aprendizagem através da experiência direta e da interação com o mundo. Também acreditava que a saúde física era crucial para o sucesso educacional e promovia a prática de exercícios físicos e uma dieta adequada, refletindo as ideias médicas e científicas em evolução de sua época. Suas ideias foram revolucionárias para a época e deixou um legado duradouro no campo da educação (LOCKE, 1690; LOCKE, 1693).

Entre os pensadores do Iluminismo, Rousseau se destaca como filósofo e escritor, sendo considerado um dos mais influentes pensadores do Iluminismo e suas ideias tiveram um impacto profundo nas esferas da filosofia política, educação e literatura. Esta era foi caracterizada por um questionamento intenso das tradições, da autoridade estabelecida e pela valorização da razão, da liberdade individual e da igualdade. Ele é visto como um precursor da educação progressista e de métodos educacionais que enfatizam a experiência, o interesse da criança e o desenvolvimento holístico.

Em uma de suas principais obras, "Emílio, ou Da Educação" ("Émile, ou De l'éducation"), publicada em 1762, Rousseau propõe uma abordagem de "educação natural", na qual o desenvolvimento da criança deveria ocorrer de forma livre e espontânea, sem as restrições da educação formal e das convenções sociais. Ele enfatizou a importância de considerar as fases do desenvolvimento infantil, argumentando que a educação deve se adaptar às necessidades e habilidades de cada estágio da vida da criança (ROUSSEAU, 2004). Sua visão de uma educação mais humanizada e individualizada continua a influenciar teorias e práticas pedagógicas modernas que frequentemente buscam adaptar conteúdos e estratégias aos ritmos e necessidades individuais dos aprendizes.

Luís António Verney foi um filósofo, educador e escritor português, considerado uma das figuras centrais do Iluminismo em Portugal. Em uma de suas principais obras, "Verdadeiro Método de Estudar" (1746), ele critica a educação da época e propõe reformas significativas no sistema educacional português que ainda estava fortemente enraizado em estruturas tradicionais,

especialmente na educação, dominada por um ensino baseado em memorização e fortemente influenciado pela Igreja Católica. Suas ideias influenciaram as reformas educacionais em Portugal e contribuíram para a modernização do ensino, colocando maior ênfase na razão, no pensamento crítico e no conteúdo prático (MAGALHÃES, 2016).

Azeredo Coutinho foi uma figura significativa na história da educação e do pensamento iluminista no Brasil colonial. Foi um período marcado pelo crescimento econômico impulsionado pela mineração e pela intensificação dos laços com Portugal, ele via a educação como uma chave para o desenvolvimento social e econômico e defendia a reforma do sistema educacional no Brasil. Foi um dos primeiros a advogar pela educação pública no Brasil, visando tornar o ensino acessível a uma parcela mais ampla da população. Suas ideias sobre a reforma educacional e o incentivo ao ensino das ciências e técnicas marcaram um avanço significativo no pensamento educacional brasileiro (CANTARINO, 2015).

Tanto Verney quanto Coutinho contribuíram para a valorização do pensamento crítico e da utilidade prática do conhecimento, defendendo reformas educacionais que aproximassem o ensino das demandas sociais. Essas ideias dialogam diretamente com o contexto atual, no qual a educação digital é frequentemente orientada por competências práticas e pela resolução de problemas, embora nem sempre acompanhada de uma reflexão crítica mais aprofundada.

Por volta do século XIX o Cientificismo ganhou força e destaque. Este período foi marcado por um intenso desenvolvimento científico e tecnológico, e uma crescente confiança na ciência como meio para entender e melhorar o mundo. Houve uma crescente institucionalização da ciência, com a fundação de sociedades científicas, a expansão de universidades e a criação de laboratórios dedicados à pesquisa. Isso profissionalizou a ciência e aumentou seu status e influência na sociedade. O avanço do cientificismo esteve associado ao desenvolvimento científico e às transformações intelectuais da época, sendo posteriormente potencializado, em contextos contemporâneos, pelas tecnologias digitais.

O Cientificismo influenciou significativamente a educação que passou a incorporar de forma mais sistemática os métodos científicos, enfatizando a objetividade, a experimentação e a organização do conhecimento. Alguns aspectos que passaram a ganhar destaque foram: a valorização de métodos de ensino e aprendizagem baseados em evidências buscando a eficácia comprovada; a promoção e inclusão de conteúdos científicos e tecnológicos no currículo educacional; a adoção de método científico como uma ferramenta de aprendizagem promovendo o pensamento crítico e a resolução de problemas; abordagens educacionais que buscam se distanciar de viés ideológico, focando-se em fatos e teorias cientificamente validadas; e a necessidade de educação continuada e aprendizado ao longo da vida.

Alguns pensadores da época que contribuíram significativamente com a educação foram: Johann Friedrich Herbart (1776-1841), Maria Montessori (1870-1952), Rui Barbosa (1849-1923) e Lev Semionovitch Vygotsky (1896-1934).

Herbart foi um filósofo e educador alemão, considerado um dos fundadores da pedagogia científica. Ele acreditava que a educação deveria desenvolver moralidade e caráter, além de intelecto. Herbart propôs um modelo educacional que enfatizava a instrução estruturada, visando a formação de conceitos claros e a interligação destes na mente do aluno. Sua abordagem, centrada na "instrução formal", influenciou significativamente as práticas educacionais, destacando a importância de um currículo bem estruturado e de métodos pedagógicos sistemáticos (HERBART, 1992).

Maria Montessori foi uma educadora e médica italiana que revolucionou a educação infantil. Ela desenvolveu um método baseado na observação científica das crianças e na crença de que elas têm uma capacidade inata para se educarem. O Método Montessori enfatiza a aprendizagem autodirigida, a educação sensorial, e a importância de um ambiente preparado que estimula a autonomia e o desenvolvimento natural das crianças. Esse método contribuiu para a visão de que a educação deve ser adaptada às necessidades, ritmos e interesses de cada criança, em contraste com os métodos tradicionais mais rígidos e centrados no professor (HINITZ, 2023).

Vygotsky foi um pensador importante que ficou conhecido por suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem. Ele introduziu conceitos como a "Zona de Desenvolvimento Proximal" e a importância da interação social na aprendizagem. Vygotsky acreditava que o desenvolvimento cognitivo das crianças é fortemente influenciado pelo contexto cultural e social, e que a educação deve levar isso em conta. Suas ideias contribuíram para a compreensão de que a aprendizagem é um processo social e colaborativo, e que os educadores devem considerar o contexto cultural dos alunos (REGO, 2007).

No contexto brasileiro, Rui Barbosa foi um jurista, político e orador brasileiro que teve um papel fundamental na reforma do sistema educacional do Brasil no início do século XX. Ele defendia a educação como um direito universal, enfatizando a importância da educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Barbosa foi um dos primeiros a argumentar a favor da educação laica, separando a educação das influências religiosas, e promoveu a ideia de que a educação era essencial para o desenvolvimento e a soberania de uma nação (SOARES, 2003). Essa perspectiva mantém relevância, sobretudo diante dos desafios relacionados ao acesso desigual às tecnologias digitais, que podem tanto ampliar quanto restringir oportunidades educacionais.

Cada um desses pensadores trouxe perspectivas únicas e fundamentais para a educação, enfatizando a importância do desenvolvimento integral do indivíduo, a aprendizagem autodirigida e contextualizada, e o papel

essencial da educação na formação de uma sociedade justa e democrática. No entanto, é importante notar que, embora o cientificismo tenha se fortalecido no século XIX, ele também foi objeto de críticas e debates, especialmente no que diz respeito às suas limitações e à necessidade de considerar outras formas de conhecimento e entendimento humano. Alguns argumentam que a ênfase excessiva na ciência pode negligenciar outras áreas importantes da educação, como as artes e as humanidades, e que a busca pela objetividade pode ignorar o papel dos valores e da experiência subjetiva na aprendizagem.

A discussão sobre educação e sociedade, quando baseada na educação progressista, oferece uma rica perspectiva no desenvolvimento social. Alguns educadores como John Dewey (1859-1952), Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971) e Paulo Freire (1921-1997) compartilham a crença de que a educação é um instrumento vital para o progresso e transformação social. Eles defendem uma abordagem educacional que não só transmite conhecimento, mas também forma cidadãos críticos, engajados e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. A educação, em suas visões, é intrinsecamente ligada ao desenvolvimento social e político, e tem o poder de moldar a sociedade de maneira profunda e duradoura.

John Dewey foi um filósofo e pedagogo americano que acreditava que a educação deveria estar integrada à vida real e enfatizava a aprendizagem por meio da experiência. Dewey defendia uma abordagem prática e interativa de ensino, onde os alunos são encorajados a explorar e interagir com o mundo ao seu redor. Seu trabalho influenciou significativamente o sistema educacional americano e teve um impacto global (SZPUNAR, 2000).

No Brasil, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira foram figuras chave na introdução e desenvolvimento de ideias progressistas na educação. Influenciados por Dewey, eles promoveram uma visão de educação que enfatizava o desenvolvimento integral do indivíduo e a preparação para a vida em uma sociedade democrática. Eles acreditavam que a educação deveria desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados e ser acessível a todos (CARBELLO, 2016; DA CUNHA, 2017).

Paulo Freire, outro educador brasileiro renomado, é conhecido por seu trabalho sobre a pedagogia crítica. Ele se concentrou em métodos de ensino que promoviam a conscientização crítica dos alunos, permitindo-lhes questionar e transformar a realidade social em que viviam. Seu método de alfabetização, que enfatizava o diálogo e a reflexão crítica sobre a própria realidade dos alunos, revolucionou a educação de adultos, especialmente em áreas de alta pobreza e exclusão social (MARANGON; FORTUNA, 2021).

As inovações tecnológicas ao longo da história sempre foram molas propulsoras para as transformações no cenário educacional. A utilização de tecnologias na educação ao longo da história precisa ser entendida no contexto das ferramentas e métodos disponíveis em cada época. Durante a pré-história, Grécia Antiga e Idade Média, as tecnologias educacionais eram

fundamentalmente diferentes das que conhecemos hoje, mas desempenharam papéis importantes na transmissão e no desenvolvimento do conhecimento como por exemplo: ferramentas rudimentares e modelos feitos de pedra, osso ou madeira poderiam ser usados para ensinar habilidades práticas como caça, confecção de ferramentas e técnicas de sobrevivência; papiros e tábuas de cera que eram comumente usados para escrever e registrar informações; ou modelos de edifícios e maquetes que eram usados ocasionalmente para ensinar arquitetura e engenharia, especialmente em contextos monásticos. Na **figura 1** está representada como se deu a evolução de tecnologias utilizadas para o processo educacional desde a idade da pedra até os dias atuais:

**Figura 1.** A jornada da tecnologia na educação



Fonte: Elaboração própria

A evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) teve uma importância monumental para a educação ao longo do tempo. Essas tecnologias desempenharam um papel crucial em moldar, expandir e melhorar o acesso à educação, além de alterar os métodos de ensino e aprendizagem. Atualmente, uma vasta gama de informações e recursos educacionais como bibliotecas digitais, enciclopédias online, e bases de dados acadêmicas tornam possível, para alunos e professores, o acesso a materiais de aprendizado de qualquer lugar do mundo. As plataformas de aprendizado online, aplicativos educacionais e cursos à distância, permitem que os alunos desenvolvam a capacidade de aprender no seu próprio ritmo e de acordo com seus próprios estilos de aprendizado. Isso tem sido particularmente benéfico para estudantes com necessidades especiais ou para aqueles que vivem em áreas remotas. As TDIC também facilitaram uma colaboração mais eficaz entre alunos e professores, tanto local quanto globalmente. Ferramentas como fóruns online, videoconferências e plataformas de colaboração digital permitem a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento e a integração das TDIC na educação ajuda a desenvolver habilidades essenciais no século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas, alfabetização digital, e capacidade de trabalhar em ambientes colaborativos e virtuais.

Entre outras vantagens a evolução das tecnologias no meio educacional transformou a maneira como ensinamos e aprendemos e expandiu as fronteiras do que é possível na educação, criando um ambiente mais inclusivo, interativo e adaptável para o aprendizado.

A análise deste trabalho evidencia que as TDIC ao invés de representar uma ruptura absoluta com os modelos educacionais clássicos, elas reconfiguram princípios já existentes. Elementos como aprendizagem ativa, centralidade do sujeito, interação social e contextualização do conhecimento permanecem como fundamentos estruturantes da educação, ainda que mediados por novas tecnologias. Por outro lado, observa-se a emergência de rupturas importantes, especialmente relacionadas à escala, à velocidade de acesso à informação e às possibilidades de personalização do ensino.

Assim, os resultados indicam que a educação digital deve ser compreendida como uma continuidade histórica que incorpora novas formas de mediação, ao mesmo tempo em que mantém tensões e desafios já presentes na tradição pedagógica. Essa compreensão é fundamental para evitar abordagens deterministas da tecnologia e para promover um uso mais crítico e fundamentado das TDIC no contexto educacional.

#### **4 - Considerações finais**

O presente estudo teve como objetivo analisar a educação digital à luz das teorias clássicas da educação, buscando identificar continuidades, rupturas e contribuições dessas tradições para a compreensão das práticas contemporâneas mediadas por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A partir de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e de uma análise interpretativa, foi possível observar que a relação entre educação e tecnologia se configura como um processo histórico contínuo de transformação e adaptação.

Os resultados evidenciam que muitos dos princípios fundamentais formulados por autores clássicos — como a centralidade do sujeito no processo de aprendizagem, a valorização da experiência, a importância da interação social e o papel formativo da educação — permanecem presentes na educação contemporânea, ainda que ressignificados pelas novas condições tecnológicas. Nesse sentido, a incorporação das TDIC representa uma reconfiguração de fundamentos já estabelecidos ao longo da história da educação e não uma ruptura absoluta com os modelos pedagógicos tradicionais.

Por outro lado, o estudo também aponta a existência de rupturas relevantes, especialmente no que diz respeito à ampliação do acesso à informação, à velocidade dos processos comunicacionais e às possibilidades de personalização e flexibilização do ensino. Tais transformações introduzem

novos desafios, como a necessidade de garantir equidade no acesso às tecnologias, evitar abordagens tecnicistas e promover uma formação crítica que vá além do uso instrumental dos recursos digitais.

A análise realizada reforça a importância de compreender a educação digital de forma crítica e contextualizada, evitando perspectivas deterministas que atribuem às tecnologias um papel autônomo na transformação educacional. Ao contrário, evidencia-se que o potencial das TDIC depende diretamente de sua articulação com fundamentos pedagógicos consistentes, capazes de orientar práticas educativas mais significativas e alinhadas às necessidades contemporâneas.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa de natureza exclusivamente teórica, baseada em revisão bibliográfica, o que restringe a análise à interpretação das obras selecionadas. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras possam investigar empiricamente como essas continuidades e rupturas se manifestam em contextos educacionais concretos, especialmente em ambientes mediados por tecnologias digitais e inteligência artificial.

Por fim, conclui-se que a compreensão das relações entre tradição pedagógica e inovação tecnológica constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais mais críticas, reflexivas e socialmente comprometidas. Nesse cenário, o diálogo entre teorias clássicas e educação digital amplia a compreensão do fenômeno educativo e contribui para orientar o uso das tecnologias de forma mais consciente e pedagogicamente fundamentada.

## **REFERÊNCIAS**

CANTARINO, N. M. *A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. 2015.

CARBELLO, S. R. C. *A organização escolar na perspectiva de Anísio Teixeira: a centralidade do trabalho docente*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2016.

CORTINA, A. As condições históricas de produção de *O Príncipe* de Maquiavel e sua organização discursiva. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 39, 2001.

DA CUNHA, M. V. John Dewey no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, n. 2, p. 474–486, 2017.

ERASMO DE ROTERDÃ. *A civilidade pueril*. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1978.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

- HERBART, J. F. In: FRIEDL, H. et al. (org.). *Biographisches Handbuch zur Geschichte des Landes Oldenburg*. Oldenburg: Isensee, 1992.
- HINITZ, B. The child is the teacher: a life of Maria Montessori. *American Journal of Play*, v. 15, n. 2, p. 223, 2023.
- LOCKE, J. *An essay concerning human understanding*. 1. ed. London: Thomas Basset, 1690.
- LOCKE, J. *Some thoughts concerning education*. 1. ed. London: A. and J. Churchill, 1693.
- MAGALHÃES, C. M. R. *Luís António Verney: o verdadeiro método de estudar: uma contribuição para o ensino em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2016.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MARANGON, M. L.; FORTUNA, V. Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica. *Espaço Pedagógico*, v. 27, n. 3, p. 934–940, 2021.
- REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- RODRÍGUEZ, A. L. J. *Conocimiento y educación en la obra de J. A. Comenius*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2022.
- ROUSSEAU, J.-J. *Emílio, ou Da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SOARES, M. *Catálogo das obras de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.
- SZPUNAR, G. Biografia e autobiografia in John Dewey. 2000.
- VÁRNAGY, T.-A. *O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2010.
- VITALI, G. I. Evangelization scenes: truth and archive in Manuel da Nóbrega's letters. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 22, n. 2, p. 41–58, 2020.



# SÃO GONÇALO, PENITENTES E O REISADO – FÉ, DEVOÇÃO, CANTIGAS E CRENÇAS POPULARES DO POVOADO JENIPAPO, LAGARTO/SE

André Barbosa de Santana<sup>1</sup>

**RESUMO** - As festividades de São Gonçalo, os Penitentes e o Reisado são expressões da cultura popular religiosa do Povoado Jenipapo, em Lagarto/SE, refletindo a fé e a devoção dos moradores. A celebração dedicada a São Gonçalo atrai fiéis que se reúnem para rezar e cantar, destacando a espiritualidade da região. Os penitentes desempenham um papel crucial na Semana Santa e dia de finados, que englobam atos de penitência e louvação. As canções utilizadas nelas retratam a cultura e as crenças populares, fortalecendo os vínculos entre a comunidade. O Reisado, que celebra a natalidade do menino Jesus, inclui danças, drama e músicas que representam a chegada dos Reis Magos, unindo elementos de fé e cultura. Essas práticas são essenciais para o fortalecimento da identidade cultural do Povoado Jenipapo, pois retrata um passado distante, quando a ausência de participantes e apoio levou ao esquecimento de tais tradições.

**PALAVRAS-CHAVES:** Folclore, cultura popular religiosa, São Gonçalo, Reisado, Penitentes, Lagarto, Jenipapo, mestres.

**ABSTRACT** - The festivities of Saint Gonçalo, the Penitents, and the Reisado are expressions of the popular religious culture of the Jenipapo Village, in Lagarto/SE, reflecting the faith and devotion of the residents. The celebration dedicated to Saint Gonçalo attracts faithful who gather to pray and sing, highlighting the spirituality of the region. The penitents play a crucial role in Holy Week and All Souls' Day, which encompass acts of penance and praise. The songs used in them portray the culture and popular beliefs, strengthening the bonds between the community. The Reisado, which celebrates the birth of the baby Jesus, includes dances, drama, and music that represent the arrival of the Three Wise Men, uniting elements of faith and culture. These practices are essential for strengthening the cultural identity of the Jenipapo Village, as they portray a distant past, when the absence of participants and support led to the forgetting of such traditions.

**KEYWORDS:** Folklore, religious popular culture, Saint Gonçalo, Reisado, Penitents, Lizard, Jenipapo, masters.

---

<sup>1</sup> Professor da Rede Pública Municipal de Lagarto, Doutor em Educação (FISC), Mestre em Culturas Populares (PPGCULT/UFS), pós-graduado em Culturas Populares e Tradicionais (URCA), pós-graduado em Educação Quilombola (FAVENI), pós-graduado em Ensino da Língua Portuguesa (FINOM) e em Educação de Jovens e Adultos (UCAM) e graduado em Licenciatura em Letras (UVA), Licenciatura em Pedagogia (Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz) e em Licenciatura em Artes Visuais (FAVENI).

## INTRODUÇÃO

O povoado Jenipapo, localizado a 18km de Lagarto/SE, com uma população rural estimada em 4 mil habitantes, possui em sua história uma rica diversidade cultural, na qual podemos citar as manifestações da cultura popular religiosa: São Gonçalo, Reisado e Penitência além das demais manifestações da cultura popular como quadrilhas juninas, cavalgada e fanfara.

A comunidade é uma área com potencial para estudos culturais e religiosos, especialmente em relação às tradições populares. A região de Lagarto tem uma rica história, com a ocupação do território datando da segunda metade do século XVI. A devoção a São Gonçalo, aos Penitência e o Reisado, embora não seja amplamente documentada no contexto específico dos estudiosos locais, porém, é uma parte importante da cultura popular brasileira.

### 1. SÃO GONÇALO

São Gonçalo é uma figura venerada tanto em Portugal quanto no Brasil. Sua história está repleta de milagres e sua canonização remonta ao século XIII. Ao chegar ao Brasil, a figura de São Gonçalo se entrelaçou com as crenças religiosas locais, sendo adotada por diversas comunidades como padroeiro muito respeitado. Mas pouca informação específica sobre essa manifestação no Povoado Jenipapo.

A devoção a São Gonçalo é uma manifestação cultural que combina fé, cantigas e crenças populares. Em outros contextos, essa devoção é celebrada por meio de festas conhecidas como "dança de São Gonçalo", que envolvem música, dança e reencenações teatrais. Essas celebrações carregam elementos do sagrado e do profano, revelando a complexidade da cultura popular brasileira.

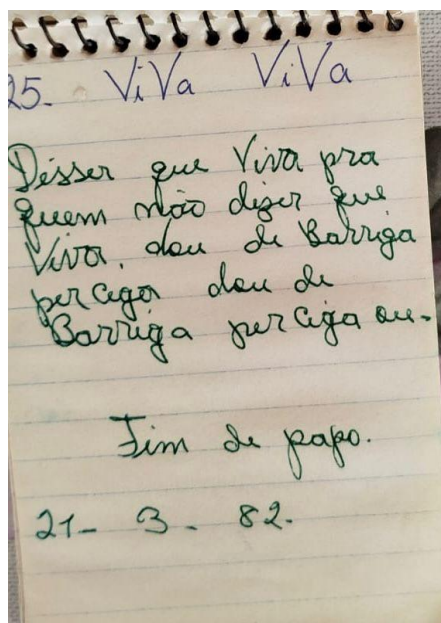
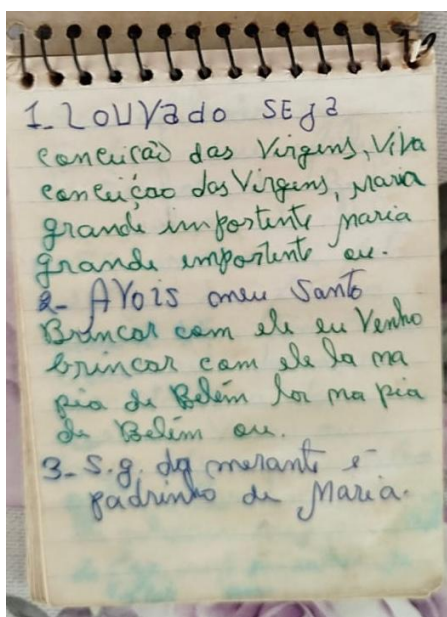
Figura 1 - Promessa de São Gonçalo, Povoado Jenipapo, Lagarto/SE (1985).



Fonte: Acervo particular da Mestra Maria São Pedro

As cantigas e crenças populares associadas a São Gonçalo são uma parte essencial das tradições locais. Embora não haja informações específicas sobre o Povoado Jenipapo, geralmente essas manifestações incluem cânticos litúrgicos adaptados, refrões e danças que refletem a religiosidade popular.

Figuras 2 e 3 – Fragmento dos louvores a São Gonçalo (Numeradas conforme as jornadas, datada de 21 de março de 1982, escrito pela Mestra Maria São Pedro)



Fonte: Acervo particular de André Barbosa de Santana – 2025

O senhor Fontes (Pedro Batista dos Santos), trocava o bandeiro, durante o pagamento de promessa, relatando com muito saudosismo suas boas recordações:

Comecei a troca no São Gonçalo, Reisado e na Penitência, meu pai era o dono do Reisado, toda vez ele levava todos nós para as festas e pagamento das promessas (Relata Senhor Fontes).

No Povoado Jenipapo, como em muitas outras regiões rurais, a cultura popular é enriquecida por tradições orais e festivas. Apesar da falta de informações específicas sobre as manifestações dedicadas a São Gonçalo, é provável que a devoção ao santo esteja imbricada nas festividades locais, contribuindo para a rica tapeçaria cultural da região.

Um estudo sobre a devoção a São Gonçalo no Povoado Jenipapo, embora necessário, enfrenta o desafio da falta de dados específicos. No entanto, a importância da cultura popular e das tradições religiosas locais oferece um rico campo para futuras investigações. Trabalhos futuros devem explorar as manifestações culturais e religiosas na região, destacando a forma como a fé e as crenças populares moldam a identidade local.

Como São Gonçalo é frequentemente associado a festividades populares onde a religião se mistura com brincadeiras e danças, uma vez que a cultura popular tende a preservar tradições que misturam no sagrado e o profano, fomos em busca dos retalhos das informações e encontramos uma vasta e rica cultura popular religiosa transmitida através da oralidade de mestres e mestras que em sua sabedoria, fizeram preservar as lembranças da salvaguarda da identidade cultural, refletindo uma mistura de influências católicas e tradições locais.

Figura 4 - Momento de louvor a São Gonçalo, povoado Jenipapo, Lagarto/SE (1985).



Fonte: Acervo particular da Mestra Maria São Pedro

## 2. OS "PENITENTES"

Em Lagarto/SE existiam três grupos de Penitentes, nos povoados Santo Antônio e Jenipapo e na sede da cidade, com o passar dos tempos, hoje temos somente em atividades dois grupos, no povoado Santo Antônio e na sede. Os "Penitentes" são homens e mulheres que se vestem de branco e percorrem estações de penitência em procissão, rezando pelas almas dos mortos durante a quaresma e no dia de finados (02 de novembro), com intensão que os pecados sejam perdoados e as almas descansem em paz.

Na comunidade essa prática centenária foi um grande escudo de fé e força para conquistar o perdão divino e agradecer também as bênçãos alcançadas, cada estação, poderia ser uma Santa Cruz, cemitério, igrejas católicas ou mesmo uma residência. Todos os penitentes orando, fazendo preces e na frente o líder com a matracar anunciando a passagem dos fiéis.

Mestra Maria São Pedro, 93 anos de muitas recordações, ainda com uma lucides incrível, ela nos relatou:

No nosso tempo, saímos às 7h, beirando o rio para ir louvar e rezar nas igrejas, nas casas, cemitério, com o rosto todo coberto, andando de pés no chão, e ninguém podia ficar conversando. O finado Dionízio levava a cruz na frente e qualquer um dos homens levava a matraca, saindo do jenipapo a pé para Lagarto e voltavam louvando para suas casas." Relatos da Mestra Maria São Pedro.

Uma das regras dos penitentes eram o uso da matraca e a cruz, na frente à Santa Cruz, duas fileiras, e puxando as rezas a matraqueiro, trocando a mesma nos momentos de penitência, lembrando que os mortos mereciam ter o descanto eterno.

Figura 5 - Os Penitentes do Povoado Santo Antônio, Lagarto/SE (2024).



Fonte: Acervo particular de Valdenio Hora

Para Mestra Canja (Maria Arcanjo), era sagrado dos dias de rezar para almas, segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, primeiro rezamos no cemitério, igreja, encruzilhadas e depois nas casas das pessoas durante as 7 semanas, na entrada da porta contávamos esse louvor: *“Alevanta, as mãos, o anjo maldito vem te atenta. Alevanta, alevantar as mãos para o anjo Benito, vem de avisa...”*

Mestra Canja ainda citou ainda uma oração que eles faziam em frente da igreja, para que as almas encontrassem o seu caminho, descansasse em paz desse plano terrestre, que diz:

Senhor, eu me arrependo sinceramente de todo mal que pratiquei e do bem que deixei de fazer. Pecando, eu Vos ofendi, meu Deus e Sumo Bem, digno de ser amado sobre todas as coisas. Prometo firmemente, ajudado com a Vossa graça, fazer penitência e fugir às ocasiões de pecar.”(Mestra Canja)

A fé demonstrada através dos louvores e rezas, durante todo o período da quaresma e o dia de finados (02 de novembro) em misericórdia das almas encontrarem o seu destino perante Nosso Pai Celestial, assim eles tinham a certeza que a missão deles estavam sendo feitas nas noites de sacrifício e piedade.

Figura 6 - Os Penitentes finalizando seu circuito de preces e rezas do Povoado Santo Antônio, Lagarto/SE (2024).



Fonte: Acervo particular de Valdenio Hora

### 3. REISADO

A riqueza da comunidade está entre fitas e cores, nostálgico e de boas recordações, o Reisado, uma expressão cultural e religiosa que faz parte das festividades de Natal, comemorando o nascimento de Cristo e a chegada dos Reis Magos. Essa tradição, que tem suas raízes em Portugal, une música, dança, teatro e religiosidade, envolvendo grupos de participantes que percorrem residências, cantando e se apresentando entre 24 de dezembro e 6 de janeiro. Não poderia ser diferente no povoado Jenipapo, essa riqueza salvaguardada na memória dos moradores mais antigos e seus mestres.

Figura 7 - Grupo de Reisado do Povoado Jenipapo, Lagarto/SE (2010).



Fonte: Acervo particular da professora Luziene

As celebrações que envolvem cantigas e danças reúnem os devotos em um espírito de unidade natalina, o grupo de Reisado do povoado Jenipapo participava juntos de várias atividades promovendo um sentimento de pertencimento, criando laços sociais e fortalecendo a coesão comunitária. Esse contexto social é vital para a identidade

coletiva dos brincantes, mestres e comunidade, mostrando o empoderamento da sua identidade cultural local.

As danças e canções muitas vezes são parte de rituais religiosos, reforçando a conexão espiritual dos brincantes entre a ritualização da fé ajudando a criar um espaço sagrado onde a cultura e a religiosidade se entrelaçam, fortalecendo a identidade dos participantes como parte de uma tradição religiosa comum.

Muitas vezes, as cantigas e danças expressam valores e crenças da comunidade, reafirmando a identidade cultural e religiosa. As letras das canções muitas vezes abordam aspectos da vida cotidiana, fazendo com que os devotos vejam sua própria realidade refletida na arte. Isso reforça o sentimento de orgulho e pertencimento.

## **CONCLUSÃO**

Conhecer esses personagens importantes da cultura popular religiosa, que trazem no seu legado histórias e afetividade nas suas memórias e o pertencimento de uma identidade forte que nem o tempo, nem o esquecimento poderá apagar da sua trajetória, ressaltando as Mestras Maria São Pedro e Canja (Maria Arcanjo), Sr. Fontes e a Professora Luziene, que tanto fizeram e faz em mantém viva a chama de uma comunidade rica em saberes e fazeres de uma forma que movem a fé, resistência e resiliência das suas vidas

Em um contexto social e histórico em que as tradições e culturas locais podem ser ameaçadas pela modernização e globalização, as cantigas e danças servem como formas de resistência cultural. Elas permitem que as comunidades reivindiquem e celebrem sua herança, ajudando a preservar a identidade cultural em face das mudanças.

As atividades relacionadas as manifestações de religiosidade popular é também servem como um meio de educação cultural para os mais jovens. Ao participar das danças e aprender as cantigas, os jovens não apenas se conectam com suas raízes, mas também assumem um papel ativo na manutenção das tradições que definem sua cultura, que muito mais do que simples formas de entretenimento; elas são pilares fundamentais que sustentam a identidade cultural dos devotos e da comunidade. Por meio dessas expressões artísticas, as comunidades reafirmam suas crenças, valores e herança, construindo um legado cultural duradouro que conecta passado, presente e futuro.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar. Textos em história oral.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 10ª ed. São Paulo: Global Editora, 2001; já para edições mais recentes (12ª, Global, 2012): CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* 12ª ed. São Paulo: Global Editora, 2012.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FRAGA, H. (2010). "**Folclore e Resistência Cultural.**" Editora do Brasil.

FONSECA, Adalberto. (2002). "**História de Lagarto.**" GOVERNO DE SERGIPE.

MANETTA, A. **Círculos de cooperação, usos do território das cidades e cultura popular no Brasil.** PatryTer, v. 4, n. 8, p. 77, 2021.

## FONTES ORAIS

ARCANJO, Maria São, "**São Gonçalo, Penitentes e o Reisado – Fé, devoção, cantigas e crenças populares do Povoado Jenipapo, Lagarto/SE,** entrevista concedida a André Barbosa de Santana. Agosto, 2025.

PEDRO, Luziene São, "**São Gonçalo, Penitentes e o Reisado – Fé, devoção, cantigas e crenças populares do Povoado Jenipapo, Lagarto/SE,** entrevista concedida a André Barbosa de Santana. Agosto, 2025.

PEDRO, Maria São, "**São Gonçalo, Penitentes e o Reisado – Fé, devoção, cantigas e crenças populares do Povoado Jenipapo, Lagarto/SE,** entrevista concedida a André Barbosa de Santana. Agosto, 2025.

SANTOS, Pedro Batista dos, "**São Gonçalo, Penitentes e o Reisado – Fé, devoção, cantigas e crenças populares do Povoado Jenipapo, Lagarto/SE,** entrevista concedida a André Barbosa de Santana. Agosto, 2025.



# COMO O CICLO SOCIAL E FAMILIAR INFLUENCIAVAM A VIDA SACERDOTAL NA CAPITANIA DE SERGIPE D'EL REY: O CASO DO VIGÁRIO JOSÉ FRANCISCO DE MENEZES (1811-1839)

Diego Fraga Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo consiste na pesquisa histórica e prosopográfica da trajetória do Padre José Francisco de Menezes (1786-1839), natural da Villa de Lagarto e primeiro Vigário da paróquia de Simão Dias, Sergipe, utilizando-a como microcosmo. O estudo investiga como o ciclo social e o núcleo familiar oitocentista influenciavam de forma determinante a carreira eclesiástica, e como essa, servia de estratégia para acumulação patrimonial. Por meio de uma análise fundamentada em fontes primárias (como processos de *De Vita et Moribus*, *Titulus Patrimonii*, testamento e inventário post-mortem), reconstrói-se a rede de relações e o poder político familiar do reverendo. Isso nos mostra, que a vida sacerdotal no semiárido sergipano não se limitava unicamente à devoção religiosa, mas operava como uma peça estratégica, visando a manutenção de privilégios e do prestígio social dentro desses polos rurais.

**Palavras-chave:** Núcleo familiar, clero e elite oitocentista.

## ABSTRACT

This article consists of historical and prosopographical research on the trajectory of Father José Francisco de Menezes (1786-1839), a native of the Villa of Lagarto and the first Vicar of the parish of Simão Dias, Sergipe, using it as a microcosm. The study investigates how the 19th-century social cycle and family core influenced his ecclesiastical career in a determining way, and how this path served as a strategy for wealth accumulation. Through an analysis based on primary sources (such as the *De Vita et Moribus* and *Titulus Patrimonii* processes, his will, and post-mortem inventory), the reverend's network of relationships and family political power are reconstructed. This shows us that priestly life in the Sergipe semi-arid region was not limited solely to religious devotion, but operated as a strategic tool aimed at maintaining privileges and social prestige within these rural hubs.

**Keywords:** Family nucleus, clergy and 19th-century elite.

---

<sup>1</sup> Pesquisador e graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Este artigo fundamenta-se no meu interesse pela história local, economia e genealogia de Sergipe, que serviram como base primordial para a construção desta pesquisa e análise das fontes primárias. E-mail: diegofraga.acad@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Émile Durkheim<sup>2</sup>, o fato social caracteriza-se por sua exterioridade em relação aos indivíduos. Em outras palavras, as normas e instituições sociais já se encontram consolidadas antes mesmo do nascimento do sujeito. É o caso de um dos fatos sociais mais antigos e fundamentais da humanidade: a família. Esta consiste na primeira instituição apresentada ao indivíduo, na qual ele se encontra inserido desde o nascimento, sendo o berço da socialização primária e definidora de sua posição diante da coletividade.

É importante frisar que, mesmo se tratando de um dos fenômenos sociais mais longevos e consolidados, a concepção de família vem se modificando com o passar dos séculos, reinventando-se de diversas maneiras, embora mantenha sua essência e valores, que são transmitidos de geração em geração. Nesse artigo, revisitaremos um modelo de família já defasado, que existiu no primeiro terço do século XIX e que seguia um modelo necessário para se perpetuar perante as demais camadas da sociedade oitocentista. Nesse sentido, a organização familiar no Sergipe oitocentista ia além de apenas um meio afetivo, mas funcionava como uma unidade de produção e prestígio.

Diante desse cenário, esta pesquisa estuda a família e seu entorno social como objetos de análise, levando a teoria para o campo da historiografia regional. O objetivo integral é investigar de que maneira o ciclo social e familiar influenciavam o contexto da vida sacerdotal na Capitania de Sergipe d'El Rey. Tudo isso utilizando como microcosmo a trajetória do Padre José Francisco de Menezes, natural de Lagarto e primeiro Vigário da paróquia de Simão Dias. Trata-se, portanto, de destrinchar o núcleo familiar do século XIX não apenas como uma instituição colateral e isolada, mas como uma ferramenta de representação social, explorando tudo o que tal estrutura simbolizava na época. Com isso, busca-se compreender a força da família e suas ramificações dentro de diversos âmbitos sociais no Sergipe oitocentista.

Para tal, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico referente ao Padre José Francisco de Menezes e aos seus familiares mais chegados, a fim de tecer uma rede de relações que ajudasse a compreender sua trajetória como pároco e suas estratégias de acumulação patrimonial.

A investigação fundamentou-se em fontes primárias, como os processos de *De Vita et Moribus*<sup>3</sup> e *Titulus Patrimonii* (Vida e Costumes; Patrimônio e Ordens,

---

<sup>2</sup> Visto como um dos fundadores da sociologia moderna, David Émile Durkheim (1858-1917) estabeleceu que fenômenos como a religião e a família são mais do que eventos isolados; são fatos sociais. Tais elementos caracterizam-se pela sua exterioridade ao indivíduo e pela sua natureza coercitiva, moldando o comportamento e as escolhas dos sujeitos de acordo com as normas coletivas da época.

<sup>3</sup> O processo de *Vita Et Moribus* ou *Vida e Costumes*, presente nos séculos passados, tinha como finalidade apurar a conduta e a origem familiar daqueles que se candidatavam ao ofício de Padre.

respectivamente), disponíveis no Laboratório Eugênio Veiga (LEV)<sup>4</sup> e no Arquivo da Cúria da Catedral Metropolitana<sup>5</sup>, ambos localizados em Salvador, Bahia. Além disso, foram consultados seu Inventário *Post-Mortem*<sup>6</sup> e testamento que estão sob a guarda do Arquivo do Tribunal Judiciário do Estado de Sergipe (TJSE)<sup>7</sup>. Tais documentos permitiram identificar os sujeitos envolvidos e suas respectivas posições sociais na antiga Freguesia de Lagarto, bem como seus meios de subsistência e suas redes de relações, fossem elas por afinidade ou de outra natureza.

## 2. TRAJETÓRIA EM CONTEXTO: O PADRE JOSÉ FRANCISCO DE MENEZES

Nascido em 1786 na antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade, atual cidade de Lagarto, foi batizado na matriz da cidade aos 4 de novembro daquele ano, momento que, segundo a tradição católica, marcou seus primeiros passos na vida religiosa. Era filho do devoto casal Francisco José da Piedade e Joanna Vieira de Andrade. Recebeu o sobrenome Menezes, oriundo provavelmente de sua avó paterna, Anna Francisca de Menezes, descrita como fervorosa católica por pesquisadores e estudiosos locais. Anna Francisca, por sua vez, era filha do morador de Lagarto José Telles de Menezes, conforme consta no testamento de seu marido, o Capitão Manoel de Carvalho Carregosa, datado de 1791.

Embora os dados sobre seus primeiros anos sejam escassos, é possível vislumbrar sua rotina na então Capitania de Sergipe. Sua infância e adolescência transcorreram sem grandes sobressaltos, típicas de quem crescia na zona rural, cercado por sítios e roçados. Sua formação moral e social seguia o rigor da época com a frequência obrigatória às missas nos dias sagrados, conforme mandava a tradição colonial. Convém também pensar que, logo em sua segunda infância e adolescência teve acesso a professores de letras, e escritura, aprendendo assim a ler e escrever, como

---

<sup>4</sup> O Laboratório Eugênio Veiga (LEV), vinculado à Universidade Católica do Salvador (UCSal), é uma unidade de referência na preservação e restauro de documentos históricos eclesiais e civis. O seu acervo é fundamental para a historiografia regional, custodiando manuscritos e processos do período colonial e imperial.

<sup>5</sup> O Arquivo da Cúria da Catedral Metropolitana de Salvador custodia a documentação histórica da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Visto que, no período estudado, a estrutura da Igreja em Sergipe estava subordinada à jurisdição baiana, tornando este arquivo indispensável para reconstruir a trajetória de clérigos oitocentistas.

<sup>6</sup> O Inventário Post-Mortem consiste no documento jurídico lavrado após o falecimento de um indivíduo para a partilha de seus bens. Nele constam o patrimônio, os herdeiros, juntamente com o inventariante e dívidas.

<sup>7</sup> Criado em 1984, o Arquivo do Tribunal Judiciário do Estado de Sergipe (TJSE), é o órgão responsável pela gestão e preservação de documentos cartorários antigos, que tiveram suas origens dentro do território Sergipano, desde o período colonial até o século presente. Acervo esse, indispensável para pesquisas que se baseiam na história de Sergipe e de seus habitantes. Está localizado na Rua Conselheiro Carlos Sampaio, s/nº, no bairro Capucho, em Aracaju – SE.

também faziam aqueles vindos de núcleos mais abastados.

Posteriormente, como era costume para os jovens cujas famílias planejavam a carreira eclesiástica, seguiram-se os estudos de Latim, requisito indispensável para o sacerdócio. Assim, em 1811, após sua aceitação formal como candidato pelo Tribunal Eclesiástico da Bahia, sediado em Salvador, iniciou-se o processo de habilitação e a proclamação dos editais necessários. A necessidade de recorrer à capital baiana devia-se ao fato de que Sergipe, naquela época, ainda não possuía diocese própria, estando subordinada à jurisdição do Arcebispado da Bahia. A partir daí, José Francisco de Menezes, prestes a completar vinte e cinco anos, dava início ao rigoroso percurso jurídico e religioso para o seu ordenamento.

Dessa forma, após todos os proclamas costumeiros, foram-lhe concedidas, em julho de 1814 (conforme consta em seu testamento de 1833, aberto em 1839), as Ordens Menores e Sacras<sup>8</sup> no estado sacerdotal do Hábito de São Pedro. Tal consagração não significava apenas o uso de uma vestimenta diferenciada, mas sim o ingresso em uma das instituições mais prestigiosas do Brasil daquele período. Pertencer à Irmandade de São Pedro dos Clérigos era o ápice da carreira para o clero secular, funcionando como uma espécie de 'nobreza eclesiástica'. Seus membros eram selecionados criteriosamente entre sacerdotes oriundos das famílias mais influentes, garantindo-lhes não apenas autoridade religiosa, mas também proteção jurídica, auxílio mútuo e um elevado status político dentro da aristocracia rural sergipana. Essa realidade se alinha ao pensamento de Darcy Ribeiro<sup>9</sup>, na obra 'O Povo Brasileiro', em que ele discorre como a elite brasileira necessitava de mecanismos que afirmassem seu distanciamento do povo comum, (função essa plenamente exercida pelo Hábito dos Clérigos de São Pedro).

A trajetória do Padre José Francisco de Menezes, conforme afirma o historiador Jorge Bastos<sup>10</sup>, inicia-se em Simão Dias em 1815: "Por volta de 1815, o padre José Francisco de Menezes já celebrava casamentos na Capela de Sant'Anna, como está registrado no Livro de Casamentos da Matriz de Lagarto". Isso mostra que não demorou para o padre se vincular a uma capela, justamente aquela que seus avós, Anna Francisca de Menezes e Manoel de Carvalho Carregosa, ajudaram a fundar com doações de bens, e na mesma povoação onde se encontrava o polo econômico mais importante da família: o Engenho Moendas. Fica evidente que esses fatores, em conjunto, ajudaram a

---

<sup>8</sup> A carreira eclesiástica era dividida em ordens menores (preparatórias) e ordens sacras (maiores). O acesso às ordens sacras exigia a comprovação de patrimônio socioeconômico (Titulus Patrimonii), vinculando a vocação religiosa às estratégias de manutenção de status das elites rurais.

<sup>9</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo, autor e político brasileiro que dedicou sua vida a estudar os fenômenos sociais que formaram o Brasil. Sua obra mais aclamada foi O Povo Brasileiro, de 1995.

<sup>10</sup> Jorge Luiz Souza Bastos é um historiador e escritor da cidade de Simão Dias, a qual descreve em várias de suas obras sobre personalidades locais e o processo de formação histórico da localidade. Dentre suas obras, destaque: Simão Dias: Tempos e Narrativas (2022); Uma História de Tradição e Fé (2022); e Memórias do Legislativo Municipal (2022). Todas as obras publicadas pela editora EDISE.

formar uma atmosfera de poder político e econômico que estava concentrada nas mãos de um único clã.

Sobre isso, também pondera o autor Jorge Bastos: “O Padre José Francisco de Menezes reuniu documentos, talvez se utilizando do prestígio político de seus parentes, pleiteando perante o presidente da província, José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, sua nomeação de pároco da Paróquia de Simão Dias”. E complementa:

Esta luta travada pelo Padre José Francisco de Menezes, de tornar-se pároco desta freguesia, se deve unicamente aos estreitos laços de parentesco dele com a família Menezes e Carvalho. Segundo DEDA, não haveria outra justificativa senão essa, pois, além de ser o único inscrito no concurso, esta povoação, na época, era de difícil acesso, pobre e pouco habitada. Independentemente de suas razões, ele já exercia as atividades como administrador da freguesia, desde 29 de abril de 1834, perdurando seu paroquiado até o ano de 1838, [...] (Bastos, 2022, p.47-48).

Por fim, após enfrentar as burocráticas disputas territoriais e políticas pela emancipação da Capela de Simão Dias, (processo esse que resultou no seu desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em 1835, para se tornar paróquia independente) o Padre José Francisco de Menezes assume posto como primeiro vigário na recém-criada freguesia. Ele falece em 19 de maio de 1839 (conforme os registros de abertura de seu inventário), sendo sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto, (vontade que manifestou em vida por meio de seu testamento). Seu sepultamento foi marcado por um suntuoso rito fúnebre, cujos detalhes de pompa e circunstância, registrados em seu espólio, revelam a magnitude do prestígio que acumulou ao longo de sua vida sacerdotal.

### **3. GÊNESE E ESTRATÉGIAS SOCIAIS: A ENGENHARIA DA LINHAGEM**

Em primeiro plano, cabe ressaltar que o clérigo era fruto de um casamento endogâmico<sup>11</sup> entre primos de primeiro grau. No caso em questão, seu avô paterno, o Capitão Manoel de Carvalho Carregosa, era irmão de seu avô materno, Antônio Carvalho d'Ascensão, ambos naturais da Freguesia de Lagarto e filhos do casal de sesmeiros Manoel de Carvalho Carregosa e Marianna d'Ascensão (esses, provavelmente descendentes de cristãos novos em algum grau, como discutem pesquisadores locais). Essa estratégia, secular e onipresente nas elites, funcionava como alianças dentro de um mesmo clã, e possuía três objetivos pragmáticos, eram eles: a preservação de bens dentro da mesma família; a pureza do sangue, muito valorizada naquela sociedade; e a

---

<sup>11</sup> Endogamia é a prática que consiste no casamento entre membros de um mesmo grupo familiar e pode ser fruto de diversos motivos. O caso mais famoso dessa conjuntura é o da família real austríaca “Habsburgo”, cujos membros deram notoriedade ao tema por apresentarem diversas sequelas físicas e cognitivas advindas dessa prática antiga.

perpetuação da família no poder local.

Essa lógica de preservação também se observa no matrimônio das irmãs do Padre. Antônia Margarida de Jesus casou-se com José de Fraga Pimentel, filho do Capitão Thomé de Fraga Pimentel e Paula Josefa de São Pedro, essa por sua vez tia paterna do Reverendo, também filha de Manoel de Carvalho Carregosa e Anna Francisca de Menezes. Já sua outra irmã Francisca Xavier d'Ascensão casou-se com Leonardo Freire de Mesquita, filho do casal Antônio José d'Ascensão e Joanna Freire de Mesquita, também parentes. Esses matrimônios ocorreram de maneira sucessiva e constante dentro desse mesmo seio familiar, replicando-se deliberadamente por meio de seus descendentes até meados do século XX.

O mesmo ocorreu quando se casaram os tios do Padre, o Capitão Manoel de Carvalho Carregosa, o Moço<sup>12</sup>, irmão de seu pai, esse em segundas núpcias, e sua tia Ritta Maria d'Ascensão, irmã de sua mãe. Esse matrimônio não teve como objetivo a concepção de herdeiros, já que a nubente era considerada em idade avançada pra época, mas sim, a reunificação de bens familiares e a afirmação do sobrenome. Tal junção, foi posteriormente proveitosa para o Padre José Francisco de Menezes pois, segundo o próprio, foi herdeiro e testamentário de sua tia.

Tal dinâmica é amplamente discutida pelo autor paraibano José Lins do Rego<sup>13</sup> ao retratar sua família em seus livros. Relatando o universo dos engenhos e as complexas redes de parentesco em sua obra, o autor expõe como os corriqueiros casamentos entre parentes colaterais, eram 'peça de escudo' contra a fragmentação da riqueza e do prestígio. Prova disso, é a narrativa do noivado de sua tia Maria, em sua obra "Meus Verdes Anos" de 1956, já que, mesmo sendo inimigo do falecido pai do noivo, o avô do autor permite o casamento, pois eram parentes. "Não havia restrições por parte do meu avô. Filha que se casava com parente tinha sua aprovação. Não queria era ver camumbembe na família. Sague do mesmo sangue, embora as separações agressivas (REGO, 1956, p. 89)". Assim, esses matrimônios intrafamiliares, além de serem bem quistos, reafirmavam o patrimônio, o sobrenome e a posição social desses indivíduos.

Deve-se levar em conta que, para a Igreja Católica, a união entre parentes de até quarto grau de parentesco (primos em terceiro grau) era considerada pecaminosa e antinatural (regra essa que costumava ser válida de forma teórica, mas burlada quando envolvia personagens poderosos). Dessa maneira, para se livrarem do impedimento e dos pecados, esses parentes que resolviam unir-se precisavam de uma dispensa de

---

<sup>12</sup> O prenome 'Moço' remonta o período medieval, quando eram designados apelidos para diferenciar as pessoas, seja por ofício, aparência ou relações de parentesco. Nesse caso, servia para diferenciar o pai (mais velho) do filho, podendo ser correspondente a 'o jovem' no português brasileiro.

<sup>13</sup> Nascido na Paraíba no ano de 1901, José Lins do Rego Cavalcanti foi, ao lado de outros contemporâneos, uma das figuras mais presentes na literatura regionalista do século XX. Seus livros costumam relatar a vida no interior da Paraíba sob diversos âmbitos da época. Uma de suas obras mais famosas é Menino de Engenho, publicada em 1932; nela o autor narra, por meio do personagem Carlos de Melo, como foi sua infância no Engenho Corredor, propriedade de seu avô, por quem foi criado.

casamento. Como Sergipe estava sob a jurisdição direta do Arcebispado de São Salvador da Bahia, o processo exigia o envio de petições à capital baiana. Essas dispensas<sup>14</sup> custavam caro, envolvendo diversos trâmites burocráticos e o pagamento de taxas à Câmara Eclesiástica que variavam conforme o grau de parentesco e a urgência.

Em termos de valores, as famílias de elite chegavam a desembolsar grandes quantias em custas processuais, sem contar as esmolas obrigatórias 'para obras pias' e os subornos muitas vezes necessários para adiantar o processo. Para a obtenção desta, contudo, era necessária uma justificação aceitável pelo Arcebispo; no caso das elites, o argumento padrão era a falta de pessoas da mesma estirpe nas redondezas onde a família residia. Isso escancara as articulações desses núcleos familiares para que, assim, fossem concretizados seus anseios de grandeza e a manutenção de seus bens e privilégios. Tal realidade se alinha ao discurso da escritora brasileira Carolina de Jesus<sup>15</sup>, pois segundo ela quem inventou a fome são os que comem, ou seja, aqueles que já estavam no topo, tinham a intenção de se perdurar nele.

Uma observação relevante é que todas as mulheres desse grupo familiar possuíam o pronome de tratamento 'Dona' (frequentemente abreviado como 'D.' antes do nome) em seus registros. Isso ocorre porque, naquele período, tal distinção era destinada a mulheres oriundas de famílias prestigiosas e de posses. Tratava-se de uma convenção restrita a integrantes da aristocracia rural da época (fosse por nascimento ou casamento), não se aplicando, contudo, aos homens. Estes, por sua vez, exerciam sua distinção social em relação aos demais por meio de títulos militares honoríficos, como os de tenente, capitão e coronel, ou títulos eclesiásticos.

Outrossim, convém salientar que a figura do clérigo, dentro desses núcleos familiares, operava como uma espécie de centro de acumulação patrimonial. Pelo fato de não possuir herdeiros descendentes legítimos (ainda que a regra do celibato nem sempre impedisse a existência de prole mencionada em testamentos) e por acumular prestígio local, o capital que a ele chegava tendia a frutificar com maior segurança. Frequentemente, os padres assumiam o papel de credores da vila, atuando como verdadeiros articuladores do crédito em uma economia carente de instituições bancárias formais.

Desse modo, esses sacerdotes católicos eram peça-chave para consolidar e

---

<sup>14</sup> "O Concílio de Trento (1545-1563) fez reiterar uma antiga determinação da Igreja Católica (a Bíblia se ocupa do assunto, inclusive) que procurava impedir o casamento entre parentes dentro do 4º grau de consanguinidade, com o intuito de diminuir o nascimento de crianças com problemas hoje denominados genéticos. Era o chamado impedimento consanguíneo no Direito Canônico e, para se obter licença para o matrimônio, fazia-se necessária uma dispensa do Papa. Este regularmente delegava poderes aos bispos para dispensarem os casos de parentescos não muito próximos. Ao Papa reservavam-se os parentescos muito apertados e múltiplos, onde poderia haver inclusive o envolvimento de razões de Estado" (Bogaciovas, 2022, p. 64).

<sup>15</sup> Nascida em 1917, em Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras brasileiras. De origem muito humilde, a autora retratava, por meio de seus textos e poemas, a dura vida no cenário de pobreza do país. Suas obras são aclamadas e amplamente estudadas até a nossa contemporaneidade.

fortificar o nome de sua casta, ao passo que reeinjectavam o patrimônio adquirido ao longo dos anos em sua própria família. Esse ciclo, promovia a manutenção necessária para que tais elites permanecessem no poder. Essa dinâmica de acumulação e proteção patrimonial encontra força na tese de Gilberto Freyre<sup>16</sup> sobre a figura do 'padre-tio' nas estruturas familiares brasileiras. Segundo seu pensamento, ter um tio ou padrinho clérigo era fruto de uma engenharia social, cujo investimento retornava para a família em forma de juro sociais e políticos.

Ademais, uma das medidas tomadas pelos Carvalho Carregosa para a manutenção e expansão do seu poder local, que vale ser ressaltada, foi a expressa condição que fizeram o casal Manoel de Carvalho Carregosa e sua mulher Anna Francisca de Menezes, na doação em nome da Paróquia de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, em 7 de setembro de 1784. Como destaca o aclamado historiador simão-diense Jorge Bastos:

Em 07 de dezembro de 1784, o casal Manuel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Menezes, diante do Tabelião Afonso de França Corte Real, da Vila de Lagarto, substituto de José da Costa Barjão, que na época estava ausente, firmou a escritura de doação do patrimônio da Capela de Sant'Ana, compreendendo quinhentas braças de terra de largo, e meia légua de comprimento, começando a correr a dita do nascente para o poente, pelo rio Caiçá acima, e mais trinta vacas de criar, cujo rendimento, devia ser aplicado na compra de cera, vinho e hóstia, e nas demais despesas necessárias para a celebração da Santa Missa, como os paramentos, ornamentos, entre outros. Numa das cláusulas da escritura, o casal determinava que a capela fosse construída e administrada pelo Capitão Geraldo José de Carvalho, filho do casal, dono do engenho Laranjeiras e da casa erguida na pracinha onde se localizava a Capela. Em caso de morte, essa tarefa seria passada para seus descendentes, o que ocorreu posteriormente, mesmo depois da nomeação de fabriqueiro, uma espécie de funcionário encarregado de receber os rendimentos da igreja, administrar o patrimônio e zelar pela conservação de alfaias e paramentos (Bastos, 2022, p. 38).

Tal cláusula mostra que, ao atrelar os poderes econômicos ao poder religioso da antiga Povoação, eles não tinham como objetivo apenas contribuir com a fé local, mas sim, ter seu poderio e governança não só no âmbito social, mas também no religioso.

---

<sup>16</sup> Freyre foi um dos intelectuais brasileiros mais influentes no século XX. Nascido em 1900, na capital de Pernambuco, Recife, o autor esteve inserido em vários campos de estudo distintos. Em sua trajetória, buscou narrar as variadas realidades brasileiras sob perspectivas sociais e históricas.

Essa estratégia resultou em uma ‘manobra de mestre’ para o domínio daquela povoação, que dessa forma, em tese, nunca sairia do comando da família Carvalho. Isso mostra o quanto essa camada social preocupava-se em manter o seu poder sobre as demais camadas da sociedade, por gerações.

Dessa forma, o sucessor do casal doador como administrador da paróquia foi seu filho, o Capitão Geraldo José de Carvalho, que assumiu a responsabilidade direta pela edificação da nova capela, cumprindo o legado e as condições impostas pelos pais. Após ele, como manutenção do patriarcado, a gestão passou para seu filho primogênito, o Capitão Domingos José de Carvalho. Este último, além de gerir os interesses familiares e paroquiais, trabalhou em conjunto com seu primo, o Reverendo José Francisco de Menezes, ambos atuando como administradores e prestadores das contas paroquiais.

Assim, esse fato serve para enfatizar que o ordenamento e o interesse do Padre José Francisco de Menezes não se baseavam apenas em sua devoção, mas funcionavam como uma estratégia política, onde era necessário o investimento de capital para que tudo ocorresse como pensado por seus ascendentes. Assim, a sobredita família criava uma base forte e imponente, consolidando seu prestígio na região. Logo, compreende-se que estar vinculado a um núcleo familiar como esse dava ao Padre regalias quase que soberanas dentro do contexto e sociedade em que estava inserido.

#### **4. A BUROCRACIA DO SAGRADO: O PROCESSO DE *VITA ET MORIBUS***

Em segundo plano, torna-se imperativo compreender que, para uma família ordenar um de seus membros como padre naquele período, o indivíduo percorria um processo complexo e burocrático, inacessível a boa parte dos indivíduos daquela pirâmide social. O candidato era obrigado a passar por etapas que, por si só, já excluía mais da metade da população local (essa era a verdadeira intenção). Para que se possa visualizar isso, transcrevi as exigências às quais o Padre José Francisco de Menezes, como tantos outros por padrão, necessitou ser aprovado antes de qualquer honraria. Abaixo, apresento as cláusulas para o ordenamento que retirei do Alvará de *Publicandis*<sup>17</sup> de José Francisco de Menezes, peça integrante do seu processo de *Vita et Moribus*, que teve início em 11 de novembro de 1813:

1. Se o Ordinando he baptizado, e crismado.
2. Se he, ou foi Herege, Apostatada nossa Santa Fé, filho, ou neto de Infiéis, Hereges, ou que fossem prezos, ou penitenciados pelo Santo Officio.
3. Se he legitimo, havido de legitimo matrimonio.
4. Se he cativo, e sem licença de seu senhor se quer ordenar.
5. Se he corcovado, ou aleijado de perna, braço, ou dedo, ou tem outra deformidade, que cause escandalo.
6. Se lhe falta a vista,

---

<sup>17</sup> O Alvará de *Publicandis* constituía a autorização formal para que os párocos procedessem aos banhos, com o intuito de verificar se os candidatos ao ordenamento possuíam impedimentos canônicos, garantindo que o aspirante fosse 'livre' de obrigações seculares e de manchas em sua linhagem social ou moral.

especialmente no olho esquerdo, ou se tem tal belida em algum delles, que cause deformidade. 7. Se he enfermo de lepra, ou gotta coral, ou de outra doença contagiosa. 8. Se he vexado, ou assombrado do demonio. 9. Se he abstêmio de maneira, que quando bebe, o provoque a vomitos, ou pelo contrário, se he demasiado em beber, ou se se some delle. 10. Se commetteu algum homicidio, ou se por alguma via foi causa delle: se cortou membro a alguém, ou foi causa disso, ainda que fosse por authoridade de Justiça, como sendo Juiz, Accusador, Testemunha, Meirinho, Notario, Accessor ou Procurador. 11. Se foi causa de algum aborto, fazendo mover alguma mulher. 12. Se he Bigamo por alguma especie de bigamia. 13. Se he blasfemo, arrenegador, ou costumado a jurar, revoltoso, taful, ou de ruins conversações. 14. Se he concubinario, ou tido, e havido por incontinente. 15. Se commetteu algum crime, pelo qual esteja querelado, ou denunciado as Justiças Ecclesiasticas, ou Seculares. 16. Se por algum delicto fez penitencia publica, ou se incorreu em infamia de facto, aut de jure. 17. Se está excommungado, suspenso ou interdito. 18. Se tem, ou teve alguma tutoria, ou officio de administração da Fazenda Real, ou de alguma pessoa particular, em razão da qual esteja obrigado a contas. 19. Se foi, ou he Soldado, de que nao esteja livre. 20. Se he casado por palavras de presente, ou futuro, ou tem jurado, ou promettido receber alguma mulher. 21. Se vem constringido a tomar Ordens por força, ou medo grave, que lhe faça alguma pessoa. 22. Se he frequente em se confessar, e commungar. 23. Se he natural deste Arcebispado, ou nelle se tem feito compatriota, e se tem assistido em outra Freguezia tempo consideravel. 24. Se está suspenso, por se ordenar antes da idade legitima, ou por ser ordenado fóra dos tempos determinados por direito, ou sem licença do seu Prelado, ou por salto. 25. Se no benefício, pensão, ou patrimonio, a cujo título se ordena, há algum engano, pacto, ou simulação, porque nao fique seguro, e se delle está de posse pacificamente. 26. Se executou algum Acto de Ordem, estando censurado. 27. Se tem renunciado o benefício, ou dimitido a pensão, ou alheiado o patrimonio a cujo título se ordenar. Se he usurario, simoniaco, doudo, ou tem lucidos intervallos; e finalmente se tem algum canonico impedimento. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1813, p. 8-10).

A exposição dessas cláusulas torna evidente a complexidade do processo de ordenação. Assim, para que uma família gozasse do privilégio de haver um padre dentro de suas imediações, havia custos não somente monetários (que serão discutidos adiante), mas a mobilização dos capitais social e simbólico propostos por Pierre

Bourdieu<sup>18</sup>. Para essas famílias, a presença de um clérigo dentro do círculo familiar era de extrema valia, pois lhes dava acesso não somente sobre o poder eclesiástico em vilas e povoações, mas também sobre tudo o que aquele título implicava dentro daquela sociedade. Como prova, destaco as cláusulas 2 e 3, que podem ser lidas acima; apenas elas barravam descendentes de judeus, mouros e, crucialmente, negros e indígenas. Assim, se o candidato passasse por tais avaliações, significava dizer que o mesmo vinha de uma minoria privilegiada, legitimamente branca e católica.

Desse modo, a análise dos processos de ordenamento serve para mostrar o quanto a sociedade oitocentista era altamente exclusivista e voltada à manutenção das classes dominantes. Tais documentos evidenciam uma busca constante por cristalizar à estratificação social, tornando-a ainda mais profunda e sistematizada por meio de normas institucionais.

## 5. PATRIMÔNIO DE ORDENS E A ECONOMIA ECLESIASTICA

A documentação de *Titulus Patrimonii* ou Patrimônio e Ordens era uma exigência formal eclesiástica (geralmente realizada em cartório, com testemunhas) que funcionava no século XIX como uma peneira socioeconômica e servia para formalizar ainda mais a barreira entre as elites e o povo, consolidando assim a exclusão. O documento assegurava que o candidato teria meios próprios para sobreviver, sem depender exclusivamente das esmolas dos fiéis da paróquia e de doações. Para isso, o ordenando ou sua família vinculava bens de raiz (terras, casas) e semoventes (gado, escravizados) que deviam totalizar um montante mínimo de 400\$000 (quatrocentos mil réis) obrigatoriamente, com intuito de se obter um rendimento líquido mínimo de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) anuais, valor este livre de quaisquer despesas ou encargos.

Cabe ressaltar que tal exigência documental ocorria após o processo de *De Genere*<sup>19</sup>. No entanto, embora não se tenha tido acesso direto a esse processo específico, isso não impediu em nada o procedimento da pesquisa do núcleo familiar. Isso se deve ao fato, de os membros dessa linhagem já serem conhecidos por mim e por outros pesquisadores da região, além da existência de diversos outros documentos que comprovam sua trajetória e que serão listados ao longo deste trabalho.

Ademais, a materialidade desse patrimônio era composta por ativos de inquestionável valor para a época. Em nome de José Francisco, constavam bens como o

---

<sup>18</sup> Sociólogo francês, autor de clássicos como *A Distinção*. Pierre Bourdieu (1930-2020), é reconhecido por diferenciar os tipos de capitais em; econômico, cultural e social. Segundo Bourdieu, a distribuição desigual desses capitais, é o que garante a manutenção das estruturas de dominação na sociedade moderna, o que serve para aprofundar ainda mais as desigualdades em nossa contemporaneidade.

<sup>19</sup> As habilitações de *genere* eram exigidas para qualquer pessoa se habilitar a cargos do Santo Ofício, às comendas das referidas Ordens Militares e a cargos de desembargador e ouvidor no Brasil. Os processos de culpados de crimes da alçada do Santo Ofício, frequentemente, trazem a genealogia dos mesmos (ARAÚJO, 2008, p. 17).

Sítio Taboca, que abrigava duas moradas de casas de taipa cobertas de telha e um expressivo plantel de 80 cabeças de gado vacum. Somado a isso, o clérigo detinha outra propriedade denominada Sítio Christóvão, também composta por terras próprias e uma morada de taipa e telha. Ambos os bens situavam-se nos limites da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e foram integrados ao patrimônio familiar por meio do dote oferecido em 1782 pelos avós maternos, Antônio Carvalho d'Ascensão e Anna Maria Correia D'Antas, por ocasião do matrimônio dos pais do sacerdote (documento este que consta anexado ao processo para comprovar a legitimidade da posse).

Tais posses, descritas minuciosamente no auto de patrimônio, totalizavam um capital de 600\$000 (seiscentos mil réis), o qual assegurava um rendimento anual de 30\$000 (trinta mil réis). Esse valor não apenas cumpria a exigência eclesiástica mínima de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), como a superava, evidenciando o rigor patrimonial imposto pela instituição católica. Criava-se, assim, uma espécie de molde rígido e pré-fabricado (tudo amparado por leis e ritos formalmente legalizados), no qual todos aqueles que não se encaixassem seriam impedidos de se ordenar.

Isso exprime que, para se fazer padre, o indivíduo não dependia apenas de sua conduta, mas da capacidade de sua família em separar uma parte da fortuna para o seu sustento. Essa exigência existia porque, naquela sociedade, o trabalho braçal era visto como algo "sujo" e inferior. Assim, o candidato precisava provar que tinha bens suficientes para viver, garantindo que ele pudesse se dedicar apenas aos deveres da Igreja, sem precisar se desgastar com trabalhos manuais. Afinal, a última coisa que a Igreja Católica do século XIX (então a instituição mais poderosa e presente no Brasil) desejava era ter um de seus clérigos comprometendo a pompa e o prestígio da instituição.

Dessa forma, a exigência de bens para a ordenação do Padre José Francisco de Menezes não era um mero detalhe burocrático, mas um mecanismo de distinção. Como bem observa o historiador Evaldo Cabral de Mello<sup>20</sup>, a carreira eclesiástica funcionava como um "canal de escoamento" para os filhos das elites locais, permitindo que a família mantivesse sua influência política e social sem fragmentar sua base econômica.

Somado a isso, parece que os progenitores do clérigo não pareciam satisfeitos ou seguros quanto às condições materiais a que seu único filho varão seria submetido. Por essa razão, em 9 de julho de 1812, protocolaram uma escritura que assegurava ao ordinando o recebimento mensal e vitalício de 300\$000 (trezentos mil réis), montante este que se somava aos rendimentos da propriedade já vinculada em seu nome, o que lhe daria aproximadamente 27\$500 (vinte e sete mil e quinhentos réis) mensais, quantia expressiva para os padrões da época. Tal medida reflete a mentalidade das antigas famílias oligárquicas, para as quais era inadmissível que um de seus membros vivesse em condições semelhantes às da classe trabalhadora ou dos despossuídos. Abaixo,

---

<sup>20</sup> Historiador e diplomata brasileiro, nascido em Recife no ano de 1936. Membro da Academia Brasileira de Letras, Evaldo Cabral de Mello é conhecido por suas vastas publicações voltadas à economia açucareira e à invasão holandesa no Nordeste brasileiro. É também doutor por notório saber, título esse concedido pela Universidade de São Paulo (USP), uma das mais importantes instituições acadêmicas do Brasil.

apresenta-se a transcrição da procuração lavrada pelos progenitores do ordinando em razão da Escritura de Obrigação de Alimentos, escrita pelo tabelião Faustino Pereira da Costa:

Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e dose annos aos onse dias do mez de Julho do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto da Comarca de Sergipe del Rey onde sou Tabelião de escrivão actual que ao diante nomeado faço sendo em notas aparecido presentes Francisco Jozé da Piedade e sua mulher D. Joanna Vieira de Andrade pessoas que eu Tabelião e ajudante reconheço pelos próprios de que faço menção por eles me foi dito em presença das testemunhas abaixo assinadas q' elles pello melhor modo e via de direito e para o que de mais for de sua agrado constituem por seus procuradores na Cidade da Bahia aos Senhores Antônio Jozé da Rocha e Antônio de Souza e Manoel Rodrigues Ma. aos quais todos juntos e cada hum em so dão os devidos poderes para assignarem na Secretaria Ecclesiastica da mesma Cidade hum termo de contento de hum que aviao dedicado a pensão annual de trezentos mil Reis Victalicia a seo filho Jozé Francisco de Menezes [...] (LABORATÓRIO EUGÊNIO VEIGA, 1812).

Como visto, os pais do ordinando empenharam uma propriedade de terras junto com suas benfeitorias. Esse bem de raiz funcionava como a garantia para o pagamento da pensão anual ao filho. Como a família contava com apenas três herdeiros descendentes, a concentração de recursos permitiu que o patrimônio de José Francisco de Menezes fosse uma urgência absoluta.

Nota-se também, que o vínculo eclesiástico sobre a terra, protegia o bem contra dívidas externas, além de converter o imóvel em um bem destinado ao serviço divino, sob a guarda de um homem de Deus, o que assegurava que o sustento do clérigo fosse uma prioridade. Por meio da Escritura de Obrigação de Alimentos, esse compromisso tornava-se vitalício, pois a Igreja exigia que o suporte financeiro garantisse que o padre jamais caísse na indigência.

## **6. ÚLTIMAS VONTADES: TESTAMENTO E O RITUAL FÚNEBRE**

Em 15 de julho de 1833, no Engenho Riixo Secco, localizado na povoação da Lagoa Vermelha (atual município de Boquim, que nessa época integrava a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, até sua emancipação em 1871), foi protocolado e selado o testamento do Padre José Francisco de Menezes. A dita propriedade pertencia ao seu cunhado, primo e testamenteiro, o Capitão José de Fraga Pimentel. O clérigo, apesar de afirmar não saber o dia nem a hora de seu falecimento, deixara tudo escrito para o devido "desencargo de consciência".

Para isso, o Padre José Francisco de Menezes deixou ordens expressas sobre quem seriam seus testamenteiros: “Para meus testamenteiros, em primeiro lugar, meu cunhado e compadre, o Capitão José de Fraga Pimentel; em segundo, o Reverendo Vigário da minha freguesia, José de Saraiva Salomão; e, em terceiro, meu primo, o Capitão Domingos José de Carvalho.” Tais escolhas não eram aleatórias; refletiam laços profundos de amizade, parentesco e confiança, elementos cruciais para assegurar a execução de seus legados.

Nota-se que o testador enfatizou os títulos sociais e militares, juntamente com o grau de parentesco com seus indicados. Ao destacar o Capitão José de Fraga como "cunhado e compadre" e o Capitão Domingos José como "primo", o padre buscava legitimar sua posição dentro da elite local. Essa diferenciação reforçava seu pertencimento ao topo da pirâmide social da época, onde o prestígio era medido pelas conexões familiares e patentes militares. Assim, ele recorria novamente aos capitais sociais e simbólicos de Pierre Bordieu, esses que muito serviram a ele e sua família dentro daquela realidade.

Aliado a isso, outro viés a ser analisado foram as testemunhas presentes juntamente ao Tabelião Público Vitalício da Villa de Lagarto, Simeão Correia Pimentel. Eram elas: Reverendo Manoel Lopes de Figueiredo, Capitão Paulo Freire de Mesquita, Luiz Francisco d’Oliveira e ainda, Joachim de Anchieta, Apolinário Pereira de Almeida, José de Goes de Mello e Manoel Ivo da Hora. Essa expressiva quantidade de presentes mostra que ali não estavam sendo redigidas as últimas vontades de um ‘comum’, mas sim de um membro ativo nos âmbitos político, social e econômico da localidade.

Outra observação é a forte ligação que possuía o então Padre José Francisco de Menezes com o Vigário da Freguesia de Lagarto, José de Saraiva Salomão. Sendo esse, mais um aliado poderoso que a família agregou a seu ciclo social estratégico, chegando o testador a colocá-lo como seu segundo testamenteiro, acima de seu primo, o Capitão Domingos José. Essa ligação, provavelmente devia ser fruto da subordinação que existia entre a Matriz da Villa de Lagarto com a Paroquia da Villa de Simão Dias; o que deve ter acarretado certamente, a fortes vínculos de amizade e confiança, além do pragmatismo da profissão. Prova disso, é que o Padre Menezes, incumbiu o Vigário Saraiva Salomão de uma tarefa de extrema responsabilidade familiar: concluir a prestação de contas do testamento de sua tia, Ritta Maria d’Ascensão, caso ele viesse a falecer antes de finalizar tal pendência.

Adiante a isso, o padre era fortemente ligado as tradições eclesíasticas do pós-vida, essa afirmação é fundada na quantidade de missas pedidas pelo mesmo, para serem rezadas não somente por sua alma, mas em um complexo sistema de sufrágio que incluía pais, parentes, escravos e até seus antecessores no vicariato. Abaixo, a transcrição dos pedidos:

Todos os sacerdotes que se achem em meu enterramento me deixam hum oitavario de Missas, pela esmola do costume que serám applicados por minha Alma, meu testamenteiro mandara dizer huma Missa ao Santíssimo Sacramento, outra a Santíssima Trindade, outra a Bom Jesus dos Passos, outra a Nossa Senhora da

Conceição, outra a Sam Pedro, outra a Nossa Senhora Sancta Anna, outra ao Anjo da minha guarda, outra ao Santo do meu nome, outra ao Archanjo Sam Miguel, outra a Nossa Senhora da Boa Hora, trez a todos os Santos da Corte Seleste. Quero se digão trez Capellas de Missas por minha Alma, mais huma Capella de Missas pelas Almas de meos Pais, mais meia Capella pela Alma de minha tia Ritta Maria d'Ascensão, mais meia Capella pelas Almas de meos parentes, Escravos e amigos fallecidos; mais seis Missas pelas Almas de meos avós Paternos e Maternos, mais huma Capella de Missas pelas Almas do Purgatório. Quero se digão duas Capellas de Missas applicadas pelos parvos, e adultos, sepultados na Cepella de Sancta Anna de Simão Dias, no tempo da minha existência, e Cura [...] Quero que se digão huma Capella de Missas pela Alma do Reverendo Vigário Caetano da Silva da Natividade, meia Capella pela Alma do Reverendo Vigário Francisco Pires da Fonseca, e mais meia Capella de Missas pela Alma do Reverendo Vigário Manoel de Barros. Declaro, que se quero mais, se digão trez Capellas de Missas, huma por minha Alma, outra pela de meos Pais, outra pela Alma da dicta minha Tia Ritta Maria d'Ascensão (ARQUIVO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, 1839).

Dessa forma, as missas eram destinadas aos afetos do testador e tinham como finalidade salvar tanto a sua alma quanto a das pessoas por quem ele rogou. Feito esse, servia para ser dada ao testador uma “aura” de benevolência perante os demais. Para isso, não foram poupados recursos, pois encomendou-se centenas de missas (superando a marca de 600 celebrações, divididas em 'capelas' e 'oitavários'<sup>21</sup>). No Sergipe oitocentista, tal volume de pedidos era um privilégio reservado aos grandes proprietários e membros do alto clero, transformando o ato de fé em uma última e vigorosa demonstração de poder econômico e prestígio social. Além disso, outro detalhe que chama a atenção foi o custo total de seu funeral, que atingiu a elevada quantia de 140\$040 réis. Este valor (que incluía inclusive a celebração de música) confirma que não se tratou de um rito comum, nem tampouco acessível. Pelo contrário, foi um evento solene e dispendioso, condizente com o rito de passagem de uma figura de grande proeminência naquela sociedade.

Outro fato relevante, revelado após a abertura de seu inventário em 1839, foi o vínculo do Padre José Francisco com a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, sediada na então capital sergipana, São Cristóvão d'El Rey. A inscrição como "irmão" nessas associações era uma prática estratégica da elite e do clero, garantindo não apenas assistência religiosa, mas, sobretudo, prestígio social. Isso expõe que, além de pertencer ao clero secular (os sacerdotes de São

---

<sup>21</sup> Prática cotólica em que se eram rezadas oito missas em dias consecutivos, em sufrágio da alma do falecido.

Pedro do Hábito Preto), ele também estava associado a uma das instituições religiosas mais influentes da antiga Capitania. Tal pertencimento funcionava como uma rede de proteção e contato direto com outros membros da elite, servindo como uma garantia de estabilidade e influência política.

## 7. INVENTÁRIO: TRANSMISSÃO HEREDITÁRIA DOS CAPITAIS

Quanto aos bens deixados, estes totalizaram um Monte-Mor<sup>22</sup> bruto de 8:187\$341 (oito contos, cento e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e um réis.), o que escancara a eficácia da engenharia patrimonial familiar, já que, houve um crescimento de mais de 1.200%, comparado ao valor do *Titulus Patrimonii*. Tal patrimônio, era constituído por escravizados, gado, terras, casas, móveis além de itens em ouro, prata e cobre. Esses bens, revelam a existência do vínculo com as atividades relacionadas a terra, o que não o colocava distante da forma de vida da sua família, mas sim, inserido nela. Essa conexão é comprovada pela relevância de suas propriedades rurais e dos semoventes a elas vinculados, evidenciando uma estrutura de produção sólida e diversificada (diversificação essa que é comumente observada em inventários da região semiárida e sertaneja). Cabe enfatizar, que pelas intemperes do tempo, não foi possível destacar os valores individuais desses bens, já que as bordas do documento onde constavam os valores, foram altamente degradadas.

Dentre suas posses, a Fazenda Salina, localizada no Termo do Geremoabo<sup>23</sup>, destacava-se como o principal núcleo econômico. A propriedade contava com aproximadamente 100 cabeças de gado vacum, além de casas de morar, currais e benfeitorias. Além disso, também contava com 100 cabeças de cabras, 12 de ovelhas e 2 cavalos de fábrica, tudo sob a administração do

---

<sup>22</sup> Monte-Mor (ou Montante-Mor), frequentemente abreviado como M.M. em inventários, representa o valor da soma de todos os bens pertencentes ao inventariado. Geralmente, ele se encontra nas últimas páginas do documento, antecedendo a partilha dos herdeiros. Este dado é fundamental para estudos econômicos e sociais pois, ao analisar seu valor, é possível concluir a posição que os indivíduos ocupavam dentro de uma localidade.

<sup>23</sup> Diferente do contexto atual, o antigo Termo do Geremoabo não diz respeito unicamente ao município baiano de Jeremoabo. Na verdade, ele representava uma unidade administrativa de vasta extensão territorial, que compreendia os atuais municípios de Cícero Dantas, Paripiranga, Coronel João Sá, Antas, Ajustina, Paulo Afonso, Euclides da Cunha, entre outros. Além disso, abrangia territórios fronteiriços à Bahia que hoje pertencem a Sergipe. Muitas famílias sergipanas de posse detinham vastas fazendas de gado e terras nesta antiga localidade.

vaqueiro Manoel da Cruz. Também há menção a dois ‘carros ferrados’<sup>24</sup>, o que sugere uma estrutura voltada ao escoamento da produção das roças, que eram equipadas com rodas de Bolandeira<sup>25</sup> para a fabricação da farinha de mandioca, item esse, que foi essencial para o desenvolvimento interiorano em Sergipe nos séculos passados.

Além dessa, o Padre José Francisco possuía outros bens de raiz que integravam seu patrimônio. Parte considerável desse território foi anexada por meio de heranças estratégicas, como o Riacho da Taboca originalmente comprado por seu pai ao Capitão José Sotero de Menezes, e os quinhões anexos que pertenceram aos seus avós. Soma-se a isso, o patrimônio recebido de sua tia Ritta Maria d’Ascensão, que incluía terras no Riacho da Taboca e a propriedade denominada Estancinha, situada na ‘Estrada de Sergipe’. Essa concentração de bens por sucessão assegurava que a riqueza da família não se fragmentasse, unindo a herança dos pais com os legados de seus antepassados e tios.

Para a manutenção dessas e demais atividades, o Padre possuía um plantel de 17 escravizados, composto por homens e mulheres de diversas idades. Estes indivíduos, representavam uma pequena parcela da engrenagem essencial que movia a economia da região, atuando desde a lida direta com o gado até a operação das casas de farinha e morada de seus senhores. No entanto, o inventário registra uma estratégia social importante: a alforria de Francisco, de 40 anos, o que reduziu o número de cativos para 16 no momento da partilha. Tal ato, era uma prática que conferia ao clero uma imagem de bondade, sem, contudo, desestruturar a base de sua riqueza. Além disso, o sistema produtivo dependia fortemente da força animal. Entre os bens listados, destacam-se uma quantia considerável de bois mansos, que desempenhavam funções vitais na infraestrutura das propriedades e no escoamento da produção.

Além disso, é perceptível que a solidez da fortuna do Padre José Francisco de Menezes não se limitava aos bens materiais, ela também se manifestava em sua capacidade de transacionar no mercado local. Dentre suas dívidas passivas<sup>26</sup>, constava um total de 17 credores<sup>27</sup> de nichos variados,

---

<sup>24</sup> Veículo de tração animal (carro de boi) que possuía reforços metálicos, especialmente chapas ou aros de ferro fixados às rodas de madeira. Estes apresentavam maior durabilidade quando comparados aos modelos mais arcaicos, feitos apenas de madeira. Serviam tanto para o escoamento da produção quanto como meio de transporte.

<sup>25</sup> Eram grandes "rodas" dentadas, feitas de madeira, que funcionavam como uma espécie de motor dentro dos engenhos e casas de farinha do século XIX. A posse desse equipamento indicava uma espécie de pré-industrialização rural, e permitia o beneficiamento da produção agrícola em escala comercial.

<sup>26</sup> Correspondem às obrigações financeiras deixadas pelo falecido, que devem ser liquidadas com o valor dos bens do espólio. No processo de inventário, esse montante

incluindo o Vigário José Saraiva Salomão. Tais compromissos financeiros, foram sanados durante o processo de inventário com a venda da cativa Manoela, que o Padre também herdara de sua tia.

A quantidade e os valores dessas dívidas não foram suficientes para causar grandes perdas patrimoniais, mas servem para demonstrar que o Padre possuía uma forte relação de crédito com os moradores das Vilas de Lagarto e Simão Dias. O fato de diversos membros da sociedade confiarem a ele o empréstimo de valores, indica que o mesmo era uma figura de extrema confiança e capacidade de pagamento, percepção que se estendia ao âmbito público, visto que, dentre suas dívidas ativas<sup>28</sup>, que eram duas, uma delas se destaca; era credor da Fazenda do Estado de Sergipe. Esse fato, demonstra que ele possuía solvência e capital excedente, algo notável em um mercado interno pautado por trocas diretas. No entanto, essa posição também revela sua inserção nas redes de confiança do governo provincial.

Com isso, a partilha, assinada em 5 de outubro de 1839 na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, procedeu-se após as deduções legais<sup>29</sup>. Foram abatidos os Custos Processuais e de Funeral, no valor de 1:930\$120 (um conto, novecentos e trinta mil e cento e vinte réis); a Vintena (prêmio de 5% devido ao testamenteiro pela execução da vontade do falecido), fixada em 312\$861 (trezentos e doze mil oitocentos e sessenta e um réis); e o Selo Imperial, imposto sobre a transmissão de herança, no valor de 594\$433 (quinhentos e noventa e quatro mil quatrocentos e trinta e três réis). Após a quitação das dívidas passivas e dos legados pios (doações para fins religiosos ou caridade), o montante para a partilha entre os herdeiros foi de 5:349\$924 (cinco contos, trezentos e quarenta e nove mil novecentos e vinte e quatro réis).

Mesmo com tais deduções, o montante partilhável permaneceu expressivo para os padrões oitocentistas. Quantia essa, que como já discutido, teria como finalidade retornar ao meio familiar, atrelado a outras conquistas prestigiosas e sociais que o sacerdote obteve em sua vida. Assim servindo esses

---

é deduzido do Monte-Mor para que se conceba o valor real a ser partilhado entre os legítimos herdeiros.

<sup>27</sup> Representa um indivíduo ou instituição a quem o inventariado deve. Essa figura é essencial para mapear as redes de sociabilidade e confiança; muitas vezes, os credores eram vizinhos, parentes ou comerciantes locais.

<sup>28</sup> Diz respeito aos devedores do inventariado; ou seja, pessoas a quem o mesmo emprestou dinheiro ou vendeu mercadorias a prazo, tornando-se seu credor. Assim, esse valor era acrescido ao Monte-Mor e contava como um bem, tanto quanto os demais bens físicos.

<sup>29</sup> Correspondem ao valor que era subtraído do Monte-Mor. Nelas, constavam os custos processuais e as dívidas passivas, como também, as despesas de funeral, missas, e o cumprimento de legados testamentários.

bens como dotes materiais e sociais para firmamento de alianças dentro daquele contexto, vislumbrando sempre a ascensão social de seus membros a cada geração.

Essa engrenagem de transmissão de patrimônio e prestígio reflete-se diretamente no destino de seus herdeiros. Como exemplo prático, destaca-se sua sobrinha Maria Prima, que contava com apenas 12 anos na época da partilha, em 1839. Juntamente com seu irmão, Serafim José de Menezes, ambos filhos do Capitão José de Fraga Pimentel e de Antônia Margarida de Jesus, ela recebeu um quinhão significativo que incluía escravizados e bens móveis. Além disso, conforme a vontade expressa no testamento, os dois irmãos herdaram a casa de morar e todos os seus móveis de serventia, bens que deveriam ser repartidos igualmente entre ambos.

Tal patrimônio assegurou a Maria Prima um consórcio matrimonial mais que digno para os padrões da época, permitindo-lhe cumprir o papel esperado de uma jovem de sua linhagem naquela sociedade. Ao unir-se ao seu primo, o Capitão Joaquim José de Carvalho, morador nas Mattas do Coité (atual município de Paripiranga, na Bahia), Maria Prima não apenas preservou os bens herdados de seu tio, o Padre José Francisco, como os converteu em capital político e social para sua nova célula familiar. Sobre a relevância e o poder do Capitão Joaquim José de Carvalho, o sociólogo Antonio Santana Carregosa elucida:

Também parente de Manoel de Carvalho Carregosa, do Engenho Moendas, Joaquim José de Carvalho foi um dos homens mais poderosos da localidade no século XIX ocupando cargos de delegado e subdelegado. Seus filhos seguiram seu caminho na política sendo um deles subdelegado da vila por muitos anos (José Joaquim de Carvalho) e outro (Joviniano Joaquim de Carvalho), depois de se formar em medicina, foi deputado estadual e federal em Sergipe. Seu genro José Antônio de Carvalho foi vereador em Cícero Dantas no primeiro Conselho instalado com a emancipação em 1875. Outro genro, Manoel de Matos Santa Rosa, seria uma das principais lideranças de Paripiranga no início do século XX chegando a ocupar o cargo de Intendente entre 1924 e 1925 além de ter sido delegado municipal e presidente do conselho. (Carregosa, 2015, p. 59).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, fica perceptível como o patrimônio ao ser dividido entre os familiares, não se desassociava do núcleo original; apenas se reorganizava perante as novas circunstâncias, apresentando variadas formas. Esse processo garantia que o ciclo social e familiar, que influenciava a vida sacerdotal na Capitania de Sergipe oitocentista, continuasse a se repetir dentro de uma mesma linhagem. Tudo isso reflete o que Jessé Souza<sup>30</sup> descreve como a perpetuação de uma elite que se sustenta na "transmissão hereditária de capital cultural e econômico". Segundo o autor, a estrutura social brasileira é montada para que o sucesso das gerações seguintes não seja fruto do esforço individual, mas de uma "arquitetura de privilégios" fortemente atrelada à famílias da elite.

Em suma, o inventário e o testamento do Vigário José Francisco de Menezes confirmam que o título eclesiástico era uma peça estratégica da engrenagem patrimonial da época. O sacerdócio serviu para realizar o que Durkheim chama de exterioridade do fato social: as ambições da família já estavam traçadas antes mesmo do nascimento do clérigo. O sucesso dessa 'arquitetura' mostra que a família cumpriu seu papel de definir o lugar do indivíduo na sociedade, garantindo que o poder político e econômico fosse transmitido entre gerações, conforme planejado desde o berço.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Fernanda Patrícia e Gilvan de Jesus, por viabilizarem as condições fundamentais para início da minha vida acadêmica. Manifesto minha gratidão a Rosemaria de Jesus, mestranda em História (UFS), pelo suporte técnico e incentivo imprescindíveis à publicação deste artigo independente. Agradeço também, à professora e pesquisadora lagartense Sônia Macário, por toda nossa troca e pela generosidade em compartilhar informações essenciais a esta pesquisa. Estendo os agradecimentos ao atendente do TJSE, João Mattos, por sempre me receber com simpatia e dedicação. Expresso minha gratidão a Sandro Stefano, do grupo de Genealogia, pela mobilização em prol da preservação digital dos arquivos Sergipanos. E por fim, agradeço aos amigos Karine Portela, Yron Souza e Emilly Soares pelo apoio constante e por incentivarem minha melhor versão acadêmica.

---

<sup>30</sup> Jessé José Freire de Souza nasceu em 29 de março de 1960, em Natal, Rio Grande do Norte. Sociólogo, pesquisador e professor universitário na Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, ele se consolidou como uma das vozes mais críticas e originais do meio intelectual brasileiro contemporâneo.

## FONTES

ARACAJU. Tribunal de Justiça. Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe (TJSE). **Inventário *Post-Mortem* e Testamento de José Francisco de Menezes**. Aracaju: Caixa 1139, 1839.

SALVADOR. Cúria Metropolitana. **Processo de Habilitação *De Vita et Moribus* de José Francisco de Menezes**. Salvador: Estante 1, Caixa 18, 1813.

SALVADOR. Universidade Católica do Salvador. Laboratório Eugênio Veiga (LEV). **Processo de *Titulus Patrimonii* de José Francisco de Menezes**. Salvador: Est. 1, Cx. 19, fl. 43, jul. 1812.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Jorge Luiz Souza. **Uma História de Tradição e Fé**. Aracaju: EDISE, 2022.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. **Impedimentos consanguíneos no Direito Canônico**. Revista da ASBRAP, n. 30, p. 64-68, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zahar, 2007.

CARREGOSA, Antonio Santana. **O mandonismo local e a política no sertão da Bahia: o caso do município de Paripiranga**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**. Rio de Janeiro: Penguin Companhia, 2011.

REGO, José Lins do. **Meus verdes anos**. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Leya, 2019.



## O HOMEM DA NATUREZA E A LITERATURA DE VIAGEM

Manoel Ribeiro Andrade<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto analisa o lugar do viajante público Antonio Moniz de Souza na literatura de viagem brasileira da primeira metade do século XIX. Partindo do diálogo com a historiografia sobre viajantes-naturalistas estrangeiros, especialmente Spix e Martius, o artigo propõe situar a experiência do “Homem da Natureza” como exemplo singular de narrativa endógena sobre o interior do Brasil. Argumenta-se que suas observações articulam natureza, economia e sociedade a partir de uma perspectiva agrária e sertaneja, contribuindo para ampliar o campo interpretativo da historiografia da literatura de viagem no Brasil oitocentista.

Palavras-chaves: Antonio Moniz de Souza. Viajante Público. Literatura de Viagem.

### THE MAN OF NATURE AND TRAVEL LITERATURE

**ABSTRACT:** This text analyzes the place of the public traveler Antonio Moniz de Souza in Brazilian travel literature of the first half of the nineteenth century. Based on a dialogue with the historiography on foreign naturalist travelers, especially Spix and Martius, the article proposes situating the experience of the “Man of Nature” as a singular example of an endogenous narrative about the interior of Brazil. It is argued that his observations articulate nature, economy, and society from an agrarian and backlands-based perspective, contributing to broaden the interpretative field of the historiography of travel literature in nineteenth-century Brazil.

Keywords: Antonio Moniz de Souza; Public Traveler; Travel Literature

---

<sup>1</sup> Mestre em História e graduado em Licenciatura em História e em Letras Português/Inglês. cursou pós-graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior, em História do Brasil, em Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça e em Psicopedagogia. Atua como historiógrafo na Prefeitura Municipal de Lagarto e como professor de História do Ensino Médio na Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. É membro da Academia Riachãoense de Letras, Artes e Cultura e pesquisador da história e da cultura de Lagarto e de Riachão do Dantas.

## 1. INTRODUÇÃO

Principiamos nossa empreitada com alguns apontamentos necessários para a composição de uma breve história da historiografia de viagem, aqui entendida como a produção cuja construção se encontra, inexoravelmente, ligada ao ato de viajar. Trata-se de um “corpus documental” heterogêneo, híbrido, porque cada contexto e autor são devidamente únicos (JUNQUEIRA; FRANCO, 2011).

Este artigo analisa o lugar de Antonio Moniz de Souza na tradição da literatura de viagem oitocentista, evidenciando sua singularidade como viajante endógeno em um campo dominado por narrativas estrangeiras. Estudaremos o raro exemplo do sergipano Antonio Moniz de Souza, que trilhou pelos sertões de Sergipe, Alagoas e Bahia para elucidar a partir de um prisma interno como as representações deste universo eram digeridas e refletidas nacionalmente. Para tanto, utiliza-se do lapso temporal que demarca o início de suas expedições científicas ao período em que são publicados os resultados de suas viagens e observações, respectivamente, entre 1812 e 1843.

Observa-se como um testemunho tão multifacetado e importante pôde permanecer desconhecido por tanto tempo. Por isso, analisa-se o porquê dos pesquisadores, ainda hoje, sentirem dificuldades para conhecer e compreender estas primeiras descrições e imagens sobre brasileiros, bem como, imaginar a receptividade desses textos em seus respectivos contextos.

Este estudo insere-se no campo da história cultural e da historiografia da literatura de viagem, tomando os relatos de Antonio Moniz de Souza como fontes privilegiadas para a análise das representações sobre a natureza, a sociedade e a economia no interior do Brasil oitocentista. A abordagem privilegia a leitura contextualizada dessas narrativas enquanto práticas discursivas situadas historicamente.

Nesse sentido, realiza-se a seguir uma análise comparativa da literatura de viagem, a partir do exemplo coetâneo do “Homem da Natureza” e da visão exógena dos naturalistas Spix e Martius. Logo após, faz-se a apresentação de Antonio Moniz de Souza e suas expedições, traçando a intersecção das contribuições desse botânico, naturalista, raizeiro e viajante público sergipano para a história da historiografia de viagem.

## 2. A LITERATURA DE VIAGEM DO SÉCULO XIX

Existem poucas informações voltadas para a literatura de viagem, de forma crítica, antes do século XIX. Neste conjunto, situam-se: Gabriel Soares de Sousa (1851), Frei Vicente do Salvador (1627), Ambrósio Fernandes Brandão (1618) e Sebastião da Rocha Pita (1730), para além da produção historiográfica romântica de Robert Southey (1810-1819) e da geração do Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a exemplo do Francisco Adolfo de Varnhagen (1854 e 1857).

A consciência sobre o pretérito colonial e imperial brasileiro foi alcançada, de certa forma, muito tempo depois, quando os historiadores reviraram o passado nacional a fim de resgatar as histórias do Brasil não divulgadas e estrategicamente esquecidas pela sua antiga metrópole (IGRÉSIAS, 2000). Somente com os modernistas houve uma tentativa de sistematizar este passado, de se resgatar os processos que concorreram para a construção da identidade nacional, a partir da diversidade cultural brasileira, distanciando-se, cada vez mais, da visão paradisíaca do Brasil de outrora, focada em sua natureza monumental e na mestiçagem, no crivo das teorias científicas, racialistas e climáticas, que vigoraram durante boa parte do século XIX e que por sua vez demarcaram o modo como o Outro via o Brasil e as imagens que os brasileiros construíram de si mesmo. Mas também como esse Outro si redescobria inventando o Brasil (BELLUZZO, 1996).

Coube a geração de historiadores de 1870 e sobretudo de 1930, a Gilberto Freyre, a Sergio Buarque de Holanda e a Caio Prado Jr. quebrar esta visão pessimista e selvagem do Brasil, a voltarem-se para estas experiências nacionais, de forma crítica, buscando uma unidade, seja pela perspectiva da diversidade étnico-racial, seja pela cordialidade ou pelo sentido deste passado. Ideias resultantes, em boa medida, dos relatos de viagens deixados por peregrinos que estiveram no Brasil entre os séculos XVI e XIX.

No século XIX se inicia um processo de melhor sistematização das descobertas e pesquisas sobre a fauna, a flora, a geografia e a gente brasileira. É neste tempo que as expedições artísticas ou científicas, em sua maioria organizadas e lideradas por estrangeiros se avolumam para atender a anseios comerciais, científicos, diplomáticos, aventureiros, militares e artísticos, que doravante foram realizadas de forma esporádica durante todo o período colonial (HOLANDA, 1976).

Após a transferência da sede administrativa de Portugal para o Brasil e do conseqüente fim das restrições às viagens de estrangeiros, inúmeras expedições artísticas e científicas foram realizadas. Incentivadas por instituições culturais, registraram e coletaram espécimes e objetos que foram

encaminhados, muitas vezes, a instituições culturais nacionais como Jardim Botânico, Biblioteca Nacional, Academia Imperial de Belas Artes e Academia de Medicina e para museus e instituições europeias como Museu de História Natural (LISBOA, 1995).

Diante de uma nova rota em 1808, artistas, cronistas e cientistas estrangeiros, impulsionados por interesses variados, agora poderiam se lançar ao novo mundo, ganhar prestígio e fortuna, longe das querelas napoleônicas, que fizeram a corte lusitana zarpar em direção ao Brasil. Não só cientistas estiveram por aqui, diplomatas e comerciantes sem formação também registraram suas impressões e ajudaram a redescobrir o Brasil. Assim, beneficiados pela invenção da litografia, passaram a representar e apresentar o Brasil à Europa em jornais e outras publicações, para o deleite de leitores interessados em conhecer o mundo vegetal, animal e social dos trópicos (BELLUZZO, 1996).

Essa geração de viajantes do século XIX fora muito influenciada pela História Natural e pelo modelo de Alexander von Humboldt. Assim, coube a Spix<sup>2</sup> e Martius<sup>3</sup> apreender, seguindo o modelo científico então consolidado, o mundo que se descortinava em seus olhos com um tratamento científico e com a sensibilidade de um romântico, dissecando aos olhos da História Natural, ao modo lineano, a exuberante natureza dos trópicos (LISBOA, 1995).

Esses viajantes também foram românticos, além de produzir ciência *in loco*, em consonância com os métodos científicos, estabelecidos na época, acabaram se especializando no registro preciso de sensações e fenômenos. “O modelo humboldtiano orientou uma determinada maneira de retratar os lugares percorridos pelos viajantes. A descrição das fisionomias particulares permitia, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares do cosmo”. Para eles várias representações poderiam compor um lugar específico. “Esse quadro retrata sua essência. A ciência dos viajantes busca atingir o que está por trás da variedade e da profusão dos fenômenos” (KURY, 2001).

---

<sup>2</sup> Johann Baptist von Spix nasceu em 1781, na cidade de Höchststadt an der Aisch. Estudou filosofia, teologia e medicina em Würzburg. Dedicou-se à zoologia após doutorar-se em medicina. Fez expedições científicas pela França e Itália. Foi membro de várias academias científicas. Morreu no ano de 1826 (LISBOA, 1995:89).

<sup>3</sup> Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu em 1794, na cidade de Erlangen. Estudou medicina, apresentando como trabalho de doutoramento um estudo botânico. Foi membro correspondente de várias academias científicas, dentre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em Munique, lecionou na cadeira de botânica da Universidade e tornou-se secretário vitalício da Real Academia de Ciências. Faleceu em 1868 (LISBOA, 1995:89).

Alguns personagens, para além dos viajantes, jardineiros coletores, desenhistas, pintores especialistas em história natural e preparadores de animais, acompanhavam e muitas das vezes substituíam os naturalistas. Estes, gozando de prestígio, preferiam os gabinetes, onde estavam acessíveis bibliotecas, laboratórios, coleções, herbários e jardins botânicos, relegando a difícil tarefa de viajante para os mais jovens (KURY, 2001), a exemplo dos naturalistas Spix e Martius e do raizeiro Antonio Moniz de Souza.

Difícil tarefa porque para além de se deparar com o perigo do desconhecido, tinham suas atividades pouco valorizadas, como ficou explícito no depoimento de Antonio Moniz de Souza. A contraponto, muitos intelectuais, aguardavam ansiosos as publicações dos estrangeiros que estiveram em expedição no Brasil (BELLUZZO, 1996). Aqui estas aventuras ganhavam outra conotação, quando era permitido o contato com a experiência adquirida.

Neste sentido um cientista que muito contribuiu para os viajantes fora o russo George Heinrich von Langsdorff que fez de sua Fazenda Mandioca um ponto de encontro para botânicos, naturalistas e cientistas. Impedido de realizar expedições pelo interior do Brasil devido a questões diplomáticas, adquire essa propriedade e tenta implantar um projeto agrícola inovador. Conhecedor da região e tendo participado das expedições de João von Krusenstern enquanto botânico, Langsdorff reuniu um cabedal informativo que atraía viajantes e aventureiros em busca de indicações de rotas, guias e auxiliares. Tendo a seu lado o artista Johann Moritz Rugendas e vários outros visitantes, ele acabou beneficiando uma leva de viajantes ávidos por descobertas.

Tomando por exemplo o relato das expedições científicas dos herdeiros da ilustração, Spix e Martius, realizada entre 1817 e 1820, é possível perceber como os preceitos da História Natural se conjuga com a visão romântica, servindo de bases para as projeções civilizadoras que, neste caso exógeno, estava condicionada a dominação da exuberante natureza e a miscigenação racial, demarcando um posicionamento eurocentrista e racista que reservava ao branco em um lugar privilegiado (LISBOA, 1995).

Spix e Martius chegaram ao Brasil com a missão austríaca, no séquito da noiva do príncipe D. Pedro I, a Arquiduquesa Leopoldina, em favor da Real Academia de Ciências de Munique da qual eram integrantes. Desfazendo o plano inicial de realizar as expedições em conjunto com a comitiva austríaca, devido aos atrasos da chegada dos naturalistas na esquadra da Arquiduquesa Leopoldina e a solicitação de sua permanência na capital por um bom tempo, eles resolvem iniciar as expedições de forma independente e auxiliados por

tropeiros e guias desbravaram regiões pouco exploradas de interior do país com destino ao Pará.

Passaram por São Paulo, Minas Gerais, Vila Rica, Distrito Diamantino, chegaram a transpor as margens do rio São Francisco, alcançaram o Paraná, cruzaram a província baiana, os sertões pernambucano, piauiense e maranhense, até chegar em Belém, em 1820, levando consigo enormes coleções de objetos zoobotânicos, etnográficos e minerais que engrandeceram os gabinetes naturais da Alemanha.

Enquanto Spix, dedicava-se à zoologia e etnografia, coube a Martius pesquisar a flora brasileira em toda sua extensão, aferindo a provável origem das famílias, por meio da comparação, da consideração de fatores climáticos e geográficos das plantas. Fazia parte também das atribuições deste botânico, a diligência de pesquisar das plantas medicinais interessantes para a indústria e a medicina de seu país.

Para além destas, cabia aos naturalistas, outras demandas do ramo das ciências naturais, como a mineralogia, geologia e física. E como se não bastasse, eles precisavam esclarecer o estado de civilização e a história das gentes do Brasil. Em seu país de origem buscaram encorpar suas anotações de viagem, publicando a obra *Viagem pelo Brasil*, em três volumes. O primeiro, em 1823, seguido do subsequente em 1826, já em face da despedida de Spix, e finalmente, o terceiro tomo, em 1831, escrito apenas por Martius, mas contendo apontamentos do seu antigo parceiro de viagem.

Em seus escritos encontramos temáticas como história da política, da economia, da administração pública, da agricultura, da pecuária, do extrativismo, dos costumes, do cotidiano, da cultura e da educação, das relações de trabalho, da religião, para além da botânica, da geologia, da zoologia e da etnografia dos índios. Muito embora reserve à natureza um dos seus principais focos.

A ideia de miscigenação enquanto propulsora do projeto civilizatório em *Viagem pelo Brasil*, acaba reverberando no texto vencedor do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1847, porém como fator positivo. No ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil*, Martius resgata a contribuição das matrizes étnicas brasileiras para informar que uma autêntica história do Brasil deve considerar as histórias dos índios, negros e brancos, a mestiçagem, como um caminho para a civilização. Pensamento que serviu de base para as teorias de Gilberto Freyre (MARTIUS, 1865).

Nesse ponto, torna-se necessário considerar um esquecido viajante que embora tenha escrito no século XIX, somente um século depois foi reapresentado aos brasileiros pelo Instituto Histórico e Geográfico da Bahia,

que seguindo o modelo do IHGB alimentavam o desejo de resgatar a história do Brasil e construir uma identidade nacional<sup>4</sup>.

### **3. ANTONIO MONIZ DE SOUZA NA LITERATURA DE VIAGEM DO SÉCULO XIX**

Apresenta-se, a seguir, a biografia de Antonio Moniz de Souza, suas viagens e observações<sup>5</sup>. Ele nasceu nas margens do rio Real de Nossa Senhora dos Campos, termo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 1782, na então Capitania de Sergipe D'el Rey. Rebento de uma família de agricultores, cujos progenitores foram Domingos de Souza e Oliveira e D. Vitorina Francisca Abreu Leite, fora criado dentro dos costumes da época e teve que abdicar dos estudos ainda cedo em favor da lida campestre. Por alguns anos cuidou da fazenda de gado de seu pai, experiência marcante em sua trajetória de vida, até que de vaqueiro, aos dezoito anos, veio a se tornar um renomado comerciante.

Durante a pujança de seu comércio deparou-se com o afamado sargento-mor da praça da Bahia, Bento José de Oliveira, e seus capangas, que parecem ter comprometido os seus negócios. Neste tempo, foi nomeado capitão de forasteiro<sup>6</sup>, tendo atuado na região de Lagarto, com êxito, contra os facinorosos, grupos armados, associados a autoridades da capital que buscavam se apropriarem dos bens das regiões interioranas e subjugar suas populações.

No ano de 1807, após ter comprometido seus recursos e sua saúde contra os opressores e amparado numa boa campanha de capitão de forasteiro, resolveu seguir carreira ingressando nas tropas baianas a caminho de Recife, rumo a Portugal, para combater o invasor francês, em defesa dos interesses do Reino. Uma tempestade no percurso acaba mudando os rumos da história deste famigerado e jovem capitão. O naufrágio na costa

---

<sup>4</sup> Ao lado de Antonio Moniz de Souza, outro raríssimo exemplo de crônica endógena, ocorre entre 1783 e 1792, quando o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>4</sup> estuda a geografia, a fauna e os habitantes das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Seus escritos, embora não publicados em português, são revelados sem referendá-lo pelos franceses, passando a servir de base para os viajantes austríacos, franceses e alemães no século XIX.

<sup>5</sup> Em virtude do parco espaço, faremos uma síntese biográfica, extrato das biografias produzidas por Silva (1867), Lima (1971), Blake (1883), Guaraná (1925), Bittencourt (1913), Edelweiss (1944), Araújo (2000) e Nascimento (2005).

<sup>6</sup> Em alguns documentos Moniz é tratado como capitão de ordenanças (SANTOS, 2008: 35) e nos escritos de Matos (2011) ele é tratado como capitão-mor.

pernambucana de Itamaracá inviabilizou seu sonho militar, aquele incidente acabou deixando-o com sequelas: surdo, foi excluindo dos padrões exigidos na empreitada ufanista. Diante da contrariedade, segue numa embarcação rumo ao Rio de Janeiro, conduzida por outras circunstâncias historiográficas. Naquela circunstância, inválido e desprovido de recursos, resolveu entrar como leigo no convento franciscano de Santo Antônio, onde viveu por três anos.

O ofício religioso não estava em seus planos, embora tivesse alterado significativamente sua vida, mas era uma possibilidade de superar suas frustrações e aproximar-se do conhecimento, interrompido pela sua condição campestre, comercial e militar. Enquanto esteve no convento, viveu ao lado do Provincial Fr. Antonio de S. Ursul Rodvalho, com o qual esteve em missão na província de São Paulo; conviveu com o reconhecido Frei José Mariano da Conceição Veloso, do qual herdou os conhecimentos de naturalista e a franquia de suas preciosas leituras.

Insatisfeito com as privações religiosas, após ter prestado serviços de enfermeiro e porteiro, deixou o donato<sup>7</sup> em 1812, logo após o passamento do seu mestre de ofício Frei Veloso e regressa a Bahia. A partir de então passou a sobreviver dos ensinamentos aprendidos no convento, o encontro com o botânico Veloso teria mudado os seus rumos. Passou a ganhar a vida como botânico, viajando pelas matas do recôncavo, recolhendo ipecacuanha e ervas medicinais a fim de fornecê-las aos médicos e farmacêuticos da Bahia, tendo recebido o apoio de ilustres liberais, a exemplo do Dr. Lino Coutinho e do Conde de Arcos que financiaram suas expedições pelo interior da capitania.

Sua primeira expedição, fora realizada em 1817, seguia rumo aos sertões baianos por Cachoeira de S. Estevão de Jacuípe, Comissão, Orobó e Jacobina. Desta regressou com copiosas coletas e observações, tendo-as apresentados ao Conde de Arcos e adquirido reconhecimento dele e do Dr. Sebastião Navarro. No ano seguinte, em 1818, retornou aos sertões da Bahia e a Sergipe em expedição, agora apoiada pelo Conde de Palma e valorado por letrados da época - Sr. Dr. José Lino Coutinho, Sebastião Navarro de Andrade, João Ramos, Antônio Ferreira França, Silveira Lopes - e outros cirurgiões e farmacêuticos, com exceção do Dr. Paiva, pelo qual criou notável ojeriza.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Espécie de neófito. A sua experiência religiosa foi tão marcante que o fez alterar seu nome para Antonio de São Francisco de Assim Donato, contrariado os biógrafos que acreditavam na sua negligenciado espiritual e religiosa.

<sup>8</sup> Os doutores Paiva e Navarro, estavam entre os responsáveis pela avaliação das coletas realizadas por Antonio Moniz de Souza. Segundo Edelweiss (2000: 45), enquanto Navarro demonstrou receptividade ao trabalho do viajante, Paiva teria desconsiderado suas contribuições, o que levou Moniz a manifestar insatisfação diante

Sua terceira investida, rumo ao Norte e com destino ao Pará, acertada em 1820, contou, apenas, com o apoio de alguns mecenas, mas fora interrompida no percurso, em julho de 1822, ainda no interior pernambucano, em virtude do advento da Independência. Atendendo ao chamado patriótico, retorna a Sergipe no intuito de ingressar no exército pacificador, em 1823, reforçando o Batalhão do Imperador. Tendo sido rejeitado por todos os comandantes militares, em especial pelo general Labatut; considerado incapaz, é recusado quanto recruta e quanto enfermeiro e farmacêutico, recolhendo-se nas Matas de São João enquanto aguardava a vitória, regressando a Bahia com o exército libertador.

Mais uma vez interrompido devido à aquisição de uma moléstia no curso da viagem, ficou meses enfermo. Retomou suas expedições em 1825, desta vez com destino ao Rio de Janeiro pelo litoral. Em fevereiro de 1826, deu notícias que estava em Jequitinhonha, entre 1827 e 1828 esteve desbravando os Campos de Goitacases e em maio de 1828 apresentou-se ao Ministério do Império<sup>9</sup>. Acredita-se que Moniz ainda realizou outras incursões rumo aos sertões do Norte, nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em 1850.

A partir de 1830, já estabelecido em Niterói, constituiu família, casando-se com D. Maria Fermina de Abreu Rangel, em 28 de fevereiro de 1840, adquiriu um sítio e escravos. Os desencontros institucionais, as obrigações familiares e a idade certamente concorreram para a diminuição das viagens; o aventureiro agora seguia os caminhos do pensamento, passando a dedicar-se às suas publicações<sup>10</sup>. Faleceu em 17 de setembro de 1857, após ter dado liberdade aos seus nove escravos, na chácara Santa Rosa (SOUZA, 2000: 29).

---

do tratamento que considerava negligente, chegando a responsabilizá-lo pela interrupção das subscrições anteriormente concedidas pelo Conde de Palma. O testemunho do próprio Moniz sugere ainda a existência de tensões entre Paiva e Navarro, contexto no qual a contestação de suas práticas pode ser interpretada à luz do processo de institucionalização dos saberes médicos no período. Nesse cenário, como indica Santos (2008), as atividades desenvolvidas por Moniz de Souza — situadas na interface entre os saberes empíricos e a história natural — passaram a ser progressivamente reavaliadas e ressignificadas no interior das disputas por legitimidade científica que marcaram o campo das práticas de cura na primeira metade do século XIX.

<sup>9</sup> Trata-se de um encontro não muito amistoso, a indiferença do Ministro teria provocado o agravo do descontentamento de nosso viajante para com a política imperial, acreditamos (SOUZA, 1843: 54).

<sup>10</sup> Após se estabilizar e constituir família, Antonio Moniz de Souza, já contando meio século, passou a partilhar suas anotações e conhecimentos. Em 1834, publicou o “Tomo I - Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza,

Da sistematização das memórias de Antonio Moniz de Souza é possível depreender sobre as sociedades do interior e seus costumes, sobre a religiosidade, a escravidão, a violência e a desordem, o uso privado do poder político, os entraves ao desenvolvimento da economia do interior e sobre a guerra da independência. Nestes discursos, ele representa o agricultor, o indígena, o cigano, a mulher e o negro, de forma bem particular, e se apresenta agricultor, comerciante, capitão de forasteiro, donato e botânico. Um personagem complexo, plural e particular que expressa em suas observações às leituras dos mundos que se descortinava em seus olhos, e os reflexos deste prisma em sua ótica, abrindo espaço para uma interpretação de si mesmo e para a representação do *Outro*, por ele representado.

Seu relato, de modo muito peculiar, permite que se conheçam os traços de uma importante definição a operar na demarcação dos espaços e vida social na América portuguesa localizadas pontualmente nas suas reflexões sobre as implicações de não ser português de nascimento. Seus comentários fornecem elementos para a discussão sobre a construção dos referenciais de identidade no contexto pré-independência e de como o local de nascimento do indivíduo no espaço colonial foi assumindo significativo relevo para a construção de um esboço de identidade, num período anterior às guerras de independência (MATOS, 2010: 207-208).

---

em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira” pela Tipografia Americana de I. P. da Costa. No ano de 1843, publicou *Máximas e Pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, o homem da natureza em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840* (Publicado por um amigo), pela Tipografia Niteroiense, em Niterói. Doze anos depois da primeira, em 1846, publicou o Tomo II, escrito em 1824 – *Descobertas curiosas (que nos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, por sítios e sertões vários das Brasilicas Províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento, e princípios de sua educação*. Oferecida ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil pelo Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. Para além destas obras apresentadas, fez outras duas publicações em periódicos: *Petição dirigida a S. M. I.*, no O Jornal Philantropo do Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 1850 e *Tratamento da morfêia pela casca da raiz de sucupira*, no jornal O Correio Sergipense, em 08 de agosto de 1855, entre outras menções (LIMA, 1971: 227-231).

Considerando que suas produções foram resultantes das viagens e observações, seus relatos podem ser associados a literatura de viagem, mas também às obras denúncias típicas dos historiadores de seu tempo, a exemplo de Frei Vicente do Salvador, porém com um discurso revoltado para com a política imperial. Contrário ao posicionamento de Martius no que tange a miscigenação, Antonio Moniz de Souza foi um exímio defensor dos negros e os considerava um dos poucos contribuintes para o progresso brasileiro.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória de Antonio Moniz de Souza permite problematizar o predomínio das narrativas exógenas na historiografia da literatura de viagem e ampliar o reconhecimento da participação de viajantes brasileiros na construção das representações sobre o território brasileiro no século XIX. Ao recuperar a sua trajetória de vida, evidencia-se a necessidade de ampliar o repertório interpretativo da historiografia da literatura de viagem no Brasil, incorporando narrativas produzidas por viajantes nacionais cuja experiência permitiu formular leituras próprias sobre o território, a natureza e a sociedade brasileira no século XIX.

Se a maneira de perceber e observar o mundo natural era influenciada, em Spix e Martius, pela sua formação cultural e pelo seu conhecimento científico, pelo mundo acadêmico. Da mesma forma, Antonio Moniz de Souza, à margem da academia, expressava a experiência vivida ao longo de sua trajetória. O lugar de esquecimento destinado a este sujeito tem muita relação, acreditamos, com esta condição de autodidata, iletrado e agricultor, bem como a desvalorização dos viajantes públicos, própria da época, sobretudo, após a institucionalização dos cursos de medicina que excluíram as práticas naturais e alternativas das iniciativas da saúde pública.

Em síntese, Antonio Moniz de Souza distingue-se de grande parte dos naturalistas e artistas estrangeiros que percorreram o Brasil ao longo do século XIX, cujas narrativas frequentemente privilegiavam o olhar sobre o exótico ou os interesses científicos e econômicos europeus. Diferentemente dessa perspectiva, suas observações críticas articulam natureza e sociedade a partir de uma experiência particular e situada no interior do próprio território brasileiro, buscando identificar potencialidades econômicas, terapêuticas e

sociais associadas ao mundo natural, sem esquecer de registrar seu processo de encontro com o Outro (ANDRADE: 2017).

Antonio Moniz de Souza procurou extrair da observação direta da natureza e das populações do interior alternativas para o tratamento das doenças, para o desenvolvimento da economia e para a reorganização da vida social, contribuições que considerava fundamentais para o processo de construção da nova nação e para a afirmação de uma identidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Ribeiro. **Leituras de um viajante público (1812-1846): o homem da natureza brasileira, seus mundos e os outros**. 2017. 111 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **“A independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. 2011. 391 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2011.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. In: SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um Brasileiro**. 3. ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

BELLUZZO, Ana Maria. *A Propósito d’o Brasil dos Viajantes*. **Revista USP**, São Paulo (30): 8-9, jun-ago. 1996.

BLOCK, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O Ofício do historiador**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COUTO, Cristina. *Doenças no Brasil Oitocentista: alimentação como prevenção na produção médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1889)*. **CIRCUMSCRIBERE** 14 (2014): 40-52. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/article/viewFile/21622/15873>>. Acessado em 05 dez 2015.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco**. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 344, 1974.

EDELWEISS, Frederico. Antonio Muniz de Souza. In: SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um Brasileiro**. 3ª ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

FALCON, Francisco José Calasans. *O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção historiográfica*. In: *Trajetos. Revista de História UFC*. Vol. 3, nº 5, 2004 (Dossiê Capistrano de Abreu).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 28ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GLEZER, Raquel. *História da historiografia brasileira: construção e permanência*. In: SAMARA, Eni de mesquita (org.) **Historiografia brasileira em debate. Olhares, recortes e tendências**. São Paulo: Humanitas, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Os historiadores e seu métier. In: \_\_\_\_\_. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 75-125.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Governo de Sergipe: 1925.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et. al. (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel L. S. – **Livro de Fontes de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ/FAPERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel L. S. - *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História da Civilização Brasileira**. 4ed. São Paulo, Difel, tomo II, vl. Cap. 1, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 16a. edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983 (Coleção Documentos Brasileiros).

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000. p.25-54.

JUNQUEIRA, Mary Anne (Org.); FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa** (vol.II). São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011. v. 1.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, V.VIII (Suplemento), 863-80, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>>. Acessado em 05 dez 2015.

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana**. Vol. I. Aracaju: Livraria Regina LTDA, 1971.

LISBOA, Karen Macknow. *Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e Esboços de uma Civilização*. **Re. Bras. de His.** São Paulo, v.15, n9, p.73-91. 1995.

MARTIUS, Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 266 p.

MENEZES, Wanderlei Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe D'el Rey: A trajetória dos Sargento-Mor Bento José de Oliveira (1763-1808)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX*. **Revista da Fapese**, Aracaju, v.1, n.1, p.7-22. 2005.

ODÁLIA, Nilo (org.). **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300>>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 14a. edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PROST, Antoine. *Criação de enredos e narrativa*. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 211-233.

REIS, José Carlos. *O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção*. In: **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010 (Coleção FGV de bolso. Série História).

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil (Historiografia Colonial/1ª Parte)**. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, pp. 425-447, 393-405 e 479-513.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. 7ª. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01861600>>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. **A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização**. 2013. 356 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, 2013.

SANTOS, Laura Carvalho dos. *Antônio Moniz de Souza, o 'Homem da Natureza Brasileira': ciência e plantas medicinais no início do século XIX*. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, n.4, p.1025-1038, out.-dez. 2008

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador (1808-1828)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 99-140.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. 5 v. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1862. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01726710>>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

SOUZA, Antonio Moniz de. *Descobertas curiosas, que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões de brasilicas províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento e princípios de sua*

*educação. Oferecidas ao Augusto Chefe da Nação brasileira, o Sr. D. Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.* Salvador: **RIGHB** nº 73, 1945. IHGBA

SOUZA, Antonio Moniz de. *Tratamento da morfeia pela casca da raiz de sucupira.* **O Correio Sergipense.** Sergipe, 08 ago. 1855.

SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira.** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01718900#page/1/mode/1up>>. Acessado 20 de março de. 2013.

SOUZA, Antonio Moniz de. **Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza, natural da província de Sergipe Del'Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo seu.** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242541>>. Acessado em 15 de agosto de 2013.

>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil [...]** (Volume 1, 2. ed.). Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01819210>>

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914).** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEHLING, Arno. *Capistrano e a História do Brasil.* In: Trajetos. **Revista de História UFC.** Vol. 3, nº 5, 2004 (Dossiê Capistrano de Abreu).

# SARAMANDAIA X BOLE-BOLE - QUALQUER SEMELHANÇA NÃO É MERA COINCIDÊNCIA – A GESTÃO DO PREFEITO DE LAGARTO-SE, JOSÉ VIEIRA FILHO (1977-1982)<sup>1</sup>

Maria Letícia Santos Prata<sup>2</sup>

**Resumo:** Ambientado historicamente na cidade de Lagarto-SE, o tema do presente trabalho se insere num dos mais singulares fenômenos da vida política de Sergipe, inspirado no sucesso da Rede Globo de Televisão: a telenovela de Dias Gomes, "Saramandaia", de 1976. Trata-se de uma disputa acirrada entre dois grupos que dominam a cena política do município até a presente data: Saramandaia, criado por Artur de Oliveira Reis, e Bole-Bole, criada por Rosendo Ribeiro Filho, o Ribeirinho. José Vieira Filho, comerciante de origem, foi o primeiro político a ser eleito Prefeito de Lagarto do grupo Bole-Bole, sucedendo ao odontólogo, Dr. João Almeida Rocha. A escolha por Vieira deve-se à necessidade de entender como se deu o início dessa polarização e quais os reflexos disso para a vida social do município, naqueles anos de 1977 a 1982, que correspondeu ao seu mandato.

Palavras-chave: Lagarto; Coronelismo; Saramandaia; Bole-Bole; José Vieira Filho; Parentela; Clientelismo; Regime Militar Brasileiro

**Abstract:** Historically set in the city of Lagarto-SE, the theme of this work is situated within one of the most unique phenomena in the political life of Sergipe, inspired by the success of the Rede Globo television network: the telenovela by Dias Gomes, "Saramandaia," from 1976. It concerns a fierce dispute between two groups that dominate the political scene of the municipality to this day: Saramandaia, created by Artur de Oliveira Reis, and Bole-Bole, created by Rosendo Ribeiro Filho, known as Ribeirinho. José Vieira Filho, a merchant by origin, was the first politician to be elected Mayor of Lagarto from the Bole-Bole group, succeeding the dentist, Dr. João Almeida Rocha. The choice of Vieira is due to the need to understand how this polarization began and what its repercussions were for the social life of the municipality during the years from 1977 to 1982, which corresponded to his term.

Keywords: Lizard; Coronelism; Saramandaia; Bole-Bole; José Vieira Filho; Kinship; Clientelism; Brazilian Military Regime

---

<sup>1</sup> TCC – Artigo Científico – Orientação Claudfranklin Monteiro Santos, 2025.

<sup>2</sup> Licenciada do Curso de História, da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: mlsprata18@gmail.com

## APRESENTAÇÃO

A história política que permeiam as localidades do interior, tornam-se palco de estudo e de investigação para que seja possível compreender as dinâmicas e relações de poder. Além disso, serve como um meio de analisar os vínculos estabelecidos entre o poder central e a sociedade que vai sendo construída em torno da organização política da cidade, responsável por influenciar a formação cultural da região. Nesse sentido, o trabalho tem como objeto central de pesquisa a atuação política e administrativa do ex-prefeito de Lagarto, localizado no estado de Sergipe, José Vieira Filho, entre os anos de 1977-1982. Dessa maneira, foi analisado sua forma de gestão, as alianças políticas formadas e os impactos de suas realizações no cenário político lagartense e sergipano.

O interesse por esse tema surgiu diante da escassa produção e pesquisa sobre essa temática no meio acadêmico, mesmo sendo altamente relevante para a sociedade lagartense, sobretudo pelas gestões que moldaram a política local responsável por configurar as relações sociais do município, além de haver um grande interesse pessoal diante do cenário da política local da cidade na qual cresci. Mediante isso, a figura de José Vieira Filho destaca-se nesse contexto histórico, tendo em vista que, o seu processo eleitoral culminou nos apelidos referentes aos partidos políticos: “Saramandaia” e “Bole-Bole”. Dessa forma, explorar as facetas de José Vieira possibilita compreender melhor as estratégias políticas adotadas, além das continuidades e rupturas presentes na política de Lagarto.

Sob esse viés, a temática justifica-se primeiramente pela sua relevância histórica, tendo em vista que possibilita o entendimento sobre as formações de alianças dos agrupamentos políticos e como essas estruturas refletem no município. Dessa forma, cabe destacar que esses fatores impactam diretamente nas formas de organização social, podendo assim, compreender as relações de poder entre as esferas municipal, estadual e federal, levando em consideração o período histórico no qual José Vieira se encontra, que teve forte influência diante da vigência da Ditadura Civil Militar (1964 – 1985).

Ademais, cabe destacar que a pesquisa passa a ser justificada também pelo valor social e cultural agregado, já que contribuiu de maneira relevante para o fortalecimento da identidade política lagartense, além do próprio fortalecimento da memória política do município de Lagarto, valorizando cada vez mais a história local e regional. Podendo desse modo, construir análises mais profundas sobre a política brasileira, contribuindo significativamente no âmbito acadêmico.

Sob essa perspectiva, esta pesquisa, colaborou para uma análise mais aprofundada acerca do governo de José Vieira Filho, levando em consideração seu posicionamento político, suas principais contribuições para o município, além da forma que se configurou a estrutura política nesses anos, tendo em vista sua posse como deputado estadual nos anos finais da sua gestão como

prefeito. Assim, ao ser demarcado o período exposto, a pesquisa contribuiu para o aprofundamento sobre questões como a parentela, o mandonismo local, o clientelismo e as lideranças locais, temas pertinentes que impactam a conjuntura da história política brasileira.

Nesse sentido, para a efetivação e continuidade da pesquisa, o referencial teórico utilizado foram os historiadores Claudefranklin Monteiro Santos, Alailson Pereira Modesto e Patrícia dos Santos Silva Monteiro, como forma de compreender a perspectiva histórica da política no município lagartense. Além disso, foram mobilizados também os sociólogos Wilson José Ferreira de Oliveira e Fernanda Rios Petrarca, a fim de analisar o conceito de parentela, como foi configurada a política sergipana e de que forma essa dinâmica influenciou localidades menores, como Lagarto. Por fim, também utilizou-se dos conceitos de Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro para uma melhor compreensão acerca do mandonismo local e suas particularidades.

No que tange as fontes e referências utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, é a combinação de fontes primárias e secundárias. Dentre as primárias destacam-se relatos orais, por meio da entrevista de familiares e funcionários do período político analisado, além da utilização de jornais e periódicos da época, que relatam as satisfações e insatisfações durante governo de José Vieira Filho. Já as fontes secundárias incluem livros e sites que retratam a história da política sergipana, com ênfase no município de Lagarto. Logo, esse leque variado de recursos contribuiu para uma análise crítica, profunda e consistente sobre o objeto de pesquisa.

Quanto a estrutura do trabalho, este artigo está organizado em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte explica historicamente as disputas políticas entre os partidos “Saramandaia” e “Bolebole”, desatacando características do mandonismo local, além da formação da bipolarização política no município. Já a segunda parte se configura em uma pequena síntese biográfica sobre José Vieira Filho, com ênfase na origem da família e como o seu nome foi ganhando força em meio a sociedade lagartense, demonstrando seus interesses pessoais e políticos. Enquanto isso, a terceira parte é um aparato histórico da gestão de José Vieira na prefeitura municipal de Lagarto, compreendendo suas principais ações administrativas, como também seus conflitos com seus adversários do partido “Saramandaia”. Por fim, as considerações finais buscaram retomar as principais discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa acerca do governo do até então prefeito municipal.

Assim, o trabalho de conclusão de curso buscou ampliar os conhecimentos sobre a política do município de Lagarto, destacando grandes nomes do meio político – partidário, tornando viva a memória e história local, sendo este um campo necessário para a compreensão do presente e do passado político brasileiro.

## COISA DE NOVELA: SARAMANDAIA X BOLE-BOLE EM LAGARTO – SE

As disputas políticas vinculadas a grupos políticos lagartenses do tempo presente possuem raízes históricas profundas, que passaram a ser moldadas sobretudo pelo “coronelismo” durante o período da República Velha. Nesse sentido, os confrontos políticos se estruturavam e eram marcados em torno das famílias mais tradicionais do município de Lagarto e posteriormente, a partir de 1972, passou a ocorrer a polarização de dois grupos que ficaram conhecidos logo depois como Saramandaia e Bole-Bole.

Dentre algumas das características do coronelismo que teve forte influência no município, destacam-se a parentela e o mandonismo local, que são fatores responsáveis por consolidar a posição de poder dos grupos políticos.

No entanto, apesar de apresentar posicionamento de destaque ainda na formação da República Velha, os confrontos políticos remontam a organização de agrupamentos que mantinham a divisão desde o período Imperial, baseada em alianças e sendo resultados de laços políticos de parentesco, dado isso, segundo os sociólogos Wilson José Ferreira de Oliveira e Fernanda Rios Petrarca

A parentela representava a unidade política menor deste sistema de alianças cobrindo a vida social dos municípios e estados. Dela derivaram os agrupamentos políticos e a oligarquia, sua expressão máxima. Sua emergência representa a expansão do Estado brasileiro tendo como núcleo o município, uma vez que as dificuldades enfrentadas por Portugal para dominar e povoar o país, dada a sua dimensão continental, conduziram ao incentivo do poder e autonomia dos senhores rurais, chefes das parentelas.” (PETRARCA; OLIVEIRA, 2022. p. 20)

Desse modo, como uma maneira de formar novos agrupamentos políticos e a própria hegemonia do poder local, os coronéis, a partir das relações familiares estabeleciam acordos e formavam coligações. Diante disso, apesar da formação da Primeira República, esse modelo político, não sofreu grandes alterações de forma abrupta, sendo possível analisar com o transcorrer do tempo, as reminiscências desse sistema.

Sob esse viés, cabe ressaltar que essa polarização política já permeava o final do século XIX e início do século XX no estado de Sergipe, através dos partidos “pebas” e “cabaús”. Sendo o primeiro, caracterizado como os proprietários rurais que tinham menor influência econômica nos engenhos, em municípios como Lagarto, Simão Dias e Itabaiana, dentre uma das principais representações desse partido, destaca-se Sílvio Romero, grande intelectual lagartense, conhecido também pela forte influência de sua família devido a suas atribuições comerciais, além disso, destaca-se também os seus irmãos

Benilde Romero, Joveniano Romero e Nilo Romero, fazendo com que a família também seja reconhecida nas áreas do direito e da saúde. Em contrapartida, a liderança dos “Cabaús” era fundamentada principalmente sob a região do eixo Vaza-Barris e Cotinguiba, com destaque para grandes nomes como a parentela dos Rollemberg, Leandro Maciel e Olímpio Campos. Este último, tem como representante em terras próximo a região lagartense a família Dantas, que também passa a estabelecer disputas pela dominação dos postos locais em Lagarto.

Através disso, torna-se notório que as disputas políticas deixam em evidência o destaque de dois grupos bastante influentes na região, não ofertando margem para um terceiro partido. Sob esse viés, cabe ressaltar que apesar do extermínio dos dois principais partidos oligárquicos – pebas e cabaús – não foi fator determinante para que fosse “decretado” o fim da parentela nessas regiões de influência. Assim, de acordo com a historiadora Patrícia dos Santos Silva Monteiro,

Com o passar do tempo (década de 60) a representatividade sofre alterações, ficando a cargo de Acrísio D’Ávila Garcez e Dionísio de Araujo Machado, o primeiro representando o PSD (Partido Social Democrático), já o segundo estava a representar a UDN (União Democrática Nacional). Na década de 70, as denominações são alteradas, os grupos políticos passam a ser identificados como **Bole-Bole** e **Saramandaia**” (MONTEIRO,2008 p. 32)

Diante disso, cabe destacar que os representantes dos referidos partidos ainda possuíam fortes características do decadente coronelismo como forma de dominação da política local. (MONTEIRO, 2008, p.33). De acordo com Alailson Pereira Modesto “O fenômeno como um todo parece que ainda não está definitivamente acabado, ou melhor: algumas de suas características ainda continuam a modelar a práxis política brasileira.” (MODESTO, 2008, P. 17). Ainda complementa o autor, que o princípio fundamental da estrutura coronelista se forma a partir do clientelismo – relação de barganha – que diante da formação de uma cadeia hierárquica perpetua a sua forma de dominação. (MODESTO, 2008. p. 19).

Apesar do destaque durante a emergência da República Velha, até o fim declarado da função em meio a Revolução de 1930, o termo “coronelismo” segundo Basílio de Magalhães, advém da patente de coronel da então criada Guarda Nacional, durante o ano de 1831 por Padre Antônio Diogo Feijó. Nesse sentido, a patente de coronel passava a ser geralmente ocupada pelo chefe político de cada localidade, obtendo prestígio social e militar. Essa forma de poder estaria vinculada principalmente aos proprietários de terras e comerciantes formadores da elite local. Sob esse viés, mesmo após a absorção

da Guarda Nacional em 1922, o termo ainda passou a ser designado a grandes líderes políticos como forma de garantir prestígio social.

Mediante isso, nota-se a existência da forte relação entre as formas de dominação, a fim de poder gerar a manutenção do poderio da elite agrária e comercial vigente no município de Lagarto, tendo em vista que, a figura do coronel passa a ser configurada e solidificada como aquele responsável pelo aparato as classes sociais mais baixas e necessitadas de apoio. Sendo possível analisar dessa forma, o estabelecimento de benefícios aos eleitores com a finalidade de manter a dominação existente.

A luz disso, o mandonismo passou a ser um fator marcante, além de ser considerado o principal contribuinte na perpetuação das relações de poder. De acordo com José Murilo de Carvalho, no qual afirma que *“o mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas.”* (CARVALHO, 1998).

Além disso, o historiador Victor Nunes Leal reforça em sua obra *“Coronelismo, enxada e voto”* (2012) que o mandonismo sempre existiu, destacando o clientelismo e o filhotismo como fatores secundários do sistema coronelista. Nesse sentido, Carvalho reforça que *“Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e tem de recorrer ao governo.”* (CARVALHO, 1998).

Ademais, cabe ressaltar que Modesto destaca que a exemplo de Leal, na obra de Raymundo Faoro, *“Os donos do poder”* (1958)

(...) considera o sistema de reciprocidade um aspecto fundamental ao sistema coronelista. Os coronéis se encarregam de dar ao governo estadual toda a votação da sua fiel clientela, inclusive se encarregando com as despesas eleitorais, em troca os empregos públicos do município ficam sob seu controle, bem como tantas outras funções públicas não institucionalizadas. É o chamado compromisso, a troca de proveitos entre o chefe político local e o governo do Estado, anunciado por Victor Nunes Leal” (MODESTO, 2008, p.21)

Diante disso, a socióloga Maria Isaura Pereira Queiroz, afirma que o coronelismo passa a ter suas origens nos então nomeados grupos de parentelas, assim como proposto por Oliveira e Petrarca, passando, portanto, a contribuir de maneira fundamental como forma de construir um dos três canais de manutenção do coronelismo, caracterizados pela fortuna e o comércio. (MODESTO, 2008. p. 23).

Ademais, ao analisar os períodos históricos como processos de construções e rupturas, vale salientar sobre as mudanças políticas e sociais que

são transcorridas ao longo do tempo e como essas relações vão sendo modificadas mediante os fatores externos e internos. Partindo desse pressuposto, torna-se notório frisar o desenvolvimento dos acontecimentos históricos que passam a permear a sociedade.

Nesse sentido, apesar de ter sido instaurado no Brasil o Golpe Militar de 1964, a historiadora Raylane do Nascimento Santos afirma que nos interiores, as informações transmitidas nas áreas mais remotas do país se apresentavam de maneira distorcida e os moradores locais pouco se envolviam com os problemas e acontecimentos de âmbito nacional. De acordo com a autora, *“estavam mais preocupados com os problemas locais, onde o mandonismo dos ainda chamados coronéis era predominante.”* (SANTOS, 2008. P. 27)

No entanto, vale ressaltar que apesar do foco se pautar nos problemas regionais, os chefes políticos estavam cientes dos acontecimentos ocorridos no território brasileiro. Diante disso, o decreto de formação do bipartidarismo refletiu nos moldes políticos na cidade de Lagarto. Assim, houve a extinção dos partidos existentes – PSD e UDN – dando espaço para o surgimento do partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Ao examinar a política local do município, segundo Monteiro

(...) podemos afirmar que o MDB não teve quase nenhuma influência, pois a oposição encontrava-se dentro da própria ARENA. Representada pelos antigos chefes políticos que dominavam a cidade. Assim surge a ARENA I e ARENA II, representadas respectivamente por Acrísio D’Ávila Garcez e Dionísio de Araújo Machado (MONTEIRO, 2008.p. 34).

Além disso, a temática passa a ganhar posição de destaque entre os meios midiáticos do período, e telenovelas e livros pautados no coronelismo passam a receber cada vez mais destaque entre os telespectadores como uma forma de crítica social. Dentre elas, a novela *“O Bem Amado”* e *“Saramandaia”*, produzida pelo dramaturgo Dias Gomes, no início da década de 70, exibida durante esse mesmo período na Rede Globo de Televisão. Dentre as particularidades da produção, destaca-se a fictícia cidade de Bole-Bole, na qual há a disputa política entre duas facções, uma busca manter o nome da então cidade, e a outra busca promover a alteração para *“Saramandaia”*, sendo considerada entre os moradores como um partido mais tradicional e outro mais progressista respectivamente.

Torna-se válido destacar que através do rompimento político que aconteceu entre as famílias Reis e Ribeiro no município de Lagarto, em 1976, ano da então exibição da telenovela, se tornou munição suficiente para que os moradores da região popularizassem o nome das facções, associando as

polêmicas que ocorriam no meio midiático aos acontecimentos presenciados na vida real.

Sob essa perspectiva, a partir da década de 70 por meio das eleições – entre José Vieira Filho contra Porfírio Martins de Menezes Filho – esses agrupamentos políticos passam a ser identificados como Saramandaia para a então referida ARENA II e Bole-Bole, para a ARENA I, nos quais, seus representantes ainda possuíam fortes características do até então decadente coronelismo.

No entanto, cabe ressaltar que o hábito atribuído a dar nome aos partidos políticos locais não nasce nesse momento, assim como abordado anteriormente, os termos pebas e cabaús já pairavam a realidade popular de Sergipe, além disso, outros municípios do Estado já possuíam esse hábito, regiões como Simão Dias, Pedrinhas, Ribeirópolis e Arauá.

Assim, cada partido passava a possuir uma característica própria no imaginário popular, Monteiro, utiliza por meio de fontes orais, o depoimento de Cláudio Monteiro para caracterizar os partidos, sendo definidos como “*O pessoal mais fino, mais educado, O Saramandaia. Já o Bole-Bole, que eles chamavam mexe-mexe, é aquele que fazia mais auê, mais zueira*” (MONTEIRO, 2008.p. 35). Além disso, cabe destacar também a formação de uma identidade regional e política entre os moradores da região do centro-sul sergipano, tornando-se um elemento fundamental para a construção da história social e política lagartense.

Mediante isso, como forma de ressaltar essa identidade política, Monteiro também relata a fala o ex-prefeito Artur Reis, representante do partido Saramandaia entre os anos de 1983 a 1989, no qual afirma que

(...) na novela Saramandaia quem era Bole-Bole era Bole-Bole. É uma tradição que já vem quando o menino nasce, já Bole-Bole ou Saramandaia. Às vezes muda por razões que eles apresentam, alegam. Muitas vezes não foi atendido o que ele pediu...” (MONTEIRO, 2008.p. 35).

Sob essa perspectiva, nota-se que a perpetuação dessas coligações políticas está diretamente relacionada com a continuidade das práticas coronelistas que foram evidenciadas anteriormente, definidas por Modesto como

(...) uma ação de dominação e manipulação, em forma de representação política, de um segmento social, caracteristicamente possuidor de bens passíveis de reproduzir relações sociais diversas sobre o eleitorado (...) o empreguismo de apadrinhados nos serviços públicos, o clientelismo generalizado; o controle dos votos dos eleitores; o controle coercitivo como fonte e imposição de prestígio e poder; a prática política paternalista e

assistencialista; a prestação de serviços diversos a população, seja utilizando recursos próprios ou públicos (...). Enfim, são as práticas fundamentadas na ideologia do favor e do compromisso recíprocos e na imposição de poder que estão profundamente arraigadas na vida social e política brasileira. (MODESTO, 2008.p. 26)

Por fim, as disputas políticas no município de Lagarto remetem a persistência de uma estrutura de poder vinculada e herdada do coronelismo, destacando principalmente fatores como o mandonismo, parentela e clientelismo. Mesmo diante das transformações da estrutura política ao longo do século XX, entre o período da Primeira República e o período do Regime Militar, observa-se a continuidade dessas práticas mais tradicionais, reconfiguradas para o contexto local, com os termos Saramandaia e Bole-Bole. Assim, a política lagartense evidência velhas formas de dominação que se adaptam e sobrevivem, que faz com que se torne responsáveis pela formação de novas alianças, rivalidades e formação da identidade político-cultural do município.

#### **JOSÉ VIEIRA FILHO: DE COMERCIANTE À LÍDER POLÍTICO DE LAGARTO – SE**

José Vieira Filho nasceu em 22 de fevereiro de 1925, casou-se com Josefa Flora de Souza Vieira e dentre seus dez filhos, destacam-se Aloízio Vieira – famoso médico do município – e Raimundo Vieira, ex-vereador de Lagarto por três mandatos consecutivos. Foi um próspero comerciante de móveis, tendo várias filiais da “Casa Brasília”, além disso, foi eleito vereador de Lagarto por um mandato, foi músico e tornou-se presidente da Lira Nossa Senhora da Piedade no ano de 1960, já no ano de 1970 foi eleito presidente da Associação Atlética de Lagarto (AAL). Apesar disso, sua figura foi imortalizada na política do município, sendo considerado por muitos, como o melhor prefeito da história da cidade.

O político José Vieira Filho ocupou o cargo de prefeito da cidade de Lagarto entre os anos de 1977 – 1982. Posteriormente, ganhou destaque como Deputado Estadual, em 1982. No entanto, é importante ressaltar que apesar da sua relevância no meio público, sua importância antecede os palanques políticos, obtendo grande influência no desenvolvimento da cidade.

Diante disso, é necessário compreender, de antemão, as raízes históricas da família Vieira, responsáveis por formar uma ampla e sólida rede familiar que exerceu influência significativa em diversos setores da economia e política. Mediante isso, essa atuação foi responsável por caracterizar o núcleo familiar como um dos principais pilares da história e do desenvolvimento do município de Lagarto, sendo marcada pela ocupação em cargos públicos, além

de contribuir de modo crucial para a configuração social, econômica e institucional da cidade.

Sob esse viés, torna-se necessário projetar os acontecimentos ocorridos no território sergipano, que levou a formação e desenvolvimento do município, tendo em vista que, inicialmente, os lotes de terras doados foram organizados em lavouras e criações de gado, fator responsável por manter grandes currais na região. Posteriormente, passou a surgir em Lagarto pequenos sítios, nos quais, buscavam formas alternativas de sustento, conciliando as atividades rurais com outras fontes de renda, tais como a agricultura do fumo, laranja e maracujá. Além disso, efervescia o ramo do couro na localidade, por meio da venda de sela, peitorais e arreios, sem contar a produção e comercialização de calçados, propagando assim, as sapatarias de fabricação própria.

Nesse contexto, a família Vieira passou a ter maior visibilidade a partir das últimas décadas do século XIX, José Vieira do Nascimento, conhecido dentre os moradores das redondezas como Zezé do Arroz – pai de José Vieira Filho – teve investimento no couro, mas popularizou-se em meio as feiras de Simão Dias conduzindo pessoas e mercadoria para a capital aracajuana em seu caminhão. Em contrapartida, seus filhos José, Vieira e Antônio também tiveram caminhões. No entanto, José Vieira Filho ingressou no ramo do comércio obtendo lojas de móveis e caminhão próprio, até que retornou a política municipal tornando-se prefeito de Lagarto e posteriormente, deputado estadual. Nesse sentido, ao retratar a trajetória de José Vieira, nota-se o crescimento significativo no ramo comercial.

Mediante isso, cabe ressaltar que de maneira inicial, Vieira tornou-se proprietário de uma “bodega”, no entanto, não foi bem-sucedida. Alguns anos depois foi fundada a “Casa Brasília”, loja de móveis e eletrodomésticos que originou cerca de oito filiais, em localidades como Poço Verde, Boquim, Simão Dias, Itabaianinha, Tobias Barreto e Paripiranga, além da loja matriz na própria cidade. No entanto, apesar da ampla popularidade e propagandas de destaques nos jornais “O Lagarto”<sup>3</sup>, o seu comércio decaiu após a reinserção no meio político, devido aos constantes pedidos e patrocínios no seu período como prefeito<sup>4</sup>.

Por outro lado, sob uma perspectiva mais ampla, falar sobre a política lagartense é falar sobre uma série de sucessões e continuidades de dois núcleos familiares que se alternam constantemente no poder, sendo a família Reis e Ribeiro grande destaque na região. Mediante isso, ao analisar o quadro geral de sucessores políticos, suas perpetuações se dão por meio de filhos,

---

<sup>3</sup> Edições de 03, 18 e 25 de janeiro de 1976 e 22 e 29 de fevereiro de 1976

<sup>4</sup> Informação concedida por meio de entrevistas com José Aloízio Vieira de Souza e Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, nos dias 28 de janeiro de 2026 e 02 de fevereiro de 2026, respectivamente.

netos e bisnetos que perduram até a atualidade, demonstrando assim, a forte influência exercida por essas famílias na política local. Tal fator foi responsável posteriormente, pela denominação dos partidos “Bole-Bole” e “Saramandaia”, sendo a família Ribeiro grande destaque no cenário político lagartense.

É nesse contexto, que a dominação dos Ribeiro, expande-se para além da política local, tendo em vista que, Rosendo Ribeiro de Souza, patriarca da família era pecuarista e filiou-se a UDN, sendo bastante influente durante a década de 1950 na política do município. Cabe destacar também seus sucessores, Rosendo Ribeiro Filho – Ribeirinho – e José Raymundo Ribeiro, popularmente conhecido como Cabo Zé, sendo considerados os primeiros a ingressar diretamente na política a partir de 1960, ambos ocuparam os cargos de prefeito municipal de Lagarto e Deputado Estadual de Sergipe. Além disso, a família tem forte influência nos meios de comunicação local, sendo José Raymundo Ribeiro, dono de uma das principais rádios do interior sergipano, a Eldorado FM, além de que o jornal “A voz de Lagarto” estava diretamente ligado a ele.

Devido a sua afinidade com a política local e proximidade Ribeirinho, José Vieira Filho passou a exercer uma relação de amizade com o até então ex-prefeito do município. A partir disso, entre os anos de 1963 – 1966 ocupou o cargo de secretário particular em sua gestão.

Diante dessa aliança formada, ao se ter em vista que os direitos políticos de Ribeirinho estavam cassados – punição imposta pelo Regime Militar Brasileiro de forma autoritária e sem direito de defesa – o então conhecido “Zé Vieira” subiu aos palanques políticos na eleição de 1972 representando a ARENA I, tendo como candidato a vice-prefeito, Agenor de Souza Viana, antigo aliado de Acrízio Garcez. Estes concorriam com João Almeida Rocha, tendo Eliseu Silva Martins como vice, responsáveis por representar a ARENA II.

Apesar da derrota de José Vieira Filho, com uma diferença considerável de 1.003 votos de acordo com os arquivos presentes no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabe destacar que as campanhas desse período foram responsáveis por trazer de volta a cidade de Lagarto as disputas políticas que foram abafadas nas duas últimas eleições anteriores, nas quais foram decididas por meio de candidaturas únicas, devido ao Regime Militar vigente. Além disso, as suposições sobre a nomenclatura dos partidos começam a permear o imaginário lagartense, devido a construção do cemitério localizado no povoado Rio da Vaca, na qual a inauguração não chegou a ser concretizada devido as brincadeiras e comparações que já pairavam a cidade durante a gestão de João Almeida Rocha.

Após o ocorrido, na eleição seguinte, José Vieira Filho foi responsável por protagonizar as disputas de 15 de novembro de 1976, o momento inicial das nomeações “saramandaia” e “bole-bole”, sendo considerada uma

candidatura acirrada, segundo Alailson Pereira Modesto, a configuração partidária daquele período se organizou da seguinte forma:

(...) no primeiro grupo, representado pela ARENA I, estavam José Vieira Filho, derrotado na eleição anterior, e José Vicente de Carvalho; no segundo, ARENA II, estavam Porfírio Martins de Menezes Filho, um dos representantes das famílias mais influentes na política local até aquele momento, e José Correia Sobrinho, um outrora correligionário de Acrízio Garcez. (MODESTO, 2008. p. 65)

Em meio a essa intensa disputa política, José Vieira comanda o cenário político lagartense com um total de 6.707 votos contra 5.210 votos de Porfírio, obtendo uma diferença considerável de 1.497 votos, assumindo desse modo, a prefeitura de Lagarto entre os anos de 1977 – 1982.

Cabe ressaltar que, antes mesmo de assumir cargos públicos, José Vieira sempre havia demonstrado interesse pela política local. Diante do período no qual se apresentou como ocupante de um dos cargos mais elevados da municipalidade, é possível notar uma grande aproximação entre as massas populares e o político em questão, tendo em vista que, segundo Raimundo Vieira<sup>5</sup> “A casa da gente (...) parecia ali um hotel (...) A gente “pra” tomar café era a casa cheia de gente, almoçar era um banquete”<sup>6</sup>. Dessa forma, tornam-se notórias as relações de clientelismo entre o político e seus eleitores, definida por Victor Nunes Leal como um fator determinante para a construção do poder do coronel, segundo ele

(...) são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, pode o “coronel” desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores (...) de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 2012. p. 62-63)

De maneira análoga, é possível perceber no território lagartense outras demonstrações de reciprocidade nos períodos eleitorais e subsequentes, sendo possível destacar a semelhança na estratégia política entre José Vieira e

---

<sup>5</sup> Raimundo Vieira de Souza, filho de José Vieira Filho e Josefa Flora de Souza Vieira, ex-vereador de Lagarto eleito por três anos consecutivos.

<sup>6</sup> Informação concedida por Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, no dia 02 de fevereiro de 2026

Ribeirinho, que ganhou grande popularidade em regiões como o bairro Aldemar de Carvalho, devido a forte assistência ofertada a população local nessas regiões. De acordo com Patrícia Santos Silva Monteiro

(...) na política lagartense estavam presentes o paternalismo e o assistencialismo, características presentes no coronelismo. Essas práticas exercidas contribuíam para que a população simpatizasse com mais facilidade com o político. Essas atitudes seriam uma forma de agradecer a tendência por determinados candidatos ou não, já que poderiam servir como forma de conquista de um maior número de pessoas para o grupo. (MONTEIRO, 2008.p. 41)

Ressalta-se, ainda, que de acordo com Alailson Pereira Modesto, tanto Victor Nunes Leal quanto Raymundo Faoro defendem que o sistema de reciprocidade constitui um dos aspectos centrais e fundamentais do sistema coronelista.

Os coronéis se encarregam de dar ao governo estadual toda a votação de sua fiel clientela, inclusive se encarregando com as despesas eleitorais, em troca os empregos públicos do município ficam sob seu controle, bem como tantas outras funções públicas não institucionalizadas (...). Por outro lado, afirma Faoro, apesar do coronel utilizar os serviços públicos para fins particulares, o saldo dessa relação não é muito favorável a este, principalmente, pela precariedade financeira da localidade que comanda. (Modesto, 2008. p. 21)

Partindo desse pressuposto, vale destacar que apesar de José Vieira já ter se apresentado como vereador do município, aliado a Dionísio Machado<sup>7</sup> e posteriormente concorrer ao cargo de prefeito municipal, para que enfim assumisse o cargo de Deputado Estadual, segundo Raimundo Vieira “A política não deu vantagem nenhuma a ele não (...) quando ele se meteu na política tinha três fazendas e muitas cabeças de gado, quando saiu da política ficou com duas fazendas e mil cabeças de gado”<sup>8</sup>. Partindo desse pressuposto nota-se que a política defendida por José Vieira não se enquadra plenamente na

---

<sup>7</sup> Informação concedida por Dr. Aloízio Vieira à Maria Letícia Santos Prata, no dia 28 de janeiro de 2026, no qual desconhece o motivo da transição para a ala política de Ribeirinho.

<sup>8</sup> Informação concedida por Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, no dia 02 de fevereiro de 2026

lógica coronelista. Em contrapartida, assim como proposta por Faoro, o histórico de Vieira evidencia a contradição interna desse sistema, tendo em vista que, o exercício do poder local nem sempre resultou em melhorias do poder próprio diante da fragilidade econômica em que o município se encontrava.

Dessa forma, nota-se que apesar da sua atuação como um servidor público relevante para a sociedade, o seu mandato não resultou em vantagens patrimoniais significativas, pondo em destaque a ideia de que o poder político, nesse contexto, está diretamente atrelado ao prestígio e influência social. Tal ideia reforça a compreensão de que a lógica coronelista se sustentava mais pela capacidade de mediação de interesses, tendo em vista o controle de reciprocidade e pela consolidação de lideranças locais, que são elementos fundamentais para a manutenção da autoridade política e perpetuação de dependência na esfera municipal.

Apesar da expressiva aceitação por parte da sociedade, o então prefeito abdicou do cargo no seu último ano de gestão, para que, em 1982 assumisse o mandato de Deputado Estadual, passando a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Nessa perspectiva, sob essa nova função, foi eleito com cerca de 9.189 votos, devido a sua saída do Executivo municipal, seu vice José Vicente de Carvalho, assume o posto de prefeito de Lagarto.

José Vieira Filho faleceu em 25 de novembro de 1990 e se destacou pela dedicação a manutenção da cidade e valorização da educação lagartense, tendo em vista a inauguração de 20 novas escolas, além de ser responsável pela elaboração e realização do evento solene do 1º centenário de Lagarto, fator determinante para o fortalecimento da identidade local, sendo uma característica determinante para a solidificação da história do município. Por fim, cabe destacar também, que no campo da saúde pública a sua gestão foi responsável pela ampliação dos postos de saúde nos povoados, além do alargamento da melhoria das demandas básicas de serviços odontológicos em Lagarto, garantindo dessa forma, uma melhor qualidade de vida para a população<sup>9</sup>.

Sendo assim, a atuação do então prefeito municipal José Vieira, se consolidou como um marco histórico na administração pública, especialmente pelo compromisso com os setores da educação, saúde e preservação da memória local.

---

<sup>9</sup> Jornal Gazeta de Sergipe, edição dos dias 20 e 21 de abril de 1980

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO: GESTÃO JOSÉ VIEIRA FILHO (1977 – 1982)**

A gestão municipal de José Vieira Filho, que esteve em vigor entre os anos de 1977 – 1982, insere-se em um contexto histórico nacional marcado por intensas transformações políticas, econômicas e sociais no município de Lagarto, tendo em vista que, o período em destaque estava imerso no contexto do Regime Militar brasileiro. Mediante isso, cabe ressaltar que a autonomia política local estava condicionada às diretrizes do poder central. Diante disso, Raylane do Nascimento Santos ressalta que

(...) no interior dos estados brasileiros, estas relações pouco se alteram com os efeitos do Golpe, pois nos interiores, informações que chegavam sobre o que estava acontecendo no país eram transmitidas de forma distorcida (...) estavam mais preocupadas com os problemas locais, onde o mandonismo dos ainda chamados coronéis era predominante.” (SANTOS, 2008. p. 27)

Entretanto, a autora ainda destaca que apesar da sociedade vivenciar o período como apenas mais um momento qualquer, os políticos detentores do poder buscavam se inteirar dos assuntos, com a finalidade de buscar mecanismos para se manter no domínio. Assim, torna-se notório que mesmo diante do contexto ditatorial, as dinâmicas sociais e de poder ainda permeiam as cidades localizadas nos interiores do país de forma singular. Dessa forma, José Vieira Filho foi símbolo de destaque tanto em ações voltadas ao desenvolvimento urbano e social, como também foi protagonista nas tensões político-partidárias que marcaram o cenário lagartense na época.

Mediante isso, José Vieira Filho foi considerado por muitos como um sinal de transparência, empatia e honestidade, devido a forma que lidou com diversas questões durante o seu mandato como prefeito municipal e deputado estadual durante meados da década de 70 e 80. No entanto, em meio ao período no qual passou como gestor de Lagarto, é necessário destacar suas políticas adotadas, a formação de alianças e também debates políticos que permearam o seu exercício, por meio de disputas travadas com adversários, dentro do próprio partido e também através da oposição denominada “Saramandaia”, cuja atuação exerceu um papel significativo nas querelas políticas locais.

Sob esse viés, a análise da gestão de José Vieira Filho requer atenção às fontes e aos discursos produzidos tanto pelos seus apoiadores como também os opositores, tendo em vista que, a memória política local passa a ser construída dentro de narrativas marcadas por disputas e interesses divergentes.

Mediante isso, sob os holofotes da mídia lagartense<sup>10</sup>, José Vieira apresenta-se de maneira inicial, como um mero personagem que passa a frequentar ambientes influentes nos eventos da cidade sergipana, posteriormente, vem sendo retratado em meio aos jornais como uma possível candidatura, garantindo que “o futuro reserva uma grande surpresa para o José Vieira”<sup>11</sup>, demonstrando dessa forma, uma grande expectativa para a população como sua possível atuação política nos períodos de eleição.

Além disso, cabe ressaltar que a formação de alianças políticas é um fator imprescindível no processo de formação da política nacional, dessa maneira, as relações reafirmadas e formadas nesse momento de construção do futuro prefeito da cidade, passa a ser analisada à luz das permanências do clientelismo e do coronelismo no interior brasileiro.

Conforme abordado por Victor Nunes Leal por meio da obra “Coronelismo, enxada e voto” publicada pela primeira vez em 1948, o autor defende que a formação do “coronel” não se baseia apenas na figura individual de uma única pessoa, mas na construção de um sistema baseado na troca de favores entre os mais altos cargos do Estado, baseando-se em vínculos pessoais e controle político da população. Sob esse viés, nota-se a reafirmação do vínculo do então futuro candidato a prefeito com Ribeirinho – político oriundo de uma família influente no município, os “Ribeiros”.

Além disso, é possível também notar uma certa aliança que passa a ser moldada antes de iniciar a gestão propriamente dita, entre José Vieira Filho e Augusto Franco<sup>12</sup>, estreitando esses laços através de jantares e eventos públicos. Posteriormente, manchetes passam a ser veiculadas entre eles no ano eleitoral para deputado estadual em 1982, repercutindo rumores de uma provável candidatura<sup>13</sup>.

Partindo dessa perspectiva, ao retratar o histórico político da cidade, cabe destacar que o então aliado de José Vieira, Ribeirinho, estava com os seus direitos civis e políticos cassados pelo Regime Militar, tal ocorrência aconteceu durante a década de 60, enquanto ocupava o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa. Diante do contexto apresentado, os candidatos passavam a ser indicados pelo governador do estado. Sob essa perspectiva Raimundo Vieira destaca esse acontecimento ao atrelar o período mencionado com a futura candidatura do seu pai, citando as mudanças ocorridas no período.

---

<sup>10</sup> Jornal “O Lagarto”, 03 de janeiro de 1976

<sup>11</sup> Jornal “O Lagarto”, 25 de janeiro de 1976

<sup>12</sup> Importante político sergipano, com forte atuação no estado entre as décadas de 1950 e 1980, destacando-se como governador de Sergipe entre os anos de 1963-1967, período marcado por tensões políticas diante do Golpe Civil-Militar de 1964.

<sup>13</sup> A voz de Lagarto, edição de 07 de fevereiro de 1982.

Toda vida ele gostou de política (...) Ribeirinho que era chefe político lá do bole-bole citou o nome dele como candidato (...) Ribeirinho foi prefeito de Lagarto e foi cassado na época da ditadura (...) e ele ficou um tempão sem poder ser candidato, aí toda vida ele teve um partido e indicavam os candidatos. Naquele tempo, antigamente era indicado pelo governador (...) votava por indicação, aí depois quando passou a eleição foi aí que começou a indicar os amigos e foi quando ele indicou meu pai, foi a primeira vez que ele perdeu (...) e no segundo foi com o saudoso José Vicente de Carvalho que era vice dele.”<sup>14</sup>

Nesse sentido, apesar de Lagarto está diretamente inserido no âmbito nacional, tais práticas remanescentes do coronelismo não desapareceram por completo diante do avanço do regime ditatorial instaurado em 1964, mas, elas passaram a ser ressignificadas e adaptadas as novas conjunturas políticas. Dessa forma, tona-se perceptível a atuação do então prefeito por meio de uma tentativa de uma aproximação cada vez maior com as comunidades mais carentes, através do “Natal das crianças pobres”, juntamente com a entrega de presentes<sup>15</sup>, assim como era propagado pelo seu aliado, Ribeirinho. Desse modo, como dito anteriormente, essas práticas características do coronelismo contribuíam para uma aproximação cada vez maior do político com as classes mais baixas, aumentando as repercussões de que o partido Saramandaia era tido como “representante dos ricos”. Segundo o depoimento do Senhor Nonato<sup>16</sup>

(...) distribuía sabonetes, enxadas (...) jogava sabonete no povo, jogava besteira. Dava enxada, foice, esses negócios. Ribeirinho sempre dava essas coisas. Eliseu do Cachimbo distribuía balas pros meninos, essas coisas nos comícios. Se fazia de papai Noel e dava presentes para a criança (MONTEIRO, 2008.p. 41)

Já no âmbito governamental, José Vieira Filho destacou-se no desenvolvimento da educação e da saúde em Lagarto, além disso, Vieira também pode proporcionar o crescimento da cultura lagartense, através do impulsionamento da Associação Atlética de Lagarto (AAL)<sup>17</sup>. Esse crescimento se deu ao passo em que houve a transferência do Doutor João Almeida Rocha para o então prefeito eleito José Vieira, já que, os cofres públicos se

---

<sup>14</sup> Informação concedida por Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, no dia 02 de fevereiro de 2026

<sup>15</sup> Jornal “O Lagarto”, 08 de janeiro de 1976

<sup>16</sup> Depoimento retirado da obra “Uma cidade em pé de guerra: Saramandaia x Bole-Bole” publicado em 2008

<sup>17</sup> Jornal “O Lagarto”, 08 de fevereiro de 1976

encontravam estáveis, proporcionando uma melhor organização econômica no município, dessa forma, segundo José Raimundo<sup>18</sup>

De acordo com o tempo e as condições que tinha, desenvolveu muita coisa (...) aqui tinha quatro a cinco ambulâncias para dar assistência ao povo, nos povoados e tudo (...) viajava todo dia pra Aracaju pra dar assistência ao povo (...) Fez a praça do Rosário, aquela avenida que vai pra Augusto Franco né, quem fez o calçamento foi ele, fez muita coisa aqui por Lagarto, ele desenvolveu muito a cidade, ele gostava da política e gostava de trabalhar muito

Ademais, doutor Aloízio Vieira<sup>19</sup> complementa que

(...) foi um prefeito bem simpático, fez muito serviço por Lagarto, fez muitas reformas, muitas escolas, então o nome dele ficou na história, porque ele fez muito trabalho. Apesar de não ser uma pessoa com uma formação intelectual, mas dentro das condições dele, ele foi um bom prefeito (...) fez muitos postes de saúde aqui, muitas escolas, muitas praças, principalmente nos povoados. Foi tão chamativo, que depois que saiu da prefeitura quem entrou foi seu Arthur e seu Arthur disse (...) não sabia o que fazer com a parte da escola porque todos os povoados que tinham em Lagarto ele construiu uma escola, então ele deixou o município bem estruturado.

Apesar dos avanços realizados no município, a gestão do então prefeito municipal não se mantém isenta das críticas do público e dos demais adversários políticos. Mediante isso, jornais como “A voz de Lagarto” se mantem como principal veículo de oposição política a atuação administrativa municipal, sendo relevante destacar que de maneira inicial, a direção dos periódicos estava sob a vigência do então vereador Rosendo Ribeiro Filho – Ribeirinho – em 1º de maio de 1957, posteriormente, entre os anos de 1962 a 1983, o seu irmão, José Raymundo Ribeiro, conhecido como Cabo Zé, passa a assumir a direção entre os anos de 1962 a 1983.

---

<sup>18</sup> Informação concedida por Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, no dia 02 de fevereiro de 2026

<sup>19</sup> José Aloízio de Souza Vieira, é filho de José Vieira Filho, formado em medicina pela Universidade Federal de Sergipe em Aracaju, tornando-se um médico obstetra de grande renome na cidade de Lagarto. Atualmente possui duas clínicas nas quais levam o nome do pai, localizadas no centro de Lagarto.

De acordo com Raimundo Vieira, José Raymundo manteve ao passar do tempo, uma postura de oposição em relação ao seu pai, afirmando que “José Raymundo toda vida foi contra meu pai, o irmão de Ribeirinho, toda a vida é a oposição (...) Cabo Zé, fazia a oposição aos bole-bole, mas meu pai sempre afastava a gente”<sup>20</sup>. Tal narrativa permite compreender que os conflitos não envolviam de maneira homogênea, todas as relações estabelecidas entres as famílias Ribeiro e Vieira, alegando que

Meu pai nunca teve desentendimento com Ribeirinho, nunca teve, o único desentendimento que ele teve foi a família de Ribeirinho, Cabo Zé com ele. Quando meu pai foi candidato a deputado a família de Ribeirinho não se juntou com meu pai, foi fazendo campanha contra meu pai. (...) foi o que dividiu a gente, quando passou a campanha de deputado, ninguém quer saber do povo do Ribeiro (...) não digo o próprio Ribeirinho.

Tais acusações tornavam-se progressivamente mais graves e acirradas, pois, segundo Aloízio Vieira, o seu pai não exercia o cargo de prefeito para apenas uma ala política, mas a favor do povo lagartense. Sob esse viés, ao se ter em vista a dinâmica das disputas políticas do município, esperava-se pela família Ribeiro, as perseguições políticas contra o partido da oposição. Entretanto, José Vieira não se submeteu a esse tipo de conduta, fator responsável por elevar as críticas dentro do próprio partido.

Partindo desse pressuposto, torna-se evidente que as fragilidades presentes na gestão municipal, partiam de ataques originados de membros do próprio partido, o que revela a existência de tensões internas, demonstrando de certa maneira, a vulnerabilidade política entre os integrantes. As notícias vinculadas, levantavam apontamentos voltados para o desprezo de ambientes públicos, como o Rosendo Palace Hotel, o balneário Bica<sup>21</sup>, quadra de esportes<sup>22</sup> e problema de iluminação pública e podagem das árvores<sup>23</sup>.

Apesar dos rumores, as reações diante dos acontecimentos que permeavam a sua gestão, são totalmente contrárias do que de fato se espera, José Vieira tornou-se símbolo de paciência e serenidade, de acordo com Aloízio

---

<sup>20</sup> Informação concedida por Raimundo Vieira de Souza à Maria Letícia Santos Prata, no dia 02 de fevereiro de 2026

<sup>21</sup> A voz de Lagarto, edição de 18 a 24 de março de 1979.

<sup>22</sup> A voz de Lagarto, edição de 28 de fevereiro de 1982.

<sup>23</sup> A voz de Lagarto, edição de 07 de fevereiro de 1982.

<sup>24</sup> Informação concedida por José Aloízio Souza Vieira à Maria Letícia Santos Prata, no dia 28 de janeiro de 2026

(...) ele era uma pessoa bem tranquila, bem pacata, que não gostava de intriga apesar de viver no meio político, um meio de muito problemas, mas ele sempre se comportou de uma maneira serena, tranquila e transparente. Era uma pessoa muito, muito, muito centrada e não gostava de intrigas, ele tinha um comportamento muito bom e me ensinou muito com o silêncio dele (...) ele era muito silencioso, ele levava aquilo ali numa normalidade muito grande. Eu nunca o vi aborrecido com ninguém, nunca vi meu pai em comício xingando ninguém, apesar das agressões que era muito forte a ele (...) porque toda árvore que dá fruto a pessoa tenta denegrir a imagem, a pessoa tenta chacoalhar, mas graças a Deus, ele não deixou nenhum rastro de desonestidade e de rombo na prefeitura.”

Em contrapartida, apesar de apresentar um comportamento sereno, a família de José Vieira era mais reativa, diante das acusações e especulações sobre o então prefeito, havendo um episódio na atual secretaria de Educação, no qual os filhos de José Vieira foram confrontados diretamente por José Raymundo. Após o incidente, o então candidato a deputado negou as informações, afirmando que haviam sido apenas boatos para que assim, diminuísse as especulações<sup>25</sup>.

Entretanto, é imprescindível destacar os feitos realizados no período no qual José Vieira foi prefeito de Lagarto, através do jornal “Gazeta de Sergipe” na edição de 20 e 21 de abril de 1980, Lagarto ganha destaque diante da comemoração do centenário da cidade, além de ressaltar as ações administrativas do então prefeito local, gerando grande admiração e repercussão na capital sergipana. Assim, a memória de parte significativa da população lagartense detém de José Vieira, é como o melhor prefeito que Lagarto já possuiu.

Ademais, torna-se perceptível que a apesar da gestão de José Vieira Filho (1977-1982) está inserida no contexto ditatorial brasileiro, nota-se a perpetuação de práticas políticas tradicionais no interior sergipano. Por fim, a permanência no poder esteve estreitamente vinculada a formação de alianças políticas e relações pessoais típicas do coronelismo. Por fim, cabe destacar que apesar do prefeito se apoiar nessas articulações, sua gestão buscou diferenciar-se pela condução administrativa e pela não perseguição política sistemática, fator pelo qual, gerou tensões internas e fragilizou seus apoiadores.

---

<sup>25</sup>Informação obtida por meio da entrevista com Raimundo Vieira de Souza no dia 02 de fevereiro de 2026.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das disputas políticas no município de Lagarto, ressalta as singularidades presentes nos interiores brasileiros. Nesse sentido, convém destacar que a organização do poder local não pode ser compreendida historicamente como um fenômeno isolado, tendo em vista que se torna cada vez mais clara as permanências do coronelismo, mesmo diante de um contexto ditatorial em nível nacional, revelando processos de adaptações e reformulações dessas práticas ocorridas ao longo do tempo.

Além disso, as continuidades do conceito de coronelismo tornam-se ainda mais nítida ao observar a estrutura da política lagartense, traços como a parentela e o clientelismo foram fundamentações para a formação político-partidária do município. Partindo desse pressuposto, tornou-se um mecanismo fundamental para a construção positiva da imagem de José Vieira Filho. Mediante isso, foi sendo criado um ambiente no qual a disputa de poder permaneceu concentrada em poucos influentes grupos familiares, responsáveis por moldar alianças e identidades políticas.

Sob esse viés, o período estudado também está diretamente inserido nas mudanças institucionais no contexto do Regime Militar Brasileiro, especialmente por meio da imposição do bipartidarismo, através dos partidos locais representados pela ARENA I e ARENA II, que posteriormente passaram a serem denominadas como Saramandaia e Bole-bole, especialmente a partir da década de 70, na qual passa a ganhar maior notoriedade por meio da gestão de José Vieira Filho.

Analisar a o período em que José Vieira esteve à frente da prefeitura de Lagarto, implica compreender também como a cultura local passa a ser moldada em torno da política municipal, perpetuando, no interior das famílias, preferências partidárias transmitidas ao longo de gerações e construindo dessa forma, uma identidade local. Ademais, tal fator não se restringe apenas ao século XX, mas revela uma continuidade histórica dessa identidade que remonta o século XIX, quando se estruturam as primeiras divisões políticas do estado, representadas pelos partidos “pebas” e “cabaús”.

Assim, a gestão de José Vieira Filho insere-se, portanto, nesse processo mais amplo de resignificação das formas tradicionais de poder. Portanto, compreender esse período permite reconhecer que a política lagartense não pode ser analisada de forma separa da sua formação histórica, sendo marcada por disputas familiares, formação de alianças e pela permanência de uma cultura política que atravessa décadas e influencia diretamente a dinâmica local.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### Livros e capítulos de livros

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 7ª edição.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Alianças políticas e grupos dirigentes: das parentelas às redes de relações sociais. In: PETRARCA, Fernanda Rios; BARBOSA, Saulo Vinicius Souza; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Poder & Política em perspectiva**. São Cristóvão – SE, 2022, p. 14-45.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro (org.). **Uma cidade em pé de guerra: Bole-Bole x Saramandaia**. Aracaju: Gráfica J., 2008.

### Digitais

A SAGA DOS VIEIRA. **A saga dos Vieira**. Infonet. 03 de fev. de 2011. Disponível em: < <https://infonet.com.br/blogs/a-saga-dos-vieira/> > Acessado em 05 de jan. 2026

CARVALHO. Emerson. **Jornais de Lagarto: Do primeiro até a atualidade**. Lagartonet.com, 2010. Disponível em: < <https://lagartonet.com.br/entusiastas/emerson-carvalho/jornais-de-lagarto-do-primeiro-ate-a-atualidade/> > Acesso em: 14 de fevereiro de 2026.

VIEIRA, Bruno. **Reis e Ribeiro: o domínio político e o continuísmo das famílias tradicionais à frente do poder municipal de Lagarto**. Sergipense. 23 de maio de 2024. Disponível em: < <https://www.sergipense.com.br/reis-e-ribeiro-o-dominio-politico-e-o-continuismo-das-familias-tradicionais-a-frente-do-poder> > Acessado em 05 de jan. de 2026

@lagarto\_que\_tem\_e\_que\_ja\_teve. **É considerado um dos melhores prefeitos da história**. Fotos. Instagram, Lagarto. 24 de abr. de 2024. Disponível em: < [https://www.instagram.com/p/C6SHV-ws-CV/?img\\_index=3](https://www.instagram.com/p/C6SHV-ws-CV/?img_index=3) > Acessado em 05 de jan. de 2026.

### Jornais

AQUI E AGORA. **A voz de Lagarto**, Lagarto, 07 de fev. 1982. Desistiu. p. 6

AQUI JAZ UMA PRAÇA DE ESPORTES. **A voz de Lagarto**, Lagarto, 28 de fev. 1982. Notícias. p. 1

DESAFIO ADMINISTRATIVO DESTRÓI IMAGEM DE PREFEITO. **A voz de Lagarto**, Lagarto, 18 a 24 de mar. 1979. Notícias. p. 1

JOSÉ VIEIRA & FILHOS LTDA. **O Lagarto**, Lagarto, 03 de jan. 1976. Publicidade. p. 4.

JOSÉ VIEIRA & FILHOS LTDA. **O Lagarto**, Lagarto, 18 de jan. 1976. Publicidade. p. 4.

JOSÉ VIEIRA & FILHOS LTDA. **O Lagarto**, Lagarto, 25 de jan. 1976. Publicidade. p. 4.

JOSÉ VIEIRA & FILHOS LTDA. **O Lagarto**, Lagarto, 22 de fev. 1976. Publicidade. p. 5.

JOSÉ VIEIRA & FILHOS LTDA. **O Lagarto**, Lagarto, 29 de fev. 1976. Publicidade. p. 2.

LAGARTO. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 20 e 21 de abril 1980. Suplemento especial da “Gazeta de Sergipe”. p. 1-2.

NOTÍCIAS SOLTAS. **O Lagarto**, Lagarto, 03 de jan. 1976. Jantar de confraternização. p. 3

PRIMEIRA PALAVRA. **O Lagarto**, Lagarto, 25 de jan. 1976. A vitória de Aluisio. p. 3

UMAS E OUTRAS. **A voz de Lagarto**, Lagarto, 07 de fev. 1982. Notícias. p. 5

## **Entrevista**

SOUZA, Raimundo Vieira de. Entrevista sobre a vida de José Vieira Filho. Lagarto, 02 de fev. 2026. Entrevista cedida a Maria Letícia Santos Prata

VIEIRA, José Aloízio Souza. Entrevista sobre a vida de José Vieira Filho. Lagarto, 28 de jan. 2026. Entrevista cedida a Maria Letícia Santos Prata



## OS ARQUIVOS E OS SEUS DESAFIOS NA PÓS-MODERNIDADE: Percepção de uma pesquisadora atuante nos Arquivos Sergipanos.

Rosemária de Jesus Santana<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de apresentar como os arquivos em Aracaju/SE estão desenvolvendo ações para acompanhar as mudanças tecnológicas na pós-modernidade e serem instituições participantes na vida da sua comunidade. Neste tocante, é também uma explanação a partir da minha vivência como pesquisadora em arquivos da capital e interior, buscando apresentá-los como uma grande ferramenta que serve aos pesquisadores que se utilizam de seu acervo para fomentar as ciências humanas. Assim, narrando sua importância para a salvaguarda de documentos históricos e como estas instituições estão estabelecendo um contato com sua comunidade para desencadear o sentimento de pertencimento, sendo resistentes ao fechamento pela baixa procura de usuários e estabelecendo um encontro da sociedade com sua própria identidade.

**Palavras-chaves:** Arquivos, memória, pós-modernidade.

**Abstract:** This article aims to present how archives in Aracaju/SE are developing actions to keep up with technological changes in postmodernity and to be participating institutions in the life of their community. In this regard, it is also an explanation based on my experience as a researcher in archives in the capital and the interior, seeking to present them as a great tool that serves researchers who use their collections to promote the humanities. Thus, narrating their importance for the safeguarding of historical documents and how these institutions are establishing contact with their community to trigger a sense of belonging, resisting closure due to low user demand and establishing an encounter between society and its own identity.

**Keywords:** Archives, memory, postmodernity.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo programa de pós-graduação acadêmico da Universidade Federal de Sergipe ( PROHIS/UFS), especialização em Metodologia do Ensino a Distância (UNINASSAU), Africanidades e cultura Afro-brasileira (UNOPAR), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Documental Genealógica Famílias Sergipanas/SE, Componente do Grupo Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa/UFS, Colaboradora da Olimpíada Estadual de História de Sergipe ( OEHSE), Pesquisadora do Grupo Miss XIX: Mulheres na Imprensa Sergipana, Responsável pelo Resgate do Acervo Documental Jurídico do Município de Divina Pastora/SE em colaboração com o Arquivo Geral do Judiciário/TJSE em 2022.

## Introdução

O <sup>2</sup>*Modus operandi* de pesquisar em arquivos, ainda é uma ação necessária ao corpo estudantil acadêmico, além de ser um elo de conexão com a comunidade mesmo que de forma indireta e que muitas vezes; não sendo de conhecimento de uma grande parcela dela sobre a sua funcionalidade e do seu poder de alcance daquilo que podemos chamar de fator pertencimento.

Para o historiador, o documento é um elemento intrinsecamente importante ao ofício, pois na visão positivista, os documentos seriam como um selo de validação da ciência Histórica, dando objetividade e direcionando os trabalhos ao caminho da ciência pura. Contudo, os documentos não conteriam “objetividade”, ele não é “inócuo ou primário” e não necessariamente deve ser ele prova de honestidade, o escrito deve ser capaz de detectar dados e mesmo com a revolução documental ele pode ser viabilizado como uma fonte histórica capaz de levantar especificidades de uma época ao qual ele foi produzido (Le Goff, 1990, p.440) Neste sentido, é possível perceber que mesmo sendo o escrito uma fonte de confirmação de fatos, o documento, pode não ser ele oficial e mesmo assim, trazer informações importantes à construção da história social nele depositado.

Deste modo, as grandes instituições denominadas de arquivos nos possibilitam adentrar em um mundo oculto e nos convida a decifrar nestes manuscritos e em suas entrelinhas, a partir do não conhecido ou mesmo, já visto sobre outros olhares e outros temas. De acordo com Maria da Glória S. Almeida, qualquer cidadão meramente esclarecido e o próprio historiador sabe que sem “matéria-prima” não há possibilidade de se conhecer a história de uma sociedade, e ao se perguntar onde se encontra tal matéria primária, ela retoricamente já designa a resposta aos arquivos. Segue ainda dizendo que não é possível um país ter sua história real e verdadeira” sem haver um agrupamento dos arrolamentos metodologicamente científico de suas próprias fontes. Assim, fita ela que, o tratar documental é percebido pelo “respeito” que essa sociedade tem com seus passados. (2000, p.09).

Deste modo, a cada documento, o novo é trazido à tona pelo ato de se debruçar sobre inúmeros papéis que até então para muitos não trariam nenhuma tarefa ao qual poderia ser aproveitada. Assim, os arquivos ainda insistem e resistem no seu propósito de estar lado a lado da população; impedindo que a memória se estagne ou se extinga, e em casos mais extremos se finde, não deixando para as futuras gerações os resquícios daquilo que um dia foi o passado de uma sociedade sedenta por se encontrar dentro de sua própria história.

---

<sup>2</sup> Expressão em latim que significa modo de operar ou maneira de funcionar, método, padrão de comportamento que uma empresa ou pessoa utiliza para realizar uma atividade. (<https://www.linguabrasil.com.br/>)

Desta maneira estas instituições não são apenas guardadoras de meros “papéis velhos”, são portadoras de uma missão deslumbrante de salvaguardar os mais diversos tipos documentais e sob sua tutela fazer a permanência destes acervos durarem para além da posteridade, assegurando que no futuro e já atrelado a uma modernidade urgente, pulsante e veloz que se segue a grandes passos; os indícios que ainda possam ser acessados pelos que hão de vir.

Além disso, nos permitem estabelecer uma relação intimista com cada documento analisado, pois é a partir desse contato direto com a fonte que nós permitimos estabelecer conexões apuradas daquilo que elas possam “falar” ao passo que a cada linha escrita seja decodificada e transportada para uma linguagem cabível ao entendimento do seu conteúdo. É nada mais, nada menos que um abraço as possibilidades de se fazer história.

Nesta perspectiva, o objetivo integral deste artigo é apresentar a partir do olhar de uma pesquisadora assídua em arquivos em diferentes instituições arquivísticas do Estado de Sergipe, como a modernidade está afastando ou aproximando os pesquisadores destas instituições. “De fato o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (Le Goff, 1990, p.462) Ou seja, sendo o historiador ainda uma peça chave no desenvolvimento e permanência dessas instituições, não por ser administradores, mas pela sua importância em estabelecer-se como elo de ligação entre a sociedade e a sua memória, além de ser ele detentor de estender o sentimento de pertencimento de tudo aquilo que rememora à cultura, economia, sociedade e a política de um povo.

Em vista disso, com o objetivo de enfatizar como a modernidade está influenciando no processo de comparecimento dos pesquisadores e estudantes modernos nos arquivos que inseriram na sua rotina novos métodos de pesquisa histórica, e abrindo outro risco iminente sobre o papel do arquivo e sua permanência como instituições. Atreladas à baixa circulação de pesquisadores e mesmo assim, sendo fomentadora de ciência de forma potencial. Entendendo o arquivo de dentro para fora e não pela superficialidade do somente entrar e pesquisar e ir embora, mas saber compreender a partir dos bastidores e percepções de uma interação prolongada que em oito anos de pesquisa pôde-se então estabelecer com entendimentos para além do pesquisar, e sim, compreender o arquivo como ele mesmo, uma grande ferramenta que serve a sociedade salvaguardando sua própria história.

## Os Arquivos, Encontros e Desencontros com a Pós-Modernidade.

Tendo em vista um olhar geral daquilo que a população define do que é um arquivo, não é difícil imaginar quais conceitos teriam ao se perguntarem sobre, sempre teremos respostas compatíveis a um viés voltado para identificá-lo pela sua estrutura física, ou seja, é um lugar grande, espaço de proporção gigantesca, contém vários vãos, local onde se guarda papéis velhos, e há quem não saiba qual tipo de documento lá é armazenado, pois uma parcela da comunidade pouco frequente, a menos que necessite de algo que este lá detenha.

Desta forma, segue-se imaginando que é um espaço para guardar documentos velhos que no entendimento de um grupo social sem contato direto possa ter, neste viés, “É de lamentar que ainda hoje em muitos casos não possamos deixar de lado a costumeira expressão “depósito de papéis velhos” em se referindo aos arquivos como fizeram os denunciadores de entanto”. Na verdade, continuam a maioria dos arquivos públicos acumulando os inimigos número um dos documentos - “umidade, mofo, más instalações elétricas, ninhos de ratos - e uma absoluta falta de conservação e ordenação dos documentos”. Maria da Glória de S. Almeida (2000, p.09.)

Deste modo, há quem imagine ainda que é um lugar para acumular coisas ditas não mais necessárias, área designada apenas para pesquisadores e muitas outras definições que teriam como fundamento o arquivo como um prédio para guardar coisas antigas, assim como os museus.

Mediante esta visão simplista e generalizada, é necessário estabelecer coerências ao se reportar sobre os arquivos, principalmente pelo seu dever jurídico designado a ser portador de tal função; a Constituição Federal Brasileira em seu artigo <sup>3</sup>216 Enfatiza que é dever da federação brasileira, recolher e tratar as documentações fabricadas nos gabinetes públicos ou qualquer outro lugar, pois designa o documento como um patrimônio nacional e portanto, fica a cargo dos Estados e Municípios desenvolverem a ações de selecionarem, armazenarem, tratarem e salvaguardar tais artefatos escritos.

Assim, precisamente no Estado de Sergipe é possível verificar em loco o quanto estes locais através de seus administradores estão se esforçando para garantir e manter viva a memória do povo sergipano, enfrentando, assim como outros pelo país e pelo mundo os desafios modernos de permanecer ativos e prestativos a população e mesmo com o desenvolvimento acelerado

---

<sup>3</sup> Presidência da República Federativa do Brasil: Chefia dos assuntos jurídicos: Constituição Federativa do Brasil de 1988, Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, Inciso IV: obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais.( grifo meu).

das tecnologias da informação, lutando de forma a não serem alvos de ataques e dismantelamentos, sendo firmes e resistentes ao processo de modernização que acomete a toda sociedade global.

Tendo em vista que as altas tecnologias que a grosso passo substituem o papel pelas telas e os livros pelos PDFs, internet pela pesquisa física, e canetas e papéis pelos aplicativos digitais dos mais variados aspectos e outros afins, redirecionando, não só, o viver e fazer humano sobre: economia, designação de tarefas e resíduos, voltando-se para o preservar ambiental, preservar de dados pessoais, entre outros, a tecnologia também está proporcionando em parte um afastamento daquilo que era palpável dentro da cadeia social e isso não seria diferente dentro dos arquivos.

Neste sentido, as instituições estão sofrendo com a baixa procura do público pesquisador, há uma vaga quantia de contingente frequentando estes espaços diariamente, e é possível perceber em loco que a apreciação do espaço só é realmente lembrada quando se tem uma necessidade fortuita com objetivo aparente para uma parcela de estudantes acadêmicos ou algumas eventualidades ligadas às questões familiares da sociedade, estendendo-se aos próprios pesquisadores, pois muitos comprometidos com os afazeres trabalhistas acabam se dispersando-se a longo prazo.

Nesta perspectiva, surgem perguntas que nos levam a pensar o arquivo, não só, como uma estrutura de pedra e cal, mas sobretudo, com o seu papel social, ferramenta a favor da pesquisa e pesquisadores e como um patrimônio coletivo. Deste modo, como disseminar o sentimento de pertencimento com relação aos arquivos mesmo enfrentando o moderno mundo tecnológico? Esta é uma pergunta provocativa, com intuito de fazer várias categorias profissionais pensarem e repensarem as motivações da baixa procura dos espaços de pesquisa e se realmente o tecnológico deve substituir todo o processo de laboro histórico documental, outra pergunta constante é: Em que momento a modernidade atinge seu ápice na forma de ser e vivenciar um arquivo? Como também se levanta outro arcabouço indagativo: Como somar ou integrar a modernidade ao arquivo sem que um extinga o outro? Bem, indagações surgem a todo tempo, e as respostas muitas vezes ainda sem corpo, músculos e muito menos ossos ficam vagando ao imaginário de um pesquisador ativo e assíduo no laboratório da pesquisa que é o próprio arquivo.

Portanto, o repositório nada mais é que um grande instrumento e também um patrimônio social de uma comunidade; disponível ao pesquisador e a todo que quiser usufruir de seus arcabouço documental, onde estes podem encontrar inúmeros temas possíveis e ações correlatas as necessidades informativas, jurídicas, civis, acadêmicas e escolares, não é o arquivo apenas um local de cimento e argamassas imóvel por fora e por dentro, seu movimento está no oculto, nas entrelinhas, o físico que se configura como uma

parte de um todo maior aguardando ser desvendado e multiplicado pelos seus frequentadores.

Dessa forma, a revolução tecnológica possibilitou acessar um documento de casa e tem trazido benefícios aos pesquisadores de vários lugares do mundo que não podem ou não puderam ter acesso ao documento físico pessoalmente por diversas questões pessoais e profissionais. Contudo, essa ação deve ser vista como um mecanismo de facilitação ao fomento da pesquisa histórica e não a ver como possibilidade de extinguir ou substituir o próprio arquivo e até desmerecer o documento físico após sua digitalização.

Bacellar, contrapunha esta perspectiva de que a informática seria uma substituta do papel, de acordo com ele, a velocidade da informática em conjunto com a modernidade passavam a ideia que as máquinas substituíram os papéis principalmente com a implantação da internet e redes de computadores. (2008, p.47).

Porém, É preciso salientar que o momento em que o historiador levanta essa ideia era outra, a grande produção tecnológica que se seguirá aplicado a cada ano se tornará mais veloz, hoje pode sim, cogitar na substituição dos papéis, muitas vezes com restrições, mas ainda assim, a ideia até este momento é validada pelo contexto organizacional de algumas instituições. Logo, com o desencadear anual das tecnologias que são inseridas no mercado é sim possível se pensar numa substituição, claro que os já existentes deverão ser cuidados e preservados pelo seu teor histórico e os arquivos estão atentos para estes detalhes, mas apreensivos por não terem incentivos claros e efetivos para realizar uma ação constante sobre esta nova modalidade arquivística.

Assim como, um dos grandes desafios que os arquivos tendem a lidar constantemente, é com o advento tecnológico, aos anos que se seguem com o surgimento de vários aplicativos, além de, começou a ser implantado o processo de digitalização de documentos substituindo o papel, claro que trazendo consigo a possibilidade de ampliar espaço físico, designar maiores políticas de organização documental, economia de recursos quanto ao reduzir o uso do papel, anexar concomitantemente uma padronização de cuidado ambiental e de distribuições de funções dentro do próprio arquivo e ocasionando uma nova realidade dentro destes espaços de salvaguarda.

Deste modo, em contrapartida a necessidade de adaptação tem direcionado os arquivos a uma nova forma de sobrevivência, já que, se não há a implementação do novo, torna-se obsoleto e por conseguinte sua extinção poderia ser inevitável e a curtos passos, já que a tecnologia e a digitalização estão em grande evidência dentro das maiores instituições do país.

Assim, em que momento a modernidade atinge seu ápice na forma de ser e vivenciar um arquivo? Para responder esta pergunta precisamos olhar um pouco para o passado, anos anteriores à constituição federal de 1988, quando muitos arquivos surgiram por iniciativas de profissionais de universidades que

se preocupavam com o destino das fontes cartoriais, esta que viabilizou um alargamento do se pensar o documento e conjuntamente seus espaços de armazenamento. Os pesquisadores que trabalhavam com temas ligados a questões do Brasil e do mundo e até mesmo de Sergipe que tinham como sede administrativa anterior a 1590 ano de implantação da capital em São Cristóvão aqui no que era Sergipe Del Rey no período colonial, tinham que se deslocarem de seu Estado de origem até a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro para acessar documentos do período monárquico e imperial, e finalizar suas teses.

Então, com o desenvolvimento tecnológico da *internet* no início dos anos 90 e o uso das máquinas fotográficas e agora com o boom dos *Smartphones* (celulares) equipamentos que se caracterizam por ser associados a um computador de mão, pela facilidade de manuseio, por ter várias funções agrupadas como: fotografia, calculadoras, e uma múltipla fonte nomeada de <sup>4</sup>Play store de obtenção de aplicativos capazes de realizar funções inclusive o de digitalizar documentos que aceleram o acesso do indivíduo a uma gama de execução de atividades em apenas um aparelho. Assim, Castro afirma que é dramática as mudanças dos suportes e uso dos documentos nas últimas décadas, colocando desafios e problematizações da sua preservação, organização e disponibilidade, quais documentos selecionar, porquê e para quem? qual seu destino de uso? são indagações que incomodam (2008, p. 23).

Neste sentido, os avanços foram impactando em muitos setores e instituições e a vida de cada indivíduo da sociedade, inclusive os arquivos, que se viram na obrigação de se moldarem ao novo viver social do mundo da tecnologia, estabelecendo, assim, um novo olhar sobre como se fazer arquivologia, e conseqüentemente contemporâneas formas metodológicas principalmente com uso de dispositivos atrelados ao armazenamento de dados.

Neste contexto, junto com este fim, foi elaborada a lei que visa salvaguardar esses dados novos e antigos de forma a não comprometer os interesses pessoais de cidadãos envolvidos nesta documentação, principalmente a mais recente pela lei <sup>5</sup>LGPD Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018; viabilizando uma padronização e uma execução dos processos administrativos destes arquivos.

---

<sup>4</sup> Loja de aplicativos de origem da empresa google com função de ofertar soluções práticas para seus usuários dando possibilidade de pesquisa, baixar, atualizar sistemas de variados equipamentos de informática oferecendo: jogos, filmes, livros, Entre outros afins.

<sup>5</sup> Presidência da República Secretaria- Geral Subchefia para assuntos jurídicos, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei que trata salvaguardar dados pessoais de pessoas naturais, físicas e jurídicas, principalmente no meio digital público ou privado, com o intuito de proteger direitos fundamentais de Liberdade, privacidade e personalidade individual. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

Somando a isso, temos também a <sup>6</sup>Lei de acesso à informação 12.527 de 18 de novembro de 2011 que dita as regras para que documentos atrelados à lei 216 de preservação documental anteriormente citada, possam ser consultados por pesquisadores ou qualquer indivíduo ponderando sobre seus limites aos dados sensíveis que o contém.

Portanto, a ideia de substituição para o tecnológico, fazem-se necessárias para poder enquadrar o arquivo nesta demanda que acaba trazendo preocupações sobre sua permanência e sobre sua ordem atrelada ao fato de que está apto a lidar e adaptar-se ao que é novo.

Neste tocante, como somar ou integrar a modernidade ao arquivo sem que um extinga o outro? Esta é uma questão em que sua resposta estará sempre presente nas cabeças de grandes administradores de instituições arquivísticas de Sergipe e de todo Brasil, independente do tempo que a faça, pois a tecnologia se transforma. Assim, é preciso pensar o arquivo juntamente com as mudanças de tecnologias e quais delas devem ser incorporadas ao corpo administrativo e as ferramentas digitais que poderão ajudá-los a manter seu papel dentro da importância de preservação dos manuscritos.

Deste modo, o que hoje está em alta é a digitalização do documento, esta aparelhagem veio a corroborar ao arquivo principalmente no processo de cuidado de documentos coloniais, pois possibilita a prevenção do conteúdo e o acesso sem o risco de danificar o original. Esta modalidade tem contribuído muito para manter manuscritos sensíveis longe das intempéries do ambiente e do excesso de manuseio dos próprios pesquisadores, dando aos mesmos, já bem fragilizados a possibilidade de longevidade do papel.

Assim, a digitalização de documentos históricos tornou-se essencial instrumento para os arquivos, e em muitos destes locais há o problema consiste em falta de investimento em maquinário peculiar e de mão de obra qualificada que possam viabilizar uma produção em grande escala desses acervos, a demanda documental não acompanha o número de funcionários que deveriam existir para dar conta de toda a atividade e realizar monitoramento e manutenção daquilo que já foi feito.

Outro sim, é a classificação ordenada em rede de dados com acesso ágil e a mãos dos profissionais que orientam os pesquisadores e os arquivistas que realizam a classificação e monitoramento de ações de restauro, em Sergipe apenas um arquivo, apenas um, contém esta iniciativa, os outros infelizmente, ainda não contém uma estrutura digital de captação e armazenamento de dados para tornar disponível essa ação, alguns já iniciaram de forma tímida esse projeto, muitos deles de forma até independente usando sistemas gerais comuns sem nenhuma estrutura para realizar inventários de seus acervos para assim listados possam dar mais agilidade as buscas e mais

---

<sup>6</sup> Presidência da República Secretaria- Geral Subchefia para assuntos jurídicos, lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.que regula o acesso às informações de interesse público. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

agilidade para os pesquisadores, e concomitante facilitar o controle de suas fontes, é um cenário difícil, mas é agradável de ver que mesmo sem muitos recursos os administradores e profissionais da arquivologia estão se entregando ao pertencimento patrimonial do arquivo. Neste sentido, as dificuldades maiores enquadram-se em pequenos arquivos dos municípios interioranos que ainda estão longe de ser uma realidade, pois pequenas prefeituras ter um arquivo estruturado com o mínimo de recursos, exceto pelo arquivo da primeira capital de Sergipe, que com muito empenho do administrador está se desenvolvendo a largos passos.

Portanto, o arquivo não deve se esmorecer com o surgimento de demandas tecnológicas, deve, sim, seus administradores selecionar as quais melhor se enquadra no seu cotidiano de preservação e fazer valer o processo de ação que torne -o essencial como ferramenta de apoio à conservação de documentos e aos trabalhos correlatos de uma instituição, seja ela, de grande, médio ou pequeno porte.

### **Os Arquivos como Patrimônio.**

Deste modo, seus administradores estão reunindo forças diárias para manter-se em atividade, e isso nos remete a pensar quanto aos riscos de fechamento de um espaço como este; neste cenário, é possível imaginar os perigos de colocar em xeque, os empregos de vários funcionários que ali estão todos os dias colaborando para o seu funcionamento. Sobre condições de trabalho destas instituições, é possível perceber que os arquivos brasileiros em geral sofrem sérios problemas em comum, principalmente pela falta de profissional qualificado, instalações não adequadas e de recursos, muitas dessas necessidades não sendo fator primário para as políticas públicas governamentais, tratados como de “segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos” (Bacellar, 2008, p. 49) Deste modo, atrelado a baixa procura dos estudantes universitários e outros pesquisadores principalmente da área de História, tornam a permanência cada vez mais difícil, pois sem pessoas a procurar, tende a deixar uma imagem de inatividade e até de não funcionalidade para estas instituições.

Deste modo, como saber se esta tese é verdadeira? Simples, basta checar as listas de visitas e levantamento de presença diária, mensal e anual para constatar o quanto essa baixa procura é vigente e como muito dela está relacionada a novas formas de se fazer história, como também por professores das universidades não implementar um engajamento de visitação para estes locais de forma contínua, direcionando atividades que façam o alunado a ter contato com os arquivos.

Assim, sendo corroborado principalmente com o uso de sites cada vez mais emergentes viabilizando o acesso sem sair de casa, mas este ainda não é o

problema, lembremos que no início deste artigo foi citada a versatilidade dada para os pesquisadores, principalmente em lugares longínquos a possibilidade de uso das fontes, o obstáculo está na orientação da pesquisa; muitos estudiosos optam por fontes impressas ou de repositórios de instituições se esquivando das manuscritas principalmente dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX.

Em vista disso, validada pela dificuldade de leitura, nem todos têm habilidade com a paleografia, que inclusive não é ensinada nas universidades em curso de história como disciplinas obrigatórias, este item fica a cargo do próprio aluno desenvolver ou realizar cursos de extensão de curtos prazos para tentar adentrar neste mundo novo e difícil que é o estudo de manuscritos; um caminho que cada vez mais se trilha na solidão, pois são poucos os professores formadores que se disponibilizam a acompanhar alunos neste propósito. Neste caso, Pesquisar em arquivos tem sido o destino de jovens da iniciação científica e pós-graduandos, já os da graduação, é notório ver o interesse em seus primeiros dias buscarem dados sobre como pesquisar em arquivos, contudo, o próprio autor ratifica-se dizendo, que a baixa procura de pesquisadores aos arquivos correspondem a falta de incentivos dos professores e dos seus programas de ensino, onde estão se fundamentando-se na discussão historiográfica apenas, e deixando de lado a inserção em fontes documentais, noções básicas sobre arquivologia, leitura paleográfica e críticas as fontes. (Bacellar, p.24)

Em vista disso, outro fator que impacta nesta demanda é que muitos investigadores escolhem fatos históricos mais vigentes que desencadeiam fontes mais legíveis, seja, pelo uso do computador como fomentador dos documentos, as redes sociais que estão em grande alta nesta pós-modernidade com o surgimento da História do tempo presente, dando a historiografia uma nova forma de se fazer história e possibilitando adiantar, já em livros novos aquilo que será passado amanhã, e que é um campo muito amplo e promissor, já que, o homem principalmente pelo uso das redes sociais estão fabricando em quantidade astronômica fatos históricos todos os dias.

Neste tocante, como disseminar o sentimento de pertencimento com relação aos arquivos mesmo enfrentando o moderno mundo tecnológico? Tentando responder esta pergunta, é possível pensar nos arquivos, não só como meros espaços de amontoados de papéis, e sim de uma instituição que em seu poder de abrangência documental tem a responsabilidade de guardar as memórias de um povo.

Assim, é preciso entender que o arquivo é detentor da habilidade de fazer valer o sentimento de identidade de sua comunidade que em longos anos fabricou sua própria história em documentos. E que é sabido que seus administradores estão focados em torná-los participativos na formação representativa da sociedade deste Estado, realizando projetos como: A escola vai ao arquivo ou o arquivo vai à escola, desenvolvido pelo Arquivo Público de Sergipe ( APES), participando de projetos voltados para o conhecimento da

história de Sergipe com a <sup>7</sup>Olimpíada Estadual de História de Sergipe (OEHSE) que com parceria do Arquivo Público; e sua equipe, aqui já englobando cada estagiário que por lá está, ou já passou, estão movimentando as escolas e outras instituições arquivísticas municipais em prol do abrangimento do pertencimento local com relação aos arquivos.

Assim também, realizando atividades com visita guiada às instalações do arquivo dando a possibilidade da comunidade escolar ter contato com a forma de armazenamento, seleção das fontes ali depositadas, realizando exposições sobre cultura, identidade, folclore, como também, eventos temáticos a nossas honrarias históricas sergipanas como: Mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju ocorrida em 1855, realizando seminários sobre abolição da escravatura dos 13 de maio de 1888, dia da consciência negra 20 de novembro, dando assim, ênfase a um passado pouco explorado pelos pesquisadores aqui no próprio Estado.

Tentando acompanhar o desenvolvimento tecnológico, o Arquivo Público, está desenvolvendo ferramentas de pesquisas online com intuito de facilitar o trabalho do pesquisador transferido para o site aquilo que antes era só em papel, assim, o governo federal já deveria ter distribuído recursos para estas instituições, o estado deplorável ao qual encontram-se muitos arquivos no país evidencia o descaso do governo e ignorância da população estabelecendo o risco de empobrecer e impossibilitar que a geração de hoje e futuras tenham acesso ao passado. Almeida (2000, p.09). Nesse sentido, timidamente ousando na digitalização de documentos sensíveis, porém ainda não tem laboratório próprio de restauro e nem profissionais especializados nesta grande área para realizar um trabalho significativo porque ainda não há investimento compatível com sua grandiosidade desta instituição/patrimônio.

Nesta perspectiva, o Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe (TJSE) é a maior referência em arquivo de Aracaju/SE e do Nordeste, em articulação com a direção do setor de Divisão de Memória e equipe, tem fortalecido cada vez mais a ideia de arquivo patrimônio, desenvolvendo elo com a comunidade com intuito de chamar a atenção da população para o arquivo enfatizando que ele, é sim, um patrimônio sergipano.

Assim, através de palestras, seminários com professores doutores da Universidade Federal de Sergipe e outros convidados de referência no âmbito acadêmico da História e cultural, realizando exposições com documentos do seu acervo histórico sobre temas relacionados às datas comemorativas, inclusive com dissertações de mestrados e teses de doutorados que usaram do seu acervo para fundamentar pesquisas científicas; deste modo, o arquivo consegue levar para a sociedade este encontro com o seu próprio passado contribuindo assim, com a salvaguarda das memórias a partir dos documentos.

---

<sup>7</sup> Produto educativo fruto do programa do Mestrado Profissional em Ensino de história promovido pela Universidade Federal de Sergipe, implementada pela Mestra Adinagruber da Conceição Lima (SEDUC/SE),

Como fator pessoal ou social não é fixado de tudo que se passou, mas uma seleção que envolve uma escolha razoavelmente “consciente” sobre o que deve ser esquecido e lembrado, pois é “impossível” armazenar tudo, seja, físico ou mental do passado (Castro, 2008)

Em vista disso, efetua-se também o procedimento de digitalização de documentos dos XVI e XVII, XVIII, que já são frágeis pelos seus próprios anos de existência, realizando oficinas de restauro e preservação de documentos em seus laboratórios para pesquisadores humanistas e funcionários de outros arquivos do Estado; dividindo seu conhecimento, que inclusive é o único aqui no Estado em atividade, somando-se a equipe de classificação e ao Núcleo de pesquisa histórica e jurídica realizando os primeiros atendimentos aos pesquisadores e direcionando as buscas documentais, além disso, o arquivo é presente no recebimento de documentos novos que não de servir aos pesquisadores no montar da rede socioeconômica, demográfica, e cultural deste Estado.

Integrando-se ao rol de patrimônios, a biblioteca Epifânio Dória a mais antiga fundada em 1848, para além dos livros que porta, contém seu maior acervo com fontes raras em sua hemeroteca, também está atenta às modificações pós-modernas e realizou um levantamento eletrônico de sua hemeroteca que agora está organizada em seu banco de dados facilitando a localização da fonte, livros do acervo sergipano raros e circulante também já estão em processo de classificação online.

Associando-se também a eventos que aproximam a comunidade: exposições, lançamento de livros, salas de memoriais de personagens políticos, estandes de produções sergipanas em variados aspectos, ciclos de leituras de obras, oficinas de arte de variados temas e nichos, os computadores conectados à rede de internet disponível para seus frequentadores; isso é uma iniciativa muito boa; principalmente porque a biblioteca já deixou de ser sinônimo só de livros de papel, agora o digital é oferecido a partir do acesso à internet. Neste mesmo contexto, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) portador de grandes acervos de literatura sergipana, além de sua hemeroteca, foi fundada para com o fim de agregar tudo que é de Sergipe e viabilizar o estudo sobre ele, exposições, seminários, arquivos, museu e reuniões comemorativas fazem o IHGSE movimentar-se em meio a toda essa disputa tecnológica. O arquivista, o historiador têm a missão de diagnosticar, levantar dados e buscar a conscientização da população e responsáveis antes que chegue ao fim, diz mais, que o “interesse pela pesquisa, o fomento da atenção sobre a importância dos documentos é contínuo e deveria ser a bússola para o historiador” (Bacellar, 2008, p.50)

Portanto, todas essas ações descritas da experiência vivida por mim como pesquisadora em 7 anos em arquivos da capital e interior de Sergipe são para enfatizar a importância desses espaços de memória documentada e que estão sim presentes para sua comunidade demandando seu retorno social, e o

mais sublime desse contato com esta grandes ferramenta arquivista é apaixonante para desencadear nas pessoas o sentimento de pertencimento de sua própria identidade, disseminando, assim, o sentimento de participação a partir do seu local de origem, o arquivo, não só como espaço de memória, mais também de resistência, pois a cada nova tecnologia que surge estes locais são colocados à prova enquanto seu valor funcional e de permanência. São estas instituições espaços de união de forças profissionais que se mobilizam para continuarem salvaguardando aquilo que é mais precioso numa sociedade que é a sua memória, afinal, o arquivo é feito de pessoas, por pessoas para pessoas, o retorno social nada mais é que um grito à comunidade de se autoconhecer como sergipano.

### **Considerações finais.**

Não se pode mais negar o quanto o surgimento de novas tecnologias estão influenciando no *modus operandi* dos pesquisadores, isto é um fato, contudo é preciso compreender que os arquivos podem e devem estar atrelados a este novo mundo que surge a cada lumiar desta nova prática social, excluí-los não os farão funcionais; limitá-los não os farão eles mesmos a remontagem de toda história de Sergipe, pois seria necessário parar todo seu exercício padrão interno e externo da própria instituição para isso; sairia ele de seu papel de salvaguarda para o de outros que não os cabe, somente com a presença dos pesquisadores e estudantes universitários, secundários e quem quer que seja acessando seu acervo poderá dar conta de tudo que há ainda a se desvendar sobre diversos temas ali inserido em cada documentação.

E, até que ponto os historiadores estão disseminando o valor de pertencimento com relação aos arquivos mesmo enfrentando o moderno mundo tecnológico? Esta é, e será uma pergunta que caberá a cada profissional da história refletir sobre seu papel dentro deste ciclo, repensar em como poderemos fazer valer o pertencimento a partir das documentações em arquivos e alertar para sua importância diante de um mundo onde tudo agora se volta para as práticas tecnológicas, a proposta é diversificar as fontes e seus repositórios, não se prender como pesquisador as limitações por temas e impressões sobre cada fonte ou aquilo que nos é cômodo, é ir a campo, ir em loco institucional sempre que lhe for possível e necessário, é mesclar as instituições com repositórios e sites diversos, e estabelecer elo com o arquivo é manter o alargamento de entender a história de uma sociedade que ainda anseia por se autoconhecer-se dentro do seu próprio espaço territorial.

Assim, Em que momento a modernidade atinge seu ápice na forma de ser e vivenciar um arquivo? Quando conseguimos perceber que esta nova modalidade não exclui, ela ajuda na formação de novas formas de se pensar e fazer pesquisa, ela ajuda nossos arquivos a preservar as documentações que já

estão em estado de fragilidade de acesso, ela deve ser notada como colaboradora; não como exclusão de algo que ainda é muito necessário ao campo da pesquisa documental.

Tendo em vista esse olhar, como somar ou integrar a modernidade ao arquivo sem que um extinga o outro? Simples e complexo, simples quando adaptando-se ao novo, se fazendo presente em um cenário que muda de forma constante e inserindo cada vez mais ferramentas dadas por essa modernidade para fluidez das atividades tanto de pesquisas como do todo o processo de salvaguarda de documentos; complexo no tocante a se manter conectado com aqueles que já não ver o arquivo como um local para se estar ou sequer chegou a entrar em um para entender a grandiosidade de estar em uma instituição que a duras lutas ainda se fazem permanentes, não só como instituição, mas também como um patrimônio social capaz de devolver para sua comunidade toda sua história.

#### **Fontes:**

1. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)
2. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (TJSE)
3. Biblioteca Epiphânio Dórea
4. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)
5. Arquivos Municipais do interior sergipano/SE.

#### **Para conhecer mais às fontes:**

6. <https://apes.seduc.se.gov.br/>
7. <https://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/>
8. <https://biblioteca.seduc.se.gov.br/>
9. <https://ihgse.org.br/>

#### **Referências.**

ALMEIDA, Maria da Glória S. **Do Resgate e Preservação da Documentação Cartorária para a História de Sergipe. In: Catálogo da documentação cartorária de São Cristóvão- Séculos XII e XVIII da comarca de São Cristóvão (1655-1800).** Coordenação: Eugenia Andrade Vieira da Silva, Bárbara Sheila

Gonçalves e Freitas. Arquivo Geral do Judiciário: Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Tribunal de Justiça. Instrumento de pesquisa I. Aracaju/SE, 2000.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos.** In: Fontes Históricas. (org.) Carla Bazzani Pinsky, Contexto. São Paulo. 2008.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2008.

LE, Jacques Goff. **Documento/ Monumento.** In: História e Memória: CAMPINAS, UNICAMP. São Paulo, 1990.



---

# CRÔNICAS

---



## MANOEL - O PARAFUSO

Prof. Dr. André Barbosa de Santana<sup>1</sup>

Manoel era um menino bem pretinho, mais conhecido como Mané. Pense num moleque curioso! Ele vivia num lugarzinho chamado Judiatá, lá nas bandas do Lagarto em Sergipe; onde o céu se encontrava com o verde e o cheiro da mata, que recordava o aroma da casa de sua vovó. Havia algo em seu interior que o levava a questionar sobre suas origens, suas raízes ancestrais, principalmente quando ele ouvia sua vovozinha Pureza contar aventuras extraordinárias das estórias do seu povo:

- Quem já ouviu falar dos Parafusos? Você já viu os rodopios deles? Ela falava alegremente sobre seus antepassados.
- Eu vovó. Ele respondia todo animado.

Desde pequeno, Mané sempre se sentiu diferente das outras crianças. Enquanto seus amigos brincavam de correr, ele passava horas observando as estrelas e sonhando com estórias ouvidas da sua vovó Pureza.

Um dia, enquanto explorava o baú da casa de sua avó, Mané encontrou uma antiga caixa empoeirada. Dentro dela, havia diversas anáguas brancas, delicadas e empoeiradas. Ele as retirou com cuidado e, ao fazê-lo, sentiu uma onda de nostalgia e mistério. Lembrou-se das estórias dos escravizados que roubavam as anáguas das sinhazinhas durante a noite para fugirem para os quilombos que, dessa forma, seus ancestrais pareciam assombrações e conseguiam a liberdade.

Na sua imaginação ele viu seus ancestrais jovens, dançando sob a luz da lua, usando aquelas mesmas anáguas e, seu coração, pulsou de emoção, trazendo uma esperança de resistência e lutas para ser livres. O poder daquelas vestimentas brancas despertou nele uma sede de liberdade e descoberta. Decidiu, então, que precisava saber mais sobre sua ancestralidade.

Naquela noite, iluminado pela lua cheia, ele pendurou as anáguas no varal do terreiro, acreditando que elas poderiam levar suas perguntas ao céu. Enquanto olhava para elas balançando com o vento, uma transformação

---

<sup>1</sup> André Barbosa de Santana, nasceu em 04 de maio de 1979, na cidade de Lagarto/Sergipe, desde criança gostava de ouvir histórias sobre as manifestações culturais. Estudou na sua infância na Escola estadual Dr. Evandro Mendes, aonde aprendeu mais sobre os valores culturais e a importância de salvaguarda sua identidade cultural local. Formou-se em Letras, Pedagogia e Artes Visuais, fez mestrado em Culturas Populares e doutorado em Educação. Pesquisa e escreve sobre manifestações das culturas populares.

aconteceu. Ele começou a ouvir sussurros, vozes de tempos passados, contando histórias de coragem e resistência.

Foi assim que ele decidiu fazer uma viagem. Com uma pequena mochilinha cheia de sonhos e esperanças, ele partiu em busca de respostas. Caminhou por matas densas e morros majestosos, conhecendo pessoas que compartilhavam fragmentos de sua história. Cada relato era como uma peça de um quebra-cabeça que, finalmente, começava a se encaixar.

Ele aprendeu sobre suas raízes e a importância da liberdade, entendendo que a verdadeira essência da vida estava em aceitar a si mesmo e no legado de sua família. As anáguas brancas tornaram-se um símbolo de sua jornada, uma conexão direta com seus ancestrais, que, mesmo em espíritos, o guiavam.

Finalmente, ao retornar para casa, ele carregava, não apenas a história de seus antepassados, mas, uma nova compreensão de quem ele era. As anáguas, agora mais alvas sob a luz da lua, não apenas enfeitavam o varal, mas adornavam sua alma, lembrando-o sempre de que a liberdade, resistência, resiliência e a identidade são conquistadas na jornada da autodescoberta.

E assim, o menino se transformou no Mestre dos Parafusos, encontrou sua verdadeira ancestralidade, entendendo que, através de suas raízes, ele poderia alcançar voos mais altos, sempre em busca da luz que brilha nas noites de lua cheia.

*Em memória de vovô Mané de Gino e Vovó Pureza*

## BOLA ALTA, TOQUE E MANCHETE.

Elli Francelyn Silva Monteiro<sup>1</sup>

Para os outros, o universo parece honesto. Parece honesto para as pessoas de bem porque elas têm os olhos castrados. É por isso que temem a obscenidade. Não sentem nenhuma angústia ao ouvir o canto do galo ou ao descobrirem o céu estrelado. Em geral, apreciam os "prazeres da carne" na condição de que sejam insossos. – Georges Bataille, História do Olho

*Vrumm. Tuq. Plá. Tchá. Boom.*

Bola alta. Toque. Manchete; aquelas bichas loucas.

Aquilianos, era assim que eram reconhecidos por àqueles de fora. Entre seus pares, ainda com traços de subjetividade típicas do colegiado, eram chamados pela filiação de sua estirpe: o sobrenome. Havia os Pereiras, os Souzas e, é claro, os Santos. Se quisermos ser mais restritivos, haviam também seus vulgos — escrachados demais para entrarmos em detalhes aqui. Com isto temos um time, a matemática estava feita: doze jogadores; seis em quadra e seis de reserva, todos garotos.

A semana precedente era delírio. Dia de jogo, insanidade. Pós-jogo era Barbacena. Com pouco, o vestiário se tornava uma verdadeira trincheira. Neste final de tarde, então, é que se veria a artilharia: salve-se quem pudesse do tinir da baioneta alçada e da saraivada de tiros do flanco! Degringolava pela boca das novilhas que algum raparigo da equipe mordida a fronha, que sentava na farinha e formava um coração, que jogava era em outro time. Mas quem? Quem? Ruim seria para conta deles andar com viado, ruim também era ser. O escândalo já estava feito, ao menos, entre os rapazes.

Formou-se um grande hexágono assimétrico entre os limites dos armários e os bancos paralelamente dispostos. Outros estavam sentados, alguns em pé, mas todos presentes; uma verdadeira delação poliamorosa. O capitão do time, o mais bem resolvido entre todos, servia como mediador. Essas discussões, para o jovem, eram de menor importância, mas era fundamental manter o moral da equipe elevado. Este cedeu a fala para o baixinho enfezado, um levantador perebento:

— Sim, sim! Eu vi, eu vi. As unhas do Líbero. Bem-feitas para quem joga vôlei.

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe

Em um engasgo, o acusado de madeixas onduladas retruca, apontando com as mãos impecáveis:

— Se isto me faz culpado, então que também durma com homens o Ponteiro! O único do time com sovaco lisinho. Este eu nunca vi com mulher alguma.

As acusações eram do nível mais baixo de ojeriza ao grupo em questão, com requintes de machismo. 'Garotos serão garotos', já disseram. A discussão acalorada continuou ainda por alguns minutos, com os seis atletas principais mais vestidos. Por fim, deu-se a palavra final, o sutil coup de grâce:

— VOCÊ É VIADO!

— EU SOU VIADO MESMO, porra!

A discussão foi cortada por um beijo intenso entre locutor e interlocutor. Dava para sentir as moléculas de oxigênio entrando pelos pulmões feito pedrinhas enganchadas no escapamento de um carro, de tão pesado que o ar ficou. Era possível cortar o vento com uma tesoura, de tão espesso que o clima estava. O que pesava era a inveja? A confissão prematura? Não se sabia. Não se sabia também quais foram, ou se foram apenas dois mesmo. O que se soube, um bom tempo depois, era que os boatos se referiam a outro time, de outra escola.

## A LAGARTO NOSSA DE CADA DIA

Iuri Rodrigues<sup>1</sup>

Quando não se tem um caminho novo, há de se encontrar um novo jeito de caminhar, já dizia Thiago de Mello.

Que a cada dia eu aprenda com as minhas cicatrizes e que eu aprenda que nunca é tarde para ser grato, pedir desculpas e falar de amor. Sentir tudo cansa muito. Não há saúde onde o outro cai. Nem paz num corpo vazio. As vezes o peso do mundo está nos ombros e as dores do outro arde nas nossas veias.

Talvez por ter escrito tantas crônicas na vida, me pego caminhando e vejo uma crônica a cada passo. As buzinas dos carros são sinfonias de Cássio Júnior e, os faróis lembram a doce voz de Robson, o playboyzinho. O frisson musical que mais faz sucesso hoje em Lagarto.

Fazia calor em uma noite de outubro de 2025 eu ao mesmo tempo eu me vi correndo na chuva pelas ruas do centro da cidade.

Era uma água fina e gelada, cortante, capaz de se infiltrar por tudo. Olhei a escuridão da noite e mergulhei em direção à minha velha conhecida, a rua da Bica. Quando me vi correndo, como se repetisse uma noite de 20 anos atrás, senti uma sensação esquisita de déjà-vu, como se meus passos corresse para trás e toda a minha juventude passasse pela minha cabeça ensopada.

Ao passar pela Filomeno Hora, ponto de encontro com os colegas do tempo de escola, em uma época que sequer existia watizap, tive uma espécie de epifania: lembrei da senhora que nos recebia na biblioteca. Com tamanco de salto alto, que apertava com força o piso de madeira do prédio cultural Silvio Romero. Outro exemplo é o cruzamento do trevo que dá acesso a Riachão do Dantas, antes deserto, e hoje uma via bem movimentada e que causa muita dificuldade para nós, pedestres. Há coisas que custam muito para mudar, ainda mais numa cidade como Lagarto. Que as digam as pedras que ousam se deslocar do chão do calçadão D. Pedro II, no Centro de Lagarto. Um turbilhão de emoções guardadas, esquecidas, acumuladas.

A vida gosta de lembranças sem nexos e de encontros inesperados.

---

<sup>1</sup> Sergipano de Lagarto, é jornalista, cronista e escritor.



## ESTRELA

Lúcia Vieira<sup>1</sup>

Sentada na ponta do sofá, uma jovem garota chora copiosamente. Silenciosa e estática, observa ao redor de sua casa sem reconhecer o próprio espaço. Ali, ela se vê como um sujeito à parte, não achando mais pertencer àquele lugar. Suas lágrimas não despertam nenhuma emoção no homem à sua frente, o qual, ao contrário dela, tem em seu rosto as marcas da vida, além dos ínfimos fiapos de fios brancos que enfeitam o seu cabelo preto e sua barba escura. É a passagem do tempo revelando-se nos detalhes. No entanto, é justamente esse detalhe que provoca na jovem tanto sofrimento.

O tempo não se revela aos dois da mesma maneira. Ao vê-la, o homem não a enxerga como a mulher que ela se tornara, mas como a menina que viu correr pelos corredores de sua casa, onde a acolheu e zelou pelo seu melhor. É inevitável encará-la no presente, sem visualizar as sombras do passado. Ele teve o cuidado de cultivá-la em suas mãos, lhe ofereceu amor e carinho. Contou segredos, recordou histórias, fez questão de criar memórias para ela saber que, da parte dele, seria eternamente amada. E, sem mentir, porque ele nunca mente, ele a adorava.

Sua estrela. Sua estrela que sempre lhe direcionou os mais belos sorrisos, agora, diante dele, desponta em lágrimas. No olhar dela se revela um conflito incessante entre a insensatez e a tristeza. É a primeira vez que ele a rejeita. Ela chora não somente por sentir a dor da rejeição, mas por saber que

---

<sup>1</sup> Escritora e **graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)**. Tem experiência na produção de textos institucionais, contos e materiais de comunicação, com publicação literária no jornal aracajuano **ANJ1**. Promoveu rodas de conversa como *Lendo Mulheres Negras na Universidade* e *A saúde da mulher negra à luz do conto "Olhos d'água"*, além de atuar em atividades voltadas à inclusão, equidade racial e diálogo com a comunidade.

destruiu uma amizade cultivada por anos. Subitamente, ela se questiona e dúvida de si mesma.

Ele não a ama como mulher.

Ele mente.

Ela sente raiva, contudo, não demonstra.

“Covarde! Covarde! Covarde!” esse mantra se repete em sua cabeça.

Todavia, entalada em sua garganta, a jovem não consegue proferir tamanha acidez. Então, afaga a sua dor entre silêncio e lágrimas.

Amanhã, eles nunca mais se verão.

---

# POEMAS

---



## O JARDIM

André Lucas Santos Cruz<sup>1</sup>

Era uma vez um jardim  
De beleza e de  
esplendor  
De onde sempre vinha  
Um lindo beija-flor.

Jardim de cor  
Jardim de amor  
Lar de cada flor  
Não esperava o horror.

O que aconteceu,  
Belo e jovem jardim  
Quem foi que cortou  
A sua mais bela flor?

A fonte secou  
O sentimento evanesceu  
O jardim murchou  
E cada linda flor, renasceu.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe Email: [andrestcruz@academico.com.br](mailto:andrestcruz@academico.com.br) Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5566216191968203>



## FLOR DE MARACUJÁ

Ascendino Santos Souza<sup>1</sup>

Há uma flor aberta no silêncio do mundo,  
delicada como um pensamento que hesita.  
Não pede sentido, apenas existe,  
entre o efêmero e o esquecimento.

Nasce sem saber por quê,  
desenha no ar sua geometria impossível,  
e logo aprende, sem linguagem,  
que durar é um acidente breve.

Flor de maracujá  
tão exata em sua forma,  
tão inútil diante do abismo.  
E ainda assim, floresce.

O vento não a explica,  
o tempo não a consola.  
Ela é esse instante suspenso  
entre o nada que veio antes  
e o nada que virá depois.

Talvez haja coragem nisso:  
abrir-se inteira ao vazio,  
oferecer beleza sem testemunha,  
sem promessa de permanência.

E quando cai  
se é que cair é mesmo o fim  
não leva respostas,  
apenas a memória de ter sido  
forma, cor, presença.  
Como nós.

---

<sup>1</sup> Nascido em Estância, Sergipe. Professor especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho, também pela Universidade Federal do Piauí. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Possui poesias publicadas em algumas antologias e coletâneas. Já participou de mais de 30 concursos literários.

## LAMPEDUSA

Ascendino Santos Souza

Há um ponto no mapa  
onde o mar parece pensar  
não nas rotas, nem nos nomes,  
mas no peso do que carrega.

Lampedusa não é ilha,  
é intervalo:  
entre o grito e o silêncio,  
entre o corpo e o número.

Ali, a água não reflete o céu,  
reflete perguntas.  
Quantas vidas cabem  
na indiferença do horizonte?

O vento sopra histórias  
sem gramática nem destino,  
e cada onda devolve  
aquilo que o mundo recusou ouvir.

Ser é atravessar  
mesmo sem margem garantida.  
Existir é insistir  
quando o sentido afunda primeiro.

E no entanto,  
há olhos que ainda buscam terra,  
como se o futuro fosse um lugar  
e não apenas um desejo.

Lampedusa permanece:  
não como resposta,  
mas como ferida aberta  
na lógica tranquila do existir.

## PONTO DE RETORNO

Ascendino Santos Souza

Há marcas no chão que não reconheço,  
rastros de um eu que já não sou  
ou que nunca fui inteiro.

O tempo não passa,  
ele se acumula em mim  
como poeira em uma casa abandonada,  
onde cada cômodo guarda  
um fracasso diferente.

Procuro o tal ponto de retorno  
como quem tateia no escuro  
um interruptor inexistente  
a promessa de luz  
que nunca foi instalada.

Talvez não exista volta,  
talvez nunca tenha havido partida.  
A linha que imagino cruzar  
é apenas um risco na água,  
desfeito antes mesmo  
de ser compreendido.

E ainda assim, insisto  
em medir distâncias  
entre o que fui ensinado a ser  
e esse estranho  
que me observa de dentro.

Se houvesse um ponto,  
um único instante de clareza,  
eu o pisaria com cuidado  
não para voltar,  
mas para enfim saber  
que estive em algum lugar.

Mas tudo escorre.

E no fim, percebo:  
o retorno não é um lugar,  
é um desejo tardio  
de dar sentido  
ao que jamais pediu explicação

## CIDADE TERNURA

Ítalo Fernandes Nogueira Ribeiro<sup>1</sup>

Lagarto cidade ternura,  
Berço de filhos ilustres, com bravura.  
Festas bonitas, vaquejada de renome,  
Seus filhos fazem história, em todo o domo.

Silvio Romero, filósofo e crítico sagaz,  
Colocou Lagarto no cenário nacional audaz.  
Aglaré Fontes, amante da educação,  
Ensina novas gerações, com amor e dedicação.

Falar de Lagarto é um grande prazer,  
Filhos ilustres, que honram seu ser.  
Com orgulho escrevo, com alma e coração,  
Para que um dia, você possa ler, com emoção.

---

<sup>1</sup> É natural de Aracaju/SE. É aluno do colégio Amadeus. É Presidente da Academia de Letras Estudantil de Sergipe (ALES) e membro do Café Poético. Efetivou colaboração na primeira Feira Sergipana de Troca Literária em 2024 (Festrol), ainda em 2024 recebeu o PRÊMIO OXENTE, PRÊMIO CAFÉ POÉTICO SERGIPANO, PRÊMIO DESTAQUE DA LITERATURA SERGIPANA (Do Governo do Estado de Sergipe), PRÊMIO DESTAQUE EXPRESSÃO ARTÍSTICO CULTURAL, PRÊMIO LITERATURA 2025. Possui participação em seis Antologias. É autor dos livros intitulado “A GUERRA DAS FORÇAS ” e “A CASA DA VOVÓ”.



## NOTAS MUSICAIS TOCADAS PELO MAR

Jane Guimarães<sup>1</sup>

Ouçamos a orquestra do mar  
do vem e vai de ondas  
seu baile, sua notícia  
gesto repetido e oscilante  
sem recuar, antes que silencie.  
Ah, as águas...  
de beber, de banhar, de rezar  
uma nave mãe dilatando em movimentos  
dançando nesse compasso  
sopra o vento que impulsiona  
a cavalgada das espumas que flutuam  
na profundidade velejante do mar  
que conversa com âncoras  
e ouve o som das ondas  
tocadas pelo mar  
se espraiando na areia  
uma trilha sonora  
que guarda esses acordes  
antes que o mar silencie.

---

<sup>1</sup> Ocupante da cadeira de número 13 da Academia Sergipana de Letras.



## A CASA DA FAZENDA PIAUÍ ONDE O TEMPO FEZ MORADA (O POEMA)

Luís Jorge Pinheiro de Araujo

Sob o manto azul de um céu sem fim,  
Ergue-se a casa, em branco e nobre traço,  
Janelas de madeira, o olhar do jardim,  
Onde o sol descansa em longo abraço.

O telhado de cerâmica (barro), em prece e cor,  
Guarda o segredo de quem ali viveu,  
Enquanto o rodapé, com seu firme valor,  
Une o chão da terra ao brilho que é seu.

No terreiro de grama e areia dourada,  
Os passos da lida desenham o dia,  
Gente de brio, alma dedicada,  
Que cuida da terra com sabedoria.

Os patos caminham em branca corrente,  
Entre as árvores altas que o vento embala,  
É a Fazenda Piauí, viva e presente,  
Onde a saudade, em silêncio, nos fala.

Essas palavras fazem justiça à beleza dessa  
fazenda e à memória que ela representou.



## O SENTIDO DA VIDA

Mariana Assunção Ralim Santos<sup>1</sup>

Gozar a vida  
não é se banhar duas vezes no mesmo rio  
nem atravessar uma avenida  
da mesma forma

A vida proporciona  
inúmeras experiências  
algumas felizes  
outras de jorrar lágrimas

---

<sup>1</sup> Nasceu em Aracaju, Sergipe. Escritora e poetisa. É Doutoranda pela Faculdade de Direito do Recife. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Possui participação em Antologias.



---

# RESENHAS

---



# A IMAGEM ENCARNADA: CORPO, PRESENÇA E ÉTICA NA OBRA MISÉRIA E CARIDADE DE HORÁCIO HORA

Paulo Henrique Dias de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto analisa a pintura *Miséria e Caridade* (1881), de Horácio Hora, situando-a no contexto das transformações sociais e culturais do final do Segundo Reinado. A obra, ao expressar a cena de acolhimento entre uma mulher negra e um menino branco, revela as contradições da sociedade imperial e propõe uma reflexão sobre a dignidade humana. Este estudo propõe um exame sobre como corpo, meio e imagem se fundem, operando na pintura, uma experiência estética e ética. Constrói, assim, uma poética expressa na obra, que transforma o sofrimento em gesto de empatia e reconhecimento, recusando sua fetichização. O estudo interpreta *Miséria e Caridade* como um ato de doação no qual o olhar e o gesto medeiam em uma ética da alteridade. Conclui-se que a obra ultrapassa os limites do academicismo oitocentista, mantendo-se atual por sua capacidade de interpelar o olhar contemporâneo e reafirmar a arte como espaço de memória, justiça e humanidade.

**Palavras-chave:** Horácio Hora. Imagem. Ética. Estética. Humanidade.

## Apresentação

Produzida em 1881, a pintura *Miséria e Caridade* situa-se no período final do Segundo Reinado, momento em que as artes visuais no Brasil começavam a refletir de maneira mais crítica as tensões sociais, a desigualdade e os debates em torno da modernização do país. Nesse contexto, a obra revela não apenas uma preocupação estética própria da época, mas também uma sensibilidade crescente diante das contradições sociais que marcavam o Império em seus anos finais. O autor é Horácio Hora (1853–1890), natural de Laranjeiras, Sergipe, um dos mais importantes artistas sergipanos do século XIX.

*Miséria e Caridade* (1881), constitui uma das mais expressivas representações do imaginário social oitocentista, revelando as tensões da sociedade brasileira imperial em uma sensível dimensão humanista. Este artigo

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7144029676337458>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1118-2340>.

busca compreender a construção dessa obra à luz das discussões contemporâneas sobre a imagem.

*Miséria e Caridade* opera uma espécie de antropologia da imagem, conceito elaborado por Hans Belting (2014), em que corpo, meio e imagem se fundem para dar forma à experiência humana. Interessa-nos, portanto, pensar o quadro não apenas como pinturesco <sup>2</sup>, mas como presença encarnada e testemunho ético, capaz de rearticular sensibilidades e interpelar o olhar contemporâneo.

## O artista e sua obra

Nesse contexto, Belting (2014) propõe que as imagens não existem independentemente dos corpos que as produzem e percebem, elas são o resultado do encontro entre o meio (material e técnico) e o corpo (lugar vital e sensível da imagem). Em *Miséria e Caridade*, a corporeidade ocupa o centro da composição. ou seja, a figura feminina com o olhar voltado para o menino branco, o gesto de acolhimento e as sombras que envolvem os dois personagens compõem um campo de tensões, em que o corpo se torna suporte e mediador do sentido.

O quadro de Hora, portanto, dialoga com a noção de lugar das imagens formulada por Belting (2014), pois é no corpo da mulher que se manifesta a humanidade ausente das expressões oficiais do período. O gesto de amparo, captado na materialidade da pintura, é também um gesto de resistência à invisibilização social, um testemunho em que o corpo é registro menmônico e afetivo. É justamente nesse ponto que se aproxima a reflexão de Emmanuel Alloa (2015), para quem a imagem carrega uma ambiguidade constitutiva, oscilando entre transparência e opacidade.

Como observa Alloa (2015), as imagens não se reduzem àquilo que mostram, elas pensam e fazem pensar. *Miséria e Caridade* encarna precisamente essa potência do visível que resiste à plena tradução. O olhar da mulher, simultaneamente sereno e grave, não se deixa apreender por completo. Desse modo, a tensão corporal e simbólica destacada por Belting se prolonga na dimensão reflexiva indicada por Alloa, na medida em que a imagem solicita do espectador um modo de ver “segundo a imagem” (ALLOA, 2015).

Essa tensão entre o mostrar e o ocultar faz da pintura um espaço pensativo, no qual o espectador é convocado a refletir sobre a distância entre o que vê e o que percebe. O quadro não é apenas uma cena de compaixão, mas uma interrogação sobre a própria visibilidade do outro, sobre a maneira

---

<sup>2</sup> Não é apenas uma qualidade objetiva da paisagem ou da imagem, mas um modo de aparecer, uma forma de manifestação do mundo à consciência que desperta certo tipo de olhar.

como a arte pode testemunhar e compartilhar o sofrimento, sem reduzi-lo à estética da piedade.

Em *A dúvida de Cézanne*, Merleau-Ponty descreve o esforço do pintor em “fazer ver a ordem nascente do mundo” (2004), recusando a separação entre o visível. O gesto pictórico, segundo o filósofo, é uma tentativa de unir o visível e o invisível, isto é, de conectar aquilo que aparece ao olhar com as camadas profundas de sentido. O quadro torna-se, nesse sentido, um pedaço de natureza, não no sentido de sua existência, um fragmento do humano em sua dimensão sensível, em que a experiência estética se confunde com o exercício de uma ética do olhar.

Essa dimensão ética encontra ressonância na leitura proposta por Oliveira (2020) em *Todo presente é um sacrifício*, cuja reflexão sobre o ato de oferecer e de se oferecer ilumina o modo como a obra de Hora se constrói como um gesto de doação. *Miséria e Caridade* pode ser compreendida como um presente sacrificial, em que a oferta de si se encarna no corpo da mulher que acolhe o outro. O gesto da pintura de Hora, não apenas expressa a caridade, mas a reinscreve como experiência de partilha, instaurando na tela uma relação vital entre artista, figura e espectador.

Desse modo, a caridade deixa de figurar como mero ato religioso e se revela como um ato estético de reconhecimento, em que a imagem é um espaço de comunhão e interpelação. A obra de Hora realiza, assim, uma persistência do visível que atravessa o tempo e continua a testemunhar a justiça, a empatia e a humanidade. Nesse atravessamento, o gesto da mulher, o olhar do artista e a percepção do espectador se entrelaçam em uma mesma temporalidade simbólica, na qual o ético e o estético se confundem.

## Considerações Finais

*Miséria e Caridade* revela que a obra de Horácio Hora ultrapassa os limites da representação oitocentista e instaura um espaço de reflexão sobre o próprio estatuto da imagem e do humano. O artista elabora uma poética que se inscreve na fronteira entre o visível e o sensível, tornando o corpo o mediador privilegiado entre o sofrimento e a possibilidade de reconhecimento. A pintura torna-se, então, um campo em que se entrelaçam percepção, afeto e pensamento, devolvendo à imagem sua força de interrogar o real.

Portanto, a obra de Hora, enraizada no século XIX, continua a interpelar o olhar contemporâneo ao propor uma reflexão sobre a dignidade, a solidariedade e a visibilidade do outro. Em *Miséria e Caridade*, a ética e a estética não se dissociam, mas convergem na tarefa de restituir à imagem, seu poder de lembrar, comover e transformar. Nesse gesto, Horácio Hora não apenas representa uma cena de compaixão, ele dá à imagem a possibilidade de pensar a humanidade através da caridade, não como virtude religiosa, mas como forma sensível.

## Referências

ALLOA, E. (Org.) **Entre a transparência e a opacidade — o que a imagem dá a pensar**. In.: \_\_\_\_\_. *Pensar a imagem*. 1. ed. — Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015. (Coleção Filô/Estética), p. 7-19.

BELTING, H. **O lugar das imagens**. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia da imagem. Por uma ciência da imagem*. Tradução Artur Morão. Lisboa: KKYM+EAUM, 2014, p. 79-83, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A dúvida de Cézanne**. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 11-54.

OLIVEIRA, Solange de. **Todo presente é um sacrifício**. *Ide* (São Paulo), São Paulo , v. 42, n. 70, p. 119-133, dez. 2020 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062020000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062020000200010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 out. 2025.

Pronunciamento de **Rusel Marcos Barroso**<sup>1</sup> no lançamento do livro **RIXOSAS E TURBULENTAS** de **Mariana Emanuelle Barreto de Gois**<sup>2</sup>.

Saudação ao público

Encantado com tanta gente bonita. Amigos de Lagarto, Riachão do Dantas, Aracaju e de outras localidades, colegas de Academias, aqui saudados na pessoa do confrade Claudefranklin Monteiro.

O mais cordial boa noite a todos!

Gilberto Gil, em uma de suas mais belas canções, disse: “Se eu quiser falar com Deus, tenho que ficar a sós, tenho que apagar a luz, tenho que desatar os nós...”

E quantos nós, hein Prof.<sup>a</sup> Mariana? Preciso desatar não apenas na construção deste livro, mas, sobretudo, em sua caminhada até chegar à docência no ensino superior. Como foi bom acolhê-la na Semed com dona Vanda e na Ages junto ao Prof. José Wilson, onde deixou boas lembranças.

Por essas e tantas outras passagens em sua vida, sou seu admirador.

Hoje, meus amigos, falar sobre Rixosas e Turbulentas: mulheres nas Vilas de Lagarto e Riachão Oitocentista é, antes de tudo, reconhecer a força de uma pesquisa que devolve voz àquelas que a história oficial tentou silenciar.

Nessa obra, Mariana Emanuelle Barreto de Gois nos convida a olhar para o século 19 não apenas como um tempo distante, mas também como um espaço vivo de disputas, tensões e resistências. Ao investigar o cotidiano de mulheres rotuladas como “rixosas” e “turbulentas”, a autora desmonta categorias morais cristalizadas e revela como tais adjetivos funcionavam como instrumentos de controle social sobre corpos femininos que ousavam sair do lugar que lhes era imposto.

O grande mérito do livro está na combinação entre rigor acadêmico e sensibilidade histórica. A autora transita, com segurança, por fontes judiciais, códigos de postura, jornais e documentos oficiais, mas nunca perde de vista o humano por trás dos autos, das acusações e das sentenças. Cada processo analisado é também um gesto de escuta, um esforço de compreender experiências femininas marcadas por conflitos, desigualdades e estratégias de sobrevivência.

Ao escolher Lagarto e Riachão como cenários de sua análise, Mariana reafirma a importância de pensar o interior nordestino como espaço legítimo de produção histórica, rompendo com centralidades tradicionais e ampliando

---

<sup>1</sup> Ocupante da cadeira de número 1 da Academia Lagartense de Letras.

<sup>2</sup> Casa de Cultura Silvio Romero – 6 de fevereiro de 2026.

nosso entendimento sobre gênero, justiça e sociabilidade no Brasil oitocentista.

Mais do que um livro sobre mulheres criminalizadas, *Rixosas e Turbulentas* é uma obra sobre poder, linguagem e memória. É um trabalho que provoca, questiona e nos faz refletir sobre quanto certas formas de julgamento atravessam o tempo e ainda ecoam no presente.

Por tudo isso, este lançamento não celebra apenas a publicação de um livro, mas a consolidação de uma pesquisadora comprometida com uma história crítica, ética e profundamente necessária. Uma obra que dialoga com a academia, com a educação e com todos aqueles que acreditam que compreender o passado é uma forma de iluminar o presente e transformar o futuro. Parabéns, querida Mariana!



Revista da Academia Sergipana de Letras

N. 18 - 20.04.2026

Dossiê Associação Cultural de Lagarto e  
Centro Adalberto Fonseca

Publicação Oficial

Academia Lagartense de Letras

Formato 17cm x 25 cm

Tipologia Calibre

